



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 002 - TERÇA-FEIRA, 07 DE FEVEREIRO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - *ROFD/UE-4(1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferreira Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁹⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁶⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 8 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁹⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

- Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
19. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE FEVEREIRO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 10, de 2012, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando condolências à família de Sebastião Carlos Ribeiro de Sousa, falecido em 16 de dezembro último. 00934

Nº 11, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos contratos de obras e manutenção das rodovias federais que receberam recursos para as operações denominadas “tapa buracos”, no período de 2006 a 2011. 00934

1.2.2 – Pareceres

Nºs 3 a 23, de 2012, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 618, 1.199, 1.223, 1.299, 1.305, 1.331, 1.340, 1.347, 1.349, 1.351, 1.352, 1.353, 1.367, 1.435, 1.444, 1.455, 1.465, 1.466, 1.467, 1.471 e 1.475, de 2011, respectivamente. 00935

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Deferimento dos Requerimentos nºs 618, 1.199, 1.223, 1.299, 1.305, 1.331, 1.340, 1.347, 1.349, 1.351, 1.352, 1.353, 1.367, 1.444, 1.455, 1.465, 1.467, 1.471 e 1.475, de 2011, nos termos de seus relatórios, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 00952

Deferimento dos Requerimentos nºs 1.435 e 1.466, de 2011, com alteração redacional, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 00952

Aprovação do Requerimento nº 1.533, de 2011, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 151 e 505, de 2007; 99, 177 e 307, de 2011, que já tramitam em conjunto..... 00952

Aprovação do Requerimento nº 1.543, de 2011, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 457 e 546, de 2009; 575 e 682, de 2011. 00952

1.2.4 – Parecer

Nº 24, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011. 00952

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 7/2011-CRA)..... 00959

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que *denomina “Rodovia José Pereira Alvarez” o trecho da rodovia BR-287 entre as cidades de São Borja e Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul.* 00959

Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, que *altera a redação dos artigos 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.* ... 00960

1.2.7 – Comunicação

Da Liderança do PDT no Senado Federal, informando a escolha do Senador Pedro Taques como Vice-Líder do Partido, em substituição ao Senador Cristovam Buarque. (Ofício nº 1/2012, de 3 do corrente) 00962

1.2.8 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 6/2012, do Ministro de Estado da Fazenda, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta aos Requerimentos nº 1.237 e 1.238, de 2011, do Senador Lindbergh Farias. 00962

Nº 13/2012, do Ministro de Estado da Justiça, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.209, de 2011, de informações, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 00962

Nº 14/2012, do Ministro de Estado da Justiça, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.251, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 00962

Nº 15/2012, do Ministro de Estado dos Transportes, recebido durante o recesso parlamentar, em

resposta ao Requerimento nº 1.042, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 00962

Nº 16/2012, do Ministro de Estado da Justiça, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 831, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 00962

Nº 32/2012, do Ministro de Estado da Saúde, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.162, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 00962

Nº 468/2011, do Ministro de Estado da Fazenda, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.222, de 2011, de informações, do Senador Rodrigo Rollemberg..... 00962

Nº 473/2011, do Ministro de Estado da Fazenda, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.221, de 2011, de informações, do Senador Rodrigo Rollemberg..... 00962

Nº 2.930/2011, do Ministro de Estado da Justiça, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.243, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias. 00963

Nº 2.931/ 2011, do Ministro de Estado da Justiça, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.250, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias. 00963

1.2.9 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 8/2012, do Ministro de Estado da Educação, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.107, de 2011, do Senador Paulo Bauer..... 00963

Nº 136/2011, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.306, de 2011, do Senador Jorge Viana. 00963

Nº 142/2011, do Ministro de Estado das Comunicações, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.161, de 2011, da Senadora Marta Suplicy..... 00963

Nº 318/2012, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.257, de 2011, do Senador Pedro Simon. 00963

Nº 9.689/2011, do Ministro de Estado das Cidades, recebido durante o recesso parlamentar, em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2011, do Senador Alvaro Dias. 00963

1.2.10 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 1.830/2011, encaminhando cópia do Acórdão nº 3.304, de 2011, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Requerimento nº 1.479, de 2011, do Senador Alvaro Dias. 00963

Nº 40/2012, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra do Porto Fluvial de Eirunepé/AM. 00963

1.2.11 – Ofício do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Nº 11/2012-CN (nº 384, de 2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2011. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 00964

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Referente à composição da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. (**Ofícios nºs 115/2011 e 1/2012-CI**) 00969

1.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Considerações sobre o saldo positivo da balança comercial em 2011; e outro assunto. 00969

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre a “Carta dos Aposentados, Pensionistas e Idosos”, aprovada em Aparecida em janeiro último. 00970

SENADOR ANIBAL DINIZ – Relatos de episódios ocorridos durante o recesso parlamentar; e outros assuntos. 00974

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Preocupação com a situação dos “Brasiguaios” no Paraguai. 00980

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Manifestação sobre o desenvolvimento da Amazônia; e outro assunto. 00981

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro da realização, em 28 de janeiro último, do IV Congresso Nacional de Jovens Líderes da Ordem DeMolay. 00985

SENADOR CASILDO MALDANER – Análise da situação dos brasileiros radicados no Paraguai... 00988

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Moacir Micheletto..... 00992

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 12, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Moacir Micheletto. ... 00992

1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA ANA AMÉLIA – Apelo em defesa de mais agilidade na solução judicial para os aposentados do Fundo Aerus-Varig; e outro assunto.. 00993

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Importância da manutenção de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. 00996

SENADOR SÉRGIO SOUZA, como Líder – Considerações sobre a situação dos “Brasiguaios”, brasileiros que vivem no Paraguai..... 00998

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Considerações acerca da demissão do Presidente da Casa da Moeda do Brasil. 00999

SENADOR WELLINGTON DIAS – Enumeração das prioridades do mandato de S. Exª para 2012. 01002

1.2.16 – Leitura de requerimento

Nº 13, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 151 e 505, de 2007 e 99, 177, 307 e 692, de 2011. 1005

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 7, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 1006

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 06.02.2012****SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 2ª Sessão, Não Deliberativa, em 6 de fevereiro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Waldemir Moka, Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família de Sebastião Carlos Ribeiro de Sousa, falecido no último dia 16 de dezembro.

Justificação

Natural de Oeiras (PI), o músico da banda Santa Cecília, Sebastião Carlos Ribeiro de Sousa, faleceu no último dia 15, por volta das 15h30 em decorrência de um ataque cardíaco fulminante. Carlinhos, como era conhecido, sentiu-se mal e chegou ao hospital Deolindo Couto reclamando de um “formigamento”, mas logo em seguida veio à óbito. O músico é filho do conhecido “Seu Jerônimo”, presidente da União Artística de Oeiras. Muito querido, tão logo as pessoas foram tomando conhecimento da morte se dirigiram ao Hospital Deolindo Couto, para prestar solidariedade à família. Lamentando a perda desse artista piauiense e envio meu abraço solidário a seus parentes e amigos.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2011. – Senador **Wellington Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012

Solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria nos contratos de obras e manutenção das rodovias federais que receberam recursos para as operações denominadas “tapa buracos”, no período de 2006 a 2011.

rais que receberam recursos para as operações denominadas “tapa buracos”, no período de 2006 a 2011.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no **inciso IV do art. 71 da Constituição Federal**, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria nos contratos de obras e manutenção das rodovias federais que receberam recursos, para as operações denominadas “tapa buracos”, no período de 2006 a 2011.

Justificação

A imprensa tem noticiado nestes últimos meses gravíssimas denúncias de desperdício de dinheiro público nos contratos de manutenção das rodovias federais, em especial nas operações denominadas de “tapa buracos”.

Em recente reportagem publicada pelo jornal o GLOBO ficou evidenciado a precária durabilidade das diversas estradas recapeadas, um claro reflexo da baixa qualidade dos materiais empregados. O prazo, que deveria ser de dez anos, pela Lei de Licitações, não chega a três anos para que haja nova manutenção.

Devido a essas irregularidades, as rodovias terão de ser objeto de novos contratos para que sejam feitas as devidas recuperações, o que ocasiona em uma duplicação do montante de recursos originalmente previstos, causando prejuízos incalculáveis para o erário e para os milhares de usuários das estradas em todo o país.

Esses dados demonstram a ineficiência do gasto público do governo federal nos últimos anos, o que compromete as metas de crescimento do país. É indispensável que seja realizada auditoria em todos os contratos que autorizaram a realização dessas obras e que os responsáveis pelas ilegalidades sejam responsabilizados civil e criminalmente, bem como haja o integral e imediato ressarcimento aos cofres públicos.

Por todo o exposto, o presente requerimento tem por objetivo verificar, por intermédio de auditoria do Tribunal de Contas da União, a legalidade e os resultados na aplicação de recursos para a manutenção das rodovias federais, nos últimos cinco anos, de 2006 a 2011.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2012. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 3, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 618, de 2011.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Trata o presente processo do Requerimento nº 618, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, no qual Sua Excelência, como esteio da Resolução 84, de 1996, postula “a inserção de biografia e obra do Ex-Senador Abdias do Nascimento como parte integrante da coleção, “Grandes Vultos que Honraram o Senado”.

II – Análise

Cuida o Requerimento nº 618, de 2011, de autoria Senadora Marta Suplicy e fundado na Resolução 84, de 1996, em postular inserção de biografia e obra do Ex-Senador Abdias do Nascimento como parte integrante da coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”.

Sua Excelência a Senadora Marta Suplicy embasa seu pleito alegando, entre outros pontos importantes, que o nobre senador Abdias do Nascimento “representou para o Brasil na sua luta contra o preconceito e pelos direitos dos afro-descendentes, além de sua notável trajetória política e cultural” a legítima e democrática defesa dos direitos destes brasileiros.

III – Voto

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico, além do que a justa homenagem faz justiça a um grande brasileiro.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 618, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy.

Sala de Comissão,

Waldemir Moka, Presidente
Cícero Lucena, Relator
Marta Suplicy
Abdias do Nascimento
João Pessoa
Paraíba

PARECER Nº 4, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.199, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que requer informações do Ministro de Estado da Saúde sobre o contrato mantido pela Cruz Vermelha para gerenciamento de serviços no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, Paraíba.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

O Senador Vital do Rêgo, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 1.199, de 2011, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações relativas ao contrato mantido pela Cruz Vermelha para gerenciamento de serviços no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, Paraíba.

As informações requeridas objetivam esclarecer denúncias sobre a terceirização de que teria sido objeto aquele hospital e acerca das irregularidades encontradas em auditoria realizada pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho do Estado da Paraíba.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo e com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Está, também, amparada no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.199, de 2011.

Sala de Reuniões,

João Ribeiro, Presidente
Vital do Rêgo, Relator
João Pessoa
Paraíba
João Pessoa
Paraíba

PARECER N° 5, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento n° 1.223, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cujo primeiro signatário é o Senador Vicentinho Alves, que requer informações ao Ministro de Estado da Educação acerca do Edital SERES n° 1/2011, que trata do regime de migração das Instituições de Educação Superior, como a Faculdade de Medicina de Garanhuns (PE), bem como sobre a razão do pedido de liminar, pelo Ministério da Educação, para a suspensão do vestibular do Instituto Presidente Antônio Carlos.

Relator: Senador **Waldemir Moka**

I – Relatório

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos IX e X, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento n° 1.223, de 2011, cujo primeiro signatário é o Senador Vicentinho Alves, no qual solicita ao Ministro de Estado da Educação informações acerca do Edital SERES n° 01/2011, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação (MEC).

O mencionado edital trata do regime de migração de sistemas das Instituições de Educação Superior (IES) privadas, como é o caso da Faculdade de Medicina de Garanhuns (PE).

São solicitadas informações sobre:

- a) a finalidade do edital;
- b) quais Instituições de Ensino Superior (IES), mantidas e/ou geridas pela iniciativa privada, já ingressaram no MEC com solicitação objetivando a migração para o sistema federal;
- c) se o Edital SERES n° 01/2011 condiciona a suspensão das atividades das IES enquanto tramita o processo de migração do sistema estadual de ensino para o sistema federal;
- d) a razão do pedido de liminar, pelo MEC, para a suspensão do vestibular do Instituto Presidente Antônio Carlos (ITPAC), que possui unidades nos Estados de Minas Gerais e Tocantins, a despeito de o Edital SERES n° 01/2011 assegurar a continuidade e a regularidade das atividades desenvolvidas pelas IES, até a deliberação do órgão federal quanto à migração;
- e) se existe alguma outra IES credenciada pelo sistema estadual de ensino que tenha requerido a migração e esteja com as atividades suspensas por iniciativa da SERES/MEC;

f) o motivo pelo qual apenas o ITPAC teve as atividades suspensas, a despeito de o Parecer n° 407, de 2011, da AGU/CGEPD/MEC conferir ao Instituto igualdade de condições com as demais IES e de o MEC ter, em cinco vistorias, avaliado o ITPAC com nota 4, em uma escala de 1 a 5;

g) o modo pelo qual será sanado o prejuízo causado aos mais de mil alunos que participaram do vestibular do ITPAC de Garanhuns (PE) e que estão impedidos, por decisão judicial provocada pelo MEC, de conhecer os resultados das provas.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa n° 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, 2º, da Constituição Federal, dispõe que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora (inciso I) e não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija (inciso II).

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regulam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Atende igualmente os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa n° 1, de 2001, uma vez que se refere a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contém tema vedado por diploma legal e nem sujeito a sigilo e se encontra dirigido à autoridade ministerial competente.

III – Voto

À luz do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento n° 1.223, de 2011.

Sala de Reuniões,

Mei' Day, Presidente
João, Relator
Ministério
Waldemir Moka
Dr. Moka
Dr. Moka

PARECER N° 6, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento n° 1.299, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, sobre a veracidade, ou não, da matéria “Brasil não paga a OEA por causa de Belo Monte”, publicada no jornal O Estado de São Paulo, no dia 20 de outubro de 2011.

Relator: Senador **Ciro Nogueira**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento n° 1.299, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a veracidade ou não de matéria publicada no jornal **O Estado de São Paulo** acerca da suspensão, pelo Brasil, do pagamento da cota destinada anualmente à Organização dos Estados Americanos – OEA.

O Requerimento em pauta é, na origem, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo sido aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 20 de outubro último e lido no dia 24 do mesmo mês.

Encaminhado à Mesa, para decisão, conforme dispõe o art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal, foi distribuído à minha relatoria em 31 de outubro seguinte.

Conforme consta do Requerimento, segundo a notícia publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo**, o Brasil estaria se negando a cumprir compromisso financeiro com a OEA a título de represália contra a Comissão de Direitos Humanos daquela organização internacional, que teria levantado suspeitas “de que a hidrelétrica Belo Monte poderia vir a ferir direitos da população indígena local”.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos

atos do Poder Executivo. No plano regimental, está em consonância com o disposto nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno. O art. 216, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente a sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

Do mesmo modo, a proposição também preenche os requisitos do Ato da Mesa n° 1, de 2001.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria em exame, opino pela aprovação do Requerimento n° 1.299, de 2011.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and Relator of the Senate. The President's signature is at the top, followed by the Relator's signature. Below them are several other signatures, likely of the members of the Mesa.

PARECER N° 7, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento n° 1.305, de 2011, do Senador Jorge Viana, que solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações relativas à linha de crédito do Pronaf, denominada Pronaf Floresta.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

O Senador Jorge Viana, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações n° 1.305 de 2011, no qual solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações a respeito da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de-

nominada Pronaf Floresta, destinada ao financiamento de projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, e recuperação de áreas degradadas.

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

- I – Qual o montante de recursos alocado anualmente a esta linha de financiamento desde sua criação, em 2002, e qual o montante comprometido à cada ano?
- II – Houve, preliminarmente, a fixação de metas e a alocação de recursos para o alcance dessas metas ou a distribuição prévia de recursos entre cada objetivo definido para o Pronaf Floresta?
- III – Qual o número total de contratos firmados até o presente na linha Pronaf Floresta, e qual a distribuição deste total por objetivo dos projetos?
- IV – De acordo com informação do Ministério do Meio Ambiente, os financiamentos do Pronaf Floresta destinam-se a investimentos em projetos dentro dos objetivos definidos. Que tipo de itens têm sido financiados nos contratos firmados?
- V – Quais foram os resultados já obtidos pelo Programa, de acordo com os objetivos definidos?
- VI – Caso tenham sido elaborados material de divulgação do Pronaf Floresta ou relatórios de avaliação, solicita-se sua remessa juntamente com a prestação das informações acima.

O autor em sua justificativa argumenta que para reforçar, apoiar e, eventualmente, propor correções às políticas públicas como o Pronaf Floresta é necessário acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento.

II – Análise

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Criado pela Resolução nº 3.001, de 2002, do CMN, o Pronaf Floresta tinha, como meta inicial a implantação de até 20 mil hectares de florestas até o mês de junho de 2003.

A Linha de Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) é atualmente regulamentada pelas Resoluções nº 3.559; nº 3.731 (art. 4º); nº 3.868 (art. 6º); e nº 3.977 (art. 5º), do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Destaque-se que, além dos objetivos do Pronaf Floresta, assinalados pelo autor no Requerimento, há ainda o enriquecimento de áreas que já apresentam

cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécie florestal, nativa do bioma.

Ao se consultar os documentos dos planos safra da agricultura familiar dos últimos anos, disponibilizados no sítio na Internet do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), não são encontradas informações sobre metas para os programas e linhas de crédito, mas tão somente as inovações nas respectivas condições de financiamento. Tampouco há dados sobre os resultados alcançados com os programas nos anos anteriores.

O sítio na Internet do MDA afirma que “informações sobre os contratos do Crédito – Pronaf podem ser obtidas por ano fiscal ou por ano agrícola”. Uma página no sítio propõe apresentar a Base de dados do Crédito Pronaf, por ano agrícola e ano civil, mas ao se tentar acessar os dados, a informação resultante é de que a página está “em manutenção”.

Outra página que propõe apresentar a “Evolução histórica do Pronaf” apresenta apenas dados gerais do valor disponibilizado e realizado, e não por linha de crédito, e ainda assim somente até a safra 2008/2009.

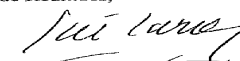

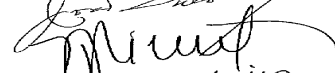
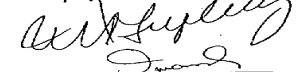
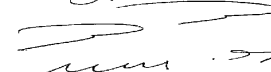

Não há nenhum dado disponível no site na Internet do MDA referente a metas físicas de área plantada ou reflorestada, produção e produtividade, renda obtida, número e valor de contratos do Pronaf Floresta ou de outras linhas de crédito.

Portanto, considerado ainda o contexto de discussão do Novo Código Florestal no Senado Federal, o Requerimento apresentado pelo Senador Jorge Viana é absolutamente pertinente e oportuno.

III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.305 de 2011.

Sala de Reuniões,

 Presidente
 Relator





PARECER Nº 8, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.331, de 2011, da Comissão de Relações e Defesa Nacional, por

meio do qual são solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa a respeito de matéria publicada na revista **Carta Capital**, sob o título “Paranoia Verde-Oliva”, com o propósito de que confirme, ou não, a existência do Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro.

Relator: Senador **Ciro Nogueira**

I – Relatório

A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, mediante iniciativa do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, com base no art. 50, § 2º, da Carta Magna, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa a respeito de matéria publicada na revista **Carta Capital**, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título “Paranoia Verde-Oliva”, com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro.

II – Análise

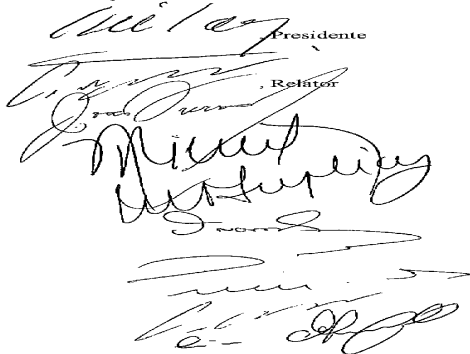
A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo (arts. 215 e 216 do RISF e art. 50, § 2º da Constituição Federal).

Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido a autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma.

III – Voto

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.331, de 2011.

Sala de Reuniões,



Presidente
Relator

PARECER Nº 9, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.340, de 2011, do Senador Jorge Viana, que objetiva obter do Ministro de Estado dos Transportes informações “sobre a situação das balsas que fazem a travessia do Rio Madeira, na BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho”.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.340, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana, que se destina a obter do Senhor Ministro de Estado dos Transportes informações relativas aos serviços de transporte por meio de balsas para a travessia do Rio Madeira, no trecho da rodovia BR-364 compreendido entre as cidades de Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO).

O autor da iniciativa pretende trazer ao conhecimento do Senado Federal as medidas adotadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) “para garantir a boa qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas autorizadas a operar as balsas, particularmente em relação ao aumento da disponibilidade de horários de travessia”, aos aspectos de regularidade e segurança, bem como no tocante aos preços cobrados para a sua prestação.

Para justificar a proposição, o autor informa que, em face da ausência de uma ponte nesse trecho da rodovia BR-364, já perdura “por mais de quarenta anos” o procedimento de utilização de balsas para a travessia do Rio Madeira. Para ele, no entanto, tais serviços não têm sido, prestados com a eficiência e a segurança necessárias, razão pela qual considera relevante o “conhecimento circunstanciado” das medidas que vêm sendo adotadas pelo Ministério dos Transportes e pela Antaq para assegurar o preceito de qualidade na prestação desse relevante serviço público.

II – Análise

Regida pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno desta Casa, a proposição em pauta destina-se a subsidiar a ação fiscalizadora do Senado Federal. Sua tramitação é regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação.

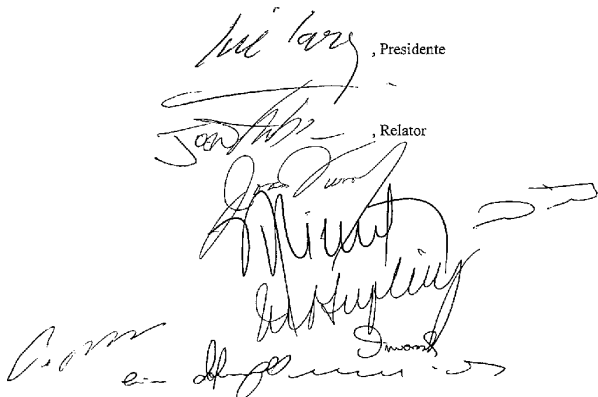
O Requerimento sob exame satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, uma vez que: (1) é dirigido a Ministro de Estado; (2) solicita informações que guardam relação estreita

ta e direta com o assunto que procura esclarecer; (3) não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e (4) não contém pedidos referentes a mais de um Ministério.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação do Requerimento nº 1.340, de 2011.

Sala de Reuniões,



_____, Presidente
_____, Relator

PARECER Nº 10, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.347, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre a organização e o funcionamento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Relator: Senador **Waldemir Moka**

I – Relatório

Trata-se do Requerimento nº 1.347, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal (CF), c/c do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre a organização e o funcionamento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), órgão que integra a estrutura do Ministério da Justiça, conforme o que estabelece o art. 29, inciso XIV da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e alterações posteriores.

Os oito quesitos constantes do requerimento podem ser classificados em três grandes grupos: o primeiro grupo, que abarca os seis primeiros quesitos, cuida de obter informações sobre os recursos humanos da DPRF, vale dizer, o quantitativo de policiais rodoviários federais na ativa no Brasil e sua discriminação por Estado; informações sobre quantos desses policiais atuam nas áreas finalísticas do órgão, ou seja, no patrulhamento ostensivo das rodovias federais; objetiva,

também, mapear as carências de pessoal por unidade da federação; e, ainda, obter informações sobre o provimento dos cargos de policial rodoviário federal, como data da realização do último concurso público, vagas oferecidas, prazo de validade, nomeação dos aprovados, previsão de novos concursos, entre outras.

O segundo grupo de informações solicitadas, representado pelo sétimo quesito, pretende obter informações sobre a organização e o funcionamento do DPRF, como a identificação dos critérios adotados para a abertura e o fechamento de postos rodoviários policiais, e se, na conformação desses critérios, são consideradas variáveis como o volume de tráfego, a densidade populacional, a relevância econômica da região, os índices de criminalidade existentes, entre outras.

Por fim, o oitavo quesito trata especificamente do Estado de Santa Catarina, intencionando obter informações detalhadas sobre os quantitativos de lotação por unidade de patrulhamento ao longo das rodovias federais que cortam o Estado.

Extraímos o seguinte trecho da justificação, que bem demonstra o que se pretende com o presente requerimento de informações:

(...) possibilitar que se trace um panorama da situação do quadro de policiais rodoviários federais no Brasil, totalizado e discriminado por Estado. Com isso, pretendemos analisar sua distribuição geográfica e as regiões de maior carência de pessoal.

No que concerne especificamente ao Estado de Santa Catarina, Estado que representa no Senado Federal, o requerente aponta problemas referentes ao fechamento do posto da Polícia Rodoviária Federal em São Francisco do Sul e a possibilidade de fechamento de outro em Concórdia. Tais providências são desarrazoadas, a seu ver, em face do caráter estratégico das rodovias federais atendidas pelos postos indicados e do quantitativo de veículos que por elas circulam.

II – Análise

A matéria tratada pelo presente Requerimento é da competência da União, consoante o art. 48, inciso X; o art. 61, § 1º, II, alíneas **a** e **c**; o art. 84, inciso VI, alínea **a**, e inciso XXV; e o art. 144, inciso II e § 2º, todos da Constituição Federal.

Nesse sentido, torna-se evidente a incidência da regra prevista no inciso X do art. 49 da CF, que estabelece ser competência exclusiva do Congresso Nacional, diretamente ou por qualquer de suas Casas, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo federal.

Ademais, a Constituição Federal autoriza, com base em seu art. 50, § 2º, o encaminhamento pela Mesa do Senado Federal de pedidos escritos de informação

a Ministros de Estado, fixando-lhes o prazo de trinta dias para resposta, sob pena de responsabilização em caso de recusa, não-atendimento ou prestação de informações falsas.

Não há reparos regimentais a opor ao Requerimento sob análise, à luz do que dispõe o art. 216 do RISF, em especial no que concerne à observância das restrições previstas em seu inciso II, e no art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, em virtude de não veicular pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido, e não se referir a mais de um Ministério.

A matéria tratada é da maior relevância, pois almeja levantar informações sobre a organização e o funcionamento da Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União, estruturado em carreira, e previsto constitucionalmente com a atribuição de exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.347, de 2011, e por seu encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Sala de Reuniões,

Luiz Faria
Presidente
João Paulo
Relator
Waldemir Moka
Vanessa Grazziotin

PARECER Nº 11, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 1.349, de 2011, que requer sejam solicitados ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os investimentos destinados ao setor de energia elétrica no Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Waldemir Moka**

I – Relatório

A Senadora Vanessa Grazziotin, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal encaminhou a esta Mesa o Requerimento de

Informações nº 1.349, de 2011, dirigido ao Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no qual pede informações sobre os investimentos destinados ao setor de energia elétrica no Estado do Amazonas, em 2012.

A Senadora deseja conhecer com maior detalhamento os investimentos a serem realizados por intermédio da Amazonas Energia, e que devem chegar ao montante de R\$1 bilhão. Ela está especialmente preocupada com os critérios para escolha dos municípios a serem beneficiados. Também indaga se esses investimentos serão capazes de pôr fim ao racionamento de energia elétrica nas cidades da região.

II – Análise

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Portanto, o Congresso Nacional tem o dever constitucional de acompanhar a atuação da Eletrobras e cobrar das autoridades medidas que não prejudiquem os entes da Federação.

O questionamento em relação aos investimentos destinados ao setor elétrico no Estado do Amazonas justifica-se pela importância que a capacidade energética tem para o bem-estar social e o desenvolvimento econômico dos municípios, sobretudo os do interior. Estes precisam conhecer os critérios para escolha das cidades a serem beneficiadas, bem como o montante e o cronograma dos investimentos. É importante verificar se a Eletrobras está priorizando os investimentos de forma a eliminar a ameaça de racionamento no Estado.

Em conclusão, consideramos que o Requerimento encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às condições de admissibilidade dispostas no art. 216 do RISF e no Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1.349, de 2011.

Sala de Reuniões,

Luiz Faria
Presidente
João Paulo
Relator
Waldemir Moka
Vanessa Grazziotin

PARECER Nº 12, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.351, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita informações ao Ministro da Saúde acerca do programa Saúde Não Tem Preço no Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Waldemir Moka**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.351, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde, informações referentes à implantação do programa Saúde Não Tem Preço no Estado do Amazonas.

O requerimento veio à Mesa, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos termos do arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regulamentam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.351, de 2011.

Sala de Reuniões,

Luci Presidente
Waldemir Moka Relator
Vanessa Grazziotin
João Paulo
João Paulo
João Paulo

PARECER Nº 13, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.352, de 2011.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Trata o presente processo do Requerimento nº 1.352, de 2011, de autoria do Senador Blairo Maggi, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor

Ministro de Estado da Justiça para informar a respeito do acordo realizado entre o Brasil e a Bolívia atinente à repatriação de carros brasileiros em território boliviano como resultado de prática criminosa, bem como a situação do cumprimento do acordo entre ambos os países e as medidas tomadas pelo Governo brasileiro referente à cooperação com o Estado boliviano.

II – Análise

No Requerimento nº 1.352, de 2011, o Senador Blairo Maggi, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado da Justiça para informar a respeito do acordo realizado entre o Brasil e a Bolívia atinente à repatriação de carros brasileiros em território boliviano como resultado de prática criminosa, bem como a situação do cumprimento do acordo entre ambos os países e as medidas tomadas pelo Governo brasileiro referente à cooperação com o Estado boliviano.

Muito embora o Requerimento nº 1.352, de 2011 não venha acompanhado de justificativa, a Audiência Pública realizada em 20 de outubro de 2011, “para debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente no Brasil” traz os elementos necessários à compreensão e abrangência do pleito.

III – Voto

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico, além do que as respostas a serem dadas mostram-se relevantes para os interesses do País, mormente para a cessação de prática ilícita e antiga em território brasileiro.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1.352, de 2011, de autoria do Senador Blairo Maggi, com a recomendação de que sejam juntados aos autos os registros da Audiência Pública acima mencionada.

Sala da Comissão,

Luci Presidente
Blairo Maggi Relator
João Paulo
João Paulo
João Paulo
João Paulo

PARECER Nº 14, DE 2012**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.353, de 2011.**Relator: Senador **Cícero Lucena****I – Relatório**

Trata o presente processo do Requerimento nº 1353, de 2011, de autoria do Senador Blairo Maggi e outros ilustres parlamentares, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores para informar a respeito do acordo realizado entre o Brasil e a Bolívia atinente à repatriação de carros brasileiros em território boliviano como resultado de prática criminosa, bem como a situação do cumprimento do acordo entre ambos os países e as medidas tomadas pelo Governo brasileiro referente à cooperação com o Estado boliviano.

II – Análise

No Requerimento nº 1353, de 2011, o Senador Blairo Maggi e outros ilustres parlamentares, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores para informar a respeito do acordo realizado entre o Brasil e a Bolívia atinente à repatriação de carros brasileiros em território boliviano como resultado de prática criminosa, bem como a situação do cumprimento do acordo entre ambos os países e as medidas tomadas pelo Governo brasileiro referente à cooperação com o Estado boliviano.

Muito embora o Requerimento nº 1353, de 2011 não venha acompanhado de justificativa, a Audiência Pública realizada em 20 de outubro de 2011, “para debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente no Brasil” traz os elementos necessários à compreensão e abrangência do pleito.

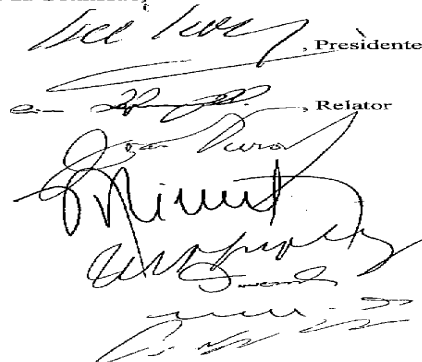
III – Voto

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico, além do que as respostas a serem dadas mostram-se relevantes para os interesses do País, mormente para a cessação de prática ilícita e antiga em território brasileiro.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1353, de 2011, de autoria do Senador Blairo Maggi e outros ilustres parlamentares, com a

recomendação de que sejam juntados aos autos os registros da Audiência Pública acima mencionada.

Sala da Comissão,



Presidente
Relator

PARECER Nº 15, DE 2012**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.367, de 2011, do Senador
Alvaro Dias, para que sejam prestadas, pelo
Ministro de Estado da Educação, informa-
ções sobre a contratação de empresas de
fachada, pelo Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão vin-
culado ao Ministério da Educação, para pres-
tar a segurança da informação na internet.**Relator: Senador **Waldemir Moka****I – Relatório**

Trata-se de examinar o Requerimento nº 1.367, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Educação pedido de informações atinentes à contratação, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, de empresa para prestar serviço de segurança na Rede Mundial de Computadores (Internet).

O requerimento contém uma série de indagações sobre os aspectos legais da contratação da empresa Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda., pedindo que o requerente esclareça os critérios que nortearam o processo de licitação e quem são os reais proprietários da empresa vencedora, em face de notícia veiculada pela imprensa sobre possível fraude da licitação do Inep mediante o uso de “empresa de fachada”, cuja propriedade é contestada por seus donos formais, que indicam como seu verdadeiro proprietário o Senhor André Luis Sousa, que também é dono de outras empresas contratadas pelo Inep.

O autor do requerimento objetiva, assim, obter esclarecimento quanto à lisura da licitação realizada pelo Inep que resultou na contratação da referida, sobre

a qual recai a suspeita de ser empresa “de fachada”, usada para fraudar o referido certame.

O citado requerimento veio a esta Mesa, com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

O requerimento atende ao disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que trata de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, e tem por escopo atos do Poder Executivo que se submetem à fiscalização e ao controle desta Casa, tendo em vista a competência exclusiva do Congresso Nacional estabelecida no art. 49, X, da Carta de 1988.

O requerimento é dirigido ao Ministro de Estado da Educação, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina o requerimento de informações, em razão de tratar de assunto relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão, no caso, o Inep.

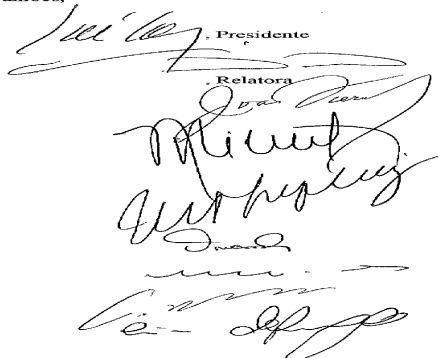
De outro lado, o requerimento também atende às restrições previstas no art. 216, II, do Risf, e no art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, em virtude de não veicular pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido, e não se referir a mais de um Ministério.

Portanto, o pedido vai ao encontro da norma constitucional a respeito da competência fiscalizadora do Congresso Nacional e está condizente com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, bem como com os demais dispositivos regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.367, de 2011.

Sala de Reuniões,


Presidente
Relatora

PARECER Nº 16, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.435, de 2011, do Senador Cássio Cunha Lima, que requer informações do Ministro de Estado da Saúde acerca da assistência aos portadores de mucopolissacaridose e das pesquisas médicas sobre a doença.

Relator: Senador João Ribeiro

I – Relatório

Com fundamento nos arts. 50, da Constituição Federal, e 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima apresentou o Requerimento nº 1.435, de 2011, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre as pesquisas nacionais sobre a mucopolissacaridose e sobre a assistência farmacêutica aos portadores dessa doença.

As informações requeridas objetivam esclarecer o andamento das pesquisas nacionais sobre a doença – em vista da demora em proceder ao exame da matéria pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa –; conhecer os critérios adotados pelo Ministério da Saúde para o fornecimento de medicamentos aos portadores de mucopolissacaridose; e obter informações acerca do número de pacientes atendidos em todo o País.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo e com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, estando, também, amparada no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Entendemos, no entanto, que o requerimento merece ser aperfeiçoado no que diz respeito à redação, para deixar clara a natureza das informações requeridas.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.435, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

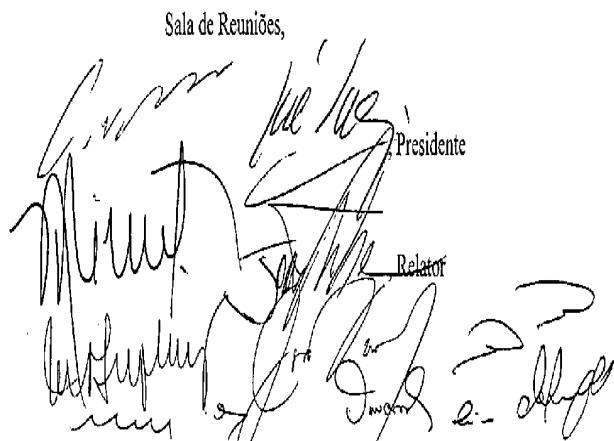
REQUERIMENTO Nº 1.435, DE 2011 (SUBSTITUTIVO)

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam

prestadas, pelo Exm^o Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1. Qual foi o resultado da apreciação, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), dos projetos de pesquisa sobre mucopolissacaridose?
2. No caso de ausência de deliberação, quais são as justificativas para esse fato e as medidas que estão sendo tomadas pelo Ministério da Saúde para acelerar o início das referidas pesquisas?
3. Quais são os critérios adotados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o fornecimento de medicamentos aos portadores de mucopolissacaridose?
4. Quantos pacientes portadores de mucopolissacaridose são atendidos atualmente no âmbito do SUS?

Sala de Reuniões,



Presidente

Relator

PARECER N° 17, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento (RQS) n° 1.444, de 2011, que solicita ao Ministro de Minas e Energia informações no âmbito da Eletrobras acerca da ampliação do sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

De autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, o Requerimento (RQS) n° 1.444, de 2011, refere-se a pedido de informações ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobras, acerca da ampliação do sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas. As questões levantadas pela autora são:

- Existe planejamento de aumento de investimentos no setor de energia elétrica para o interior do Amazonas?
- Qual a execução do orçamento de investimentos da Eletrobras no Amazonas nos últimos dez anos? Quais são os valores previstos e o valor efetivamente realizado?
- Qual o valor que será destinado para investimentos no setor de energia elétrica no interior do Amazonas até 2014?
- Considerando a tendência de crescimento populacional, principalmente em municípios do interior do Estado, poderão esses valores ser revistos, com possibilidade de aumento nos investimentos no interior do Amazonas?
- Quais municípios serão beneficiados com os investimentos da ampliação da rede de energia elétrica da empresa Amazonas Energia?
- Quais os critérios utilizados para escolha desses municípios?
- Considerando que, hoje, quase cem por cento da energia utilizada no interior do Estado vêm da queima de combustível muito poluente – o óleo diesel – e, levando em conta as metas do País nas questões ambientais, existe um planejamento específico para iniciar um processo de substituição desse combustível fóssil na matriz energética do interior do Estado?
- Qual o cronograma de trabalho previsto até 2014 para ampliação da rede de energia no Estado?

Podemos sintetizar a justificação apresentada pela autora do RQS n° 1.444, de 2011, do seguinte modo:

- notícias na mídia local dão conta de que a Amazonas Energia prevê a aplicação de quatro bilhões de reais nos próximos anos para ampliar a rede de geração de energia elétrica, sendo vinte por cento desse valor destinado ao interior do Estado;
- essa ampliação está condicionada ao aumento da capacidade de estoque de óleo diesel para as estações termoeletricas, passando para 27 mil metros cúbicos;
- não foram mencionados possíveis investimentos em formas menos poluentes de geração de energia elétrica;
- o aumento de oferta de energia elétrica no Amazonas é sempre um tema muito discutido, uma vez que tem influência direta no desenvolvimento econômico e social, que gera emprego e renda para a região;

- com relação aos municípios do interior do Amazonas, são claras as dificuldades enfrentadas com o racionamento de energia, que reduz a produção e o interesse em novos empreendimentos, como a instalação de fábricas de grande porte, exploração de riquezas extrativistas, minerais etc.;
- considerando que o crescimento econômico brasileiro tem gerado desenvolvimento e crescimento em muitas cidades, principalmente no interior, é urgente a necessidade de ampliação do sistema da rede elétrica, pois tem sido reduzida ano a ano, a capacidade de geração de energia;
- a limitação na oferta de energia afeta inclusive a capital, Manaus, que abriga a Zona Franca (ZFM) e que já não há energia suficiente para garantir novos investimentos e a vinda de outras grandes indústrias nacionais e internacionais para a região;
- urge a elaboração de um planejamento coerente para a ampliação da rede de geração e distribuição de energia elétrica no estado do Amazonas, abrangendo os municípios do interior do estado, onde a população sofre com o racionamento;
- é dever do Estado propiciar melhor qualidade de vida para seu cidadão, o que exige oferta adequada de energia elétrica;
- no cumprimento das metas ambientais previstas para o País, as políticas públicas devem prever a mudança da matriz energética, diminuindo a participação das fontes mais poluentes.

A matéria foi lida em plenário no dia 2 de dezembro de 2011.

II – Análise

O RQS nº 1.444, de 2011, fundamenta-se no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea “a”, inciso I do art. 215 e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

A prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, é assegurada ao Congresso Nacional pela Constituição Federal, em seu art. 49, X.

Efetivamente, a Carta estabelece no art. 50, § 2º, que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Portanto, o Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin atende ao disposto na Carta Magna, bem

como às normas estabelecidas no Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

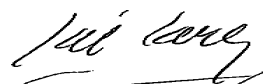

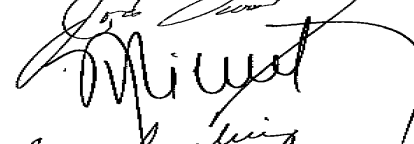

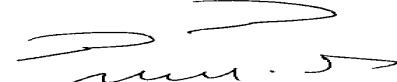

Entendemos que não há óbice constitucional para a iniciativa legislativa e que o requerimento é dirigido à autoridade competente para prestar as informações solicitadas.

A proposição sob exame satisfaz as exigências de admissibilidade ao observar as disposições constitucionais e as normas regimentais acerca da matéria.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do RQS nº 1.444, de 2011.

Sala de Reuniões,

 , Presidente
 , Relator





PARECER Nº 18, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.455, de 2011, da Senadora Kátia Abreu, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, a respeito dos empréstimos concedidos pelo Banco da Amazônia (BASA), no período de 2007 a 2010, e os locais onde foram aplicados os recursos.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

A Senadora Kátia Abreu, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o arts. 215, 1, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 1.455, de 2011, no qual solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito dos empréstimos

concedidos pelo Banco da Amazônia, no período de 2007 a 2010, por local de aplicação dos recursos, considerando as Unidades da Federação.

A nobre autora justifica o requerimento afirmando que se trata de ação fiscalizadora constitucional e que as informações poderão servir de subsídio para eventuais medidas no âmbito do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

A presente proposição está de acordo com o que dispõem os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Porquanto, envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O Requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo.

Preliminarmente, devemos examinar se o requerimento trata de informações sigilosas referentes a operações de instituição financeiras, mediante o exame da Lei Complementar (LC) nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, e dá outras providências, de modo a verificar se seria justificável o seu encaminhamento para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por se tratar de informações sobre operações ativas de instituição financeira.

De acordo com o art. 1º da referida LC nº 105, de 2001, as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados, e os bancos de qualquer espécie são considerados instituições financeiras, para o efeito da referida lei complementar, conforme dispõem o § 1º e seu inciso I do citado art. 1º.

No entanto, as informações requeridas em tela dizem respeito unicamente ao local de aplicação dos recursos concedidos por Unidade da Federação, que exigem a obediência ao princípio da publicidade, conforme art. 37 da Carta Magna.

Dessa forma, a questão formulada não envolve informações de caráter sigiloso, conforme definido no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão sobre sua admissibilidade.

Além disso, o Requerimento nº 1.455, de 2011, atende aos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.455, de 2011.

Sala de Reuniões,

Luiz Faria, Presidente
João Vicente Claudino, Relator
João Paulo
Minist
Luiz Henrique
João
João
João

PARECER Nº 19, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.465, de 2011, do Senador Aécio Neves, que visa a obter do Ministro de Estado da Saúde informações sobre o montante total dos recursos repassados na área da saúde nos anos de 2007 a 2011 e a sua respectiva execução orçamentária.

Relator: Senador **João Vicente Claudino**

I – Relatório

O Senador Aécio Neves, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 1.465, de 2011, o qual se destina a solicitar ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre o montante total dos recursos repassados na área de saúde, nos anos 2007 a 2011, e a execução orçamentária efetivamente realizada pela União, não contabilizados ou identificados nesse montante os recursos inscritos em restos a pagar e posteriormente cancelados pelo governo federal, discriminados, preferencialmente, por Estado da Federação.

As informações requeridas objetivam esclarecer denúncias de que teria sido mascarada a subtração de parte dos recursos que deveriam ter sido destinados à saúde pela União.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Exe-

cutivo e com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Está, também, amparada no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.465, de 2011.

Sala de Reuniões,

President
Relator

PARECER Nº 20, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.466, de 2011, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a arrecadação e destinação, desde 2002, da CIDE-Combustíveis.

Relator: Senador **Ciro Nogueira**

I – Relatório

O Senador Aécio Neves apresentou o Requerimento nº 1.466, de 2011, no qual requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas à arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e de sua execução orçamentária:

1. Qual o volume arrecadado, ano a ano, desde 2002;
2. Qual a destinação dos recursos da CIDE/Combustíveis, com o detalhamento dos repasses realizados, por área – subsídios, transportes e meio ambiente;
3. Quais os montantes transferidos a Estados e Municípios, anualmente, desde 2002, por unidade federativa.

Em sua justificativa, o autor do Requerimento argumenta que a Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001, não vem sendo respeitada, pois estabelece que a arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível seria destinada: **a)** ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; **b)** ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria de petróleo e do gás; e **c)** ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes, essa destinação não vem sendo respeitada. Menciona que, em 2003, o Tribunal de Contas da União instaurou processo, cujo Acórdão 938/2003 apontou “(1) desvio de finalidade; (2) permanência no caixa do Tesouro Nacional; e (3) substituição de fontes ordinárias de dotações antigas do orçamento dos transportes por receitas proporcionadas pela CIDE, inviabilizando o acréscimo de recursos ao setor”.

Destaca, ainda, a precária situação da infraestrutura de transportes do País e a péssima conservação de estradas sem que os estados, inclusive Minas Gerais, possam agir para sanar os problemas, por não terem recursos nem competência para tal, além dos recentes acidentes em áreas de exploração de petróleo, que demonstram a falta de investimentos na prevenção e correção dos impactos ambientais.

II – Análise

O Requerimento nº 1.466, de 2011, fundamenta-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que tratam dos Requerimentos de Informações, devendo também atender às disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O objetivo da proposição é solicitar ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os montantes de arrecadação da CIDE/Combustíveis e sobre sua destinação a qual é estabelecida na Constituição Federal.

O art. 216 do RISF estabelece que:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

O Ato nº 1 da Mesa, de 2001, por sua vez, determina que o requerimento refira-se a assunto submetido ao Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora, e que as informações solicitadas tenham relação direta e estreita com o assunto que se procura esclarecer.

Tais disposições são plenamente observadas no Requerimento nº 1.466, de 2011, que ora se examina, pois as indagações formuladas atendem aos requisitos de admissibilidade contidos no art. 216 do RISF e, também, as informações solicitadas possuem relação direta com o tema que se pretende averiguar, qual seja os montantes e a destinação dos recursos da CIDE/Combustíveis.

Destaque-se, ainda, que a proposição, ao tratar da aplicação de recursos públicos, está também amparada no princípio da publicidade dos atos da administração pública, em conformidade com o art. 37, capuz, da Constituição Federal.

Finalmente, observe-se que os esclarecimentos solicitados não envolvem informações de caráter sigiloso, de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 2001, uma vez que são indagados apenas os montantes globais despendidos, e não informações específicas sobre as operações bancárias. Cabe, portanto, à Mesa a decisão terminativa.

No entanto, será necessário proceder a pequeno ajuste de redação, uma vez que o detalhamento das informações solicitadas encontra-se no último parágrafo da Justificativa, quando deveria constar no enunciado do requerimento.

III – Voto

Por todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.466, de 2011, com o seguinte ajuste de redação:

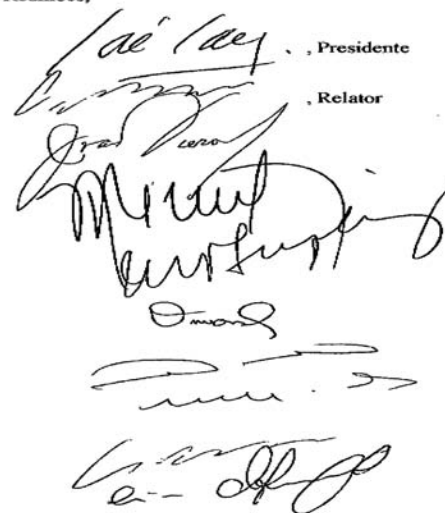
REQUERIMENTO Nº 1.466, DE 2011

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a arrecadação e destinação, desde 2002, da CIDE/Combustíveis:

1. Qual foi o volume arrecadado, ano a ano, desde 2002;
2. Qual foi a destinação dos recursos da CIDE/Combustíveis, com o detalhamento dos repasses realizados, por área – subsídios, transportes e meio ambiente;

3. Quais os montantes transferidos a Estados e Municípios, anualmente, desde 2002, por unidade federativa.

Sala de Reuniões,


_____, Presidente
_____, Relator

PARECER Nº 21, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.467, de 2011, do Senador Aécio Neves, que requer informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre os investimentos da Pasta da qual é titular em prevenção, controle e combate à dengue e em pesquisa e desenvolvimento da vacina contra a doença, no período de 2007 a 2011.

Relator: Senador João Vicente Claudino

I – Relatório

O Senador Aécio Neves, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 1.467, de 2011, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre o montante dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde para ações de “prevenção, controle e combate” da dengue e para o financiamento de pesquisas realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para o desenvolvimento da vacina contra a doença, no período de 2007 a 2011.

As informações requeridas objetivam esclarecer denúncias de que parte significativa dos recursos alocados pela União para o controle da doença no País não foram efetivamente aplicadas e que “a inércia e a inaplicação das verbas públicas no combate à doença foram decisivas para o atual estado

em que se encontram vários Municípios, ameaçados pela dengue, [...]”.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo e com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Está, também, amparada no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.467, de 2011.

Sala de Reuniões,

Lucena
Presidente
Lucena
Relator
Lucena
Lucena
Lucena
Lucena
e- *Lucena*

PARECER Nº 22, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1471, de 2011.

Relator: Senador Cícero Lucena

I – Relatório

Trata o presente processo do Requerimento nº 1471, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea “a”, inciso I, do artigo 215 e artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário preste informações sobre “as razões que fundamentaram a decisão do fechamento das seis unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, presentes nos municípios do interior do Amazonas”.

II – Análise

No Requerimento nº 1.471, de 2011, Sua Excelência, a Senadora Vanessa Grazziotin, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea a, inciso I, do artigo 215 e artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário preste informações sobre “as razões que fundamentaram a decisão do fechamento das seis unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, presentes nos municípios do interior do Amazonas”.

As razões do pleito vêm bem fundamentadas e, de fato, foram bem eleitas para que seja o presente requerimento atendido. Dentre outros motivos, colhe-se, como igualmente importante, o argumento de que “a informação torna-se mais preocupante se considerado que os municípios são áreas de fronteira. Neles há intensa movimentação de pessoas e desenvolvimento do comércio, devido principalmente às atividades de extração de madeiras e exploração de recursos naturais”.

III – Voto

Dessarte, o Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico e atendem, também, ao interesse público, aqui relevado pela segurança nacional.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1471, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Sala da Comissão,

Lucena
Presidente
Lucena
Relator
Lucena
Lucena
Lucena
Lucena
e- *Lucena*

PARECER Nº 23, DE 2012

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento (RQS) nº 1.475, de 2011, que

solicita ao Ministro de Minas e Energia informações sobre diversos empreendimentos da sociedade de economia mista Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS).

Relator: Senador **Ciro Nogueira**

I – Relatório

De autoria do Senador Aécio Neves, o Requerimento (RQS) nº 1.475, de 2011, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), vem à Mesa do Senado Federal, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca de diversos empreendimentos da sociedade de economia mista Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), vinculada à Pasta.

As informações solicitadas são relacionadas com:

- o cumprimento de protocolo de intenções assinado com o Governo do Estado de Minas Gerais, em 2005, visando ao investimento na instalação do pólo acrílico na Refinaria Gabriel Passos (REGAP), em parceria com a Braskem;
- investimentos na Refinaria Gabriel Passos no Estado da Bahia;
- a existência ou não de projeto da Petrobras para a ampliação da capacidade instalada da Regap;
- a real situação do investimento para a construção e implantação da usina de amônia e uréia em Uberaba (MG);
- a previsão de investimento da Petrobras para estender o gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), de São Carlos (SP) ao Triângulo Mineiro(MG);
- a estratégia e planos da empresa para a planta de biodiesel instalada em Montes Claros (MG);
- os planos da empresa em relação à exploração do gás não convencional na Bacia do São Francisco;
- a existência ou não de estudos de viabilidade, planejamento da infraestrutura de escoamento (gasodutos), eventual concessão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a exploração desse gás.

Na justificação do RQS nº 1.475, de 2011, o autor afirma que a Petrobras planeja investir US\$224 bilhões no Brasil até 2014 e que, desse total, segundo a própria empresa, apenas US\$3,5 bilhões serão investidos no Estado de Minas Gerais, ou seja, pouco mais de 1,5% dos investimentos planejados pela estatal para o período considerado.

O Senador Aécio Neves ressalta o fato de os grandes investimentos da Petrobras concentrarem-se nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, mas lembra que, juntamente com o Banco

Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a empresa é um agente estratégico de indução de políticas industriais no País, respondendo atualmente pela maior parcela dos investimentos realizados pelo setor público no Brasil.

O estado de Minas Gerais responde por 11% do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria nacional, lembra o autor, e possui a mesma participação na população brasileira. O estado é o segundo maior consumidor de produtos derivados do petróleo do Brasil e possui posicionamento geográfico estratégico, próximo dos principais mercados consumidores de derivados do petróleo e biocombustíveis.

O Senador ressalta o fato de um Estado com tal relevância para os negócios da Petrobras alcançar uma participação tão modesta nos investimentos planejados pela estatal e, nesse contexto, julga ser necessário que a Petrobras acelere os investimentos que planejou ou se comprometeu a realizar no Estado de Minas Gerais.

Sendo assim, o autor do RQS nº 1.475, de 2011, considera imprescindível que as indagações arroladas em seu requerimento sejam cabalmente respondidas.

A matéria foi lida em plenário no dia 2 de dezembro de 2011.

II – Análise

Inicialmente, deve-se levar em conta que a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, é assegurada ao Congresso Nacional pela Constituição Federal, em seu art. 49, X.

A Carta estabelece, ainda, no art. 50, § 2º, que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

O RQS nº 1.475, de 2011, atende ao disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), bem como o que estabelece o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Portanto, podemos concluir, com segurança, que não há óbice constitucional para a iniciativa legislativa representada pelo RQS nº 1.475, de 2011. Note-se, também, que o requerimento é dirigido à autoridade competente para prestar as informações solicitadas.

Em síntese, a proposição sob exame satisfaz as exigências de admissibilidade ao observar as disposições constitucionais e as normas regimentais acerca da matéria.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do RQS nº 1.475, de 2011.

Sala de Reuniões,



Presidente
Relator

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em sua 17ª Reunião realizada no dia 20 de dezembro último ano, deliberou sobre as seguintes matérias:

- Pelo deferimento dos Requerimentos nºs 618, 1.199, 1.223, 1.299, 1.305, 1.331, 1.340, 1.347, 1.349, 1.351, 1.352, 1.353, 1.367, 1.444, 1.455, 1.465, 1.467, 1.471 e 1.475, de 2011, nos termos de seus relatórios;
- Pelo deferimento dos Requerimentos nºs 1.435 e 1.466, de 2011, com alteração redacional;
- Pela aprovação do Requerimento nº 1.533, de 2011, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 151 e 505, de 2007; 99, 177 e 307, de 2011, que já tramitam em conjunto. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa;

– Pela aprovação do Requerimento nº 1.543, de 2011, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 457 e 546, de 2009; 575 e 682, de 2011. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa;

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 24, DE 2012

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (nº 547/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

Relator: Senador **Acir Gurgacz**

I – Relatório

A proposição em exame é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, de 2011 (PL nº 547, de 2003, na origem), do Deputado Reginaldo Lopes que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

A proposição contém dois artigos, sendo que o art. 1º estabelece para a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a obrigatoriedade de informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior à entrega. Pelo parágrafo único, a não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

O art. 2º trata da cláusula de vigência.

O autor da proposição argumenta que “a produção leiteira é responsável por grande parte dos empregos gerados no campo, e esses produtores devem ser protegidos pela lei, para que possam continuar a produzir, tanto o grande produtor como o pequeno”.

O PLC em apreciação foi distribuído para análise terminativa desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 80, de 2011.

II – Análise

Inicialmente ressaltamos que, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

Por oportuno, destacamos que compete a esta Comissão opinar sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal (art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF).

No que se refere à constitucionalidade do PLC nº 80, de 2011, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito comercial, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal (CF). Ainda, conforme o art. 23, VIII, da CF, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, da CF, e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção pela forma de projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se apresenta dotada de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Com respeito ao mérito, entende-se ser importante o PLC, por trazer ao setor lácteo brasileiro maior estabilidade nas relações comerciais entre produtores de leite e os laticínios que processam o produto.

O PLC nº 80, de 2011, trata de um ponto sensível da cadeia produtiva do leite, ao intervir na relação entre produtores de leite e laticínios. Destaque-se que a produção de leite sob inspeção federal no Brasil aumentou, de 16,6 bilhões de litros, em 2006, para 20,97 bilhões de litros, em 2010, segundo dados do IBGE.

De fato, há uma relação desigual e de maior exposição dos médios e pequenos empreendimentos ao risco quando o laticínio adquire o leite do produtor, mas não lhe informa antecipadamente o preço que pagará pelo produto.

O planejamento da atividade leiteira, como qualquer outra, demanda informações antecipadas sobre os custos de produção e os preços do produto. Obrigar os laticínios a divulgar os preços que serão pagos até o dia 25 de cada mês permite ao produtor, ao menos, optar por outro laticínio (quando possível), barganhar melhores preços ou mesmo planejar o aumento ou a redução do uso de insumos na produção, a fim de obter a melhor relação custo-benefício de sua atividade.

É importante destacar ainda que na Câmara dos Deputados o PLC nº 80, de 2011, sofreu exclusões de artigos cujo conteúdo estava contemplado na ementa original. Surge desse fato a necessidade de elaboração de nova redação para a ementa, de forma a refletir o atual conteúdo da proposição.

III – Voto

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº CRA

Dê-se à Ementa do PLC nº 80, de 2011, a seguinte redação:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.”

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2011. – Senador **Acir Gurgacz**, Relator.

IV – Decisão da Comissão

Na 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizada nesta data, a Comissão aprova em decisão terminativa, com oito votos favoráveis, o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (PL nº 547, de 2003, na origem), e a Emen-

da nº 1-CRA, descrita abaixo, relatado pelo Senador Acir Gurgacz.

EMENDA Nº 1-CRA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011

Dê-se à Ementa do PLC nº 80, de 2011, a seguinte redação:


“Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de latifúndios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.”

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2011. – Senador **Casildo Maldaner**, Presidente em exercício – Senador **Acir Gurgacz**, Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 80, DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15, 12, 2011, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:		Sen. Casildo Maldaner
RELATOR:		Sen. Acir Gurgacz
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
DELCEÍDIO DO AMARAL		1. ANGELA PORTELA
ZEZE PERRELLA		2. EDUARDO SUPICY
ACIR GURGACZ (relator)		3. WALTER PINHEIRO
RODRIGO ROLLEMBERG		4. JOÃO DURVAL
ANTONIO RUSSO		5. ANTONIO CARLOS VALADARES
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)		
WALDEMIR MOKA		1. IVONETE DANTAS
CASILDO MALDANER (presidente em exercício)		2. ROBERTO REQUIÃO
LAURO ANTONIO		3. VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA		4. LUIZ HENRIQUE
IVO CASSOL		5. CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA		6. JOÃO ALBERTO SOUZA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
FLEXA RIBEIRO		1- ALOYSIO NUNES FERREIRA
CYRO MIRANDA		2- ALVARO DIAS
JAYME CAMPOS		3- CLOVIS FECURY
PTB		
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)		1- MOZARILDO CAVALCANTI
PR		
CLÉSIO ANDRADE		1- BLAIRO MAGGI
PSOL		
VAGO		1- VAGO

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 80, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL					1. ANGELA PORTELA				
ZEZE PERRELLA					2. EDUARDO SUPLYCY				
ACIR GURGACZ	X				3. WALTER PINHEIRO				
RODRIGO ROLLEMBERG					4. JOÃO DURVAL				
ANTONIO RUSSO	X				5. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. IVONETE DANTAS				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
LAURO ANTONIO	X				3. VALDIR RAUPP				
ANA AMÉLIA					4. LUIZ HENRIQUE	X			
IVO CASSOL	X				5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO					1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA					2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS	X				3. CLOVIS FECURY				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)	X				1. MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE					1. BLAÍRO MAGGI	X			
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1. VAGO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2011


Senador CASILDO MALDANER
 PRESIDENTE, em exercício

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDA Nº 1 ^{old} AO PLC Nº 80, DE 2014

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL					1. ANGELA PORTELA				
ZEZE PERRELLA					2. EDUARDO SUPLICY				
ACIR GURGACZ	X				3. WALTER PINHEIRO				
RODRIGO ROLLEMBERG					4. JOÃO DURVAL				
ANTONIO RUSSO	X				5. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. IVONETE DANTAS				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
LAURO ANTONIO	X				3. VALDIR RAUPP				
ANA AMÉLIA					4. LUIZ HENRIQUE	X			
IVO CASSOL	X				5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO					1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA					2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS	X				3. CLOVIS FECURY				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)	X				1. MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE					1. BLAIRO MAGGI	X			
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1. VAGO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2011

Senador CASILDO MALDANER

PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

TEXTO FINAL

DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1 – CRA, APROVADO EM REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica obrigada a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior à entrega.

Parágrafo único. A não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2011. – Senador **Casildo Maldaner**, Presidente em exercício – Senador **Acir Gurgacz**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....
VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) ~~servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) ~~criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

OF.– PRES. Nº 7/2011-CRA

Brasília, 15 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou no dia 15 de dezembro do corrente, o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 e a Emenda nº 1 – CRA, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas”, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Acir Gurgacz**

I – Relatório

A proposição em exame é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, de 2011 (PL nº 547, de 2003, na origem), do Deputado Reginaldo Lopes que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de

excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

A proposição contém dois artigos, sendo que o art. 1º estabelece para a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a obrigatoriedade de informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior à entrega. Pelo parágrafo único, a não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

O art. 2º trata da cláusula de vigência.

O autor da proposição argumenta que “a produção leiteira é responsável por grande parte dos empregos gerados no campo, e esses produtores devem ser protegidos pela lei, para que possam continuar a produzir, tanto o grande produtor como o pequeno”.

O PLC em apreciação foi distribuído para análise terminativa desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 80, de 2011.

II – Análise

Inicialmente ressaltamos que, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

Por oportuno, destacamos que compete a esta Comissão opinar sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal (art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF).

No que se refere à constitucionalidade do PLC nº 80, de 2011, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito comercial, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal (CF). Ainda, conforme o art. 23, VIII, da CF, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, da CF, e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção pela forma de projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (nor-

malização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se apresenta dotada de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Com respeito ao mérito, entende-se ser importante o PLC, por trazer ao setor lácteo brasileiro maior estabilidade nas relações comerciais entre produtores de leite e os laticínios que processam o produto.

O PLC nº 80, de 2011, trata de um ponto sensível da cadeia produtiva do leite, ao intervir na relação entre produtores de leite e laticínios. Destaque-se que a produção de leite sob inspeção federal no Brasil aumentou, de 16,6 bilhões de litros, em 2006, para 20,97 bilhões de litros, em 2010, segundo dados do IBGE.

De fato, há uma relação desigual e de maior exposição dos médios e pequenos empreendimentos ao risco quando o laticínio adquire o leite do produtor, mas não lhe informa antecipadamente o preço que pagará pelo produto.

O planejamento da atividade leiteira, como qualquer outra, demanda informações antecipadas sobre os custos de produção e os preços do produto. Obrigar os laticínios a divulgar os preços que serão pagos até o dia 25 do mês anterior à entrega permite ao produtor, ao menos, optar por outro laticínio (quando possível), barganhar melhores preços ou mesmo planejar o aumento ou a redução do uso de insumos na produção, a fim de obter a melhor relação custo-benefício de sua atividade.

É importante destacar ainda que na Câmara dos Deputados o PLC nº 80, de 2011, sofreu exclusões de artigos cujo conteúdo estava contemplado na ementa original.

III – Voto

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011.

Sala da Comissão, – Senador **Acir Gurgacz**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 7, de 2011**, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,

comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

OF. – PRES. Nº 7/2011-CRA

Brasília, 15 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou no dia 15 de dezembro do corrente, o Projeto de Lei da Câmara nº 80 de 2011 e a Emenda nº 1–CRA, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas”, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com referência ao **Ofício nº 7, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2012

Denomina “Rodovia José Pereira Alvarez” o trecho da rodovia BR-287 entre as cidades de São Borja e Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia José Pereira Alvarez” o trecho da rodovia BR-287 compreendido entre a cidade de São Borja e a cidade de Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nascido em março de 1933, o agropecuarista e homem público José Pereira Alvarez foi um ilustre

filho da histórica cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul.

Graduado em engenharia agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1956, obteve aprovação em concurso público para a Secretaria Estadual da Agricultura, tendo sido lotado como pesquisador na Estação Experimental de São Borja, onde exerceu suas funções na experimentação e melhoramento das culturas de trigo, milho e linho. Com cursos de especialização na área de extensão rural e de inseminação artificial em ovinos, exerceu também o cargo de zootecnista na Associação Riograndense de Criadores de Ovinos (ARCO).

Juca Alvarez, como é conhecido, iniciou sua trajetória política como vereador na Câmara Municipal de São Borja, entre 1964 e 1966, pelo antigo Partido Libertador (PL), tendo deixado o mandato para exercer o cargo de interventor desse Município até

1974. Em 1980, exercendo o cargo de diretor da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), desenvolveu, com entusiasmo contagiante, um amplo programa de eletrificação, que multiplicou as redes de transmissão e estendeu os benefícios da energia elétrica a todos os rincões do Estado do Rio Grande do Sul, em especial à Fronteira Oeste e à região das Missões.

Em 1988, elegeu-se prefeito pelo voto direto, exercendo o cargo entre 1989 e 1992. Em 1993, tornou-se deputado estadual, obtendo em São Borja o impressionante índice de 62% dos votos válidos. Permaneceu na Assembleia Legislativa de 1994 a 1998. No exercício do mandato, direcionou sua atividade às áreas de educação, saúde e agricultura, dispensando especial atenção a esta última.

Profundo conhecedor das particularidades do Rio Grande do Sul, Juca Alvarez publicou vários livros, com temas alternados entre administração pública e agricultura. Foi, na verdade, um lutador incansável na busca de soluções para as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola.

Em 2000, foi mais uma vez eleito prefeito de São Borja, tendo exercido o mandato de 2001 a 2004. Homem público de festejada liderança e capacidade reconhecida, recebeu condecorações de várias entidades e órgãos públicos por seu trabalho, merecendo reconhecimento do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) pelos projetos sociais desenvolvidos durante o seu último mandato executivo.

Essa destacada trajetória, contudo, foi interrompida em outubro de 2007, quando Juca Alvarez veio a falecer no Hospital Ivan Goulart, em sua terra natal. A inspiração de seu exemplo justifica a homenagem que ora temos a honra de propor, levando o nome de

Juca Alvarez a um dos principais meios de acesso a São Borja, berço que ele soube honrar e dignificar.

Em face dessas razões, estou certa de que o projeto merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional. – Senadora **Ana Amélia**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2012

Altera a redação dos artigos 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32.

.....
II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, do exercício da cidadania, da tecnologia, das artes e dos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

.....
§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, a disciplina Cidadania Moral e Ética, além de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

.....
Art. 36.

I – destacará a formação ética, social e política do cidadão; a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

.....
IV – serão incluídas Ética Social e Política, a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Recente levantamento realizado pelo Fórum Econômico Mundial, englobando 60 países, revelou que o Brasil ocupa a 11ª posição no *ranking* daqueles com maior estabilidade financeira, surpreendendo por aparecer à frente de todos os países da Zona do Euro, dos Estados Unidos e do Japão.

Mas, embora essa constatação seja digna de aplauso, é de se lamentar que no mesmo levantamento o Brasil aparece na 50ª posição na corrupção, e na 55ª posição na ineficiência da Justiça.

Trata-se de um contra-senso inaceitável, afinal o Brasil tem avançado de maneira exemplar na aplicação de políticas públicas que inserem nosso país na trilha do desenvolvimento sustentável com inclusão social. E não tenho dúvidas de que esses, e outros problemas cruciais da nossa sociedade, somente conseguirão ser superados de maneira definitiva pela implantação de uma política educacional cada vez mais voltada para a formação moral e ética das nossas crianças, refletindo positivamente na formação do caráter dos nossos jovens, preparando-os para o exercício responsável da cidadania.

É com esse objetivo que apresento o presente projeto de lei, propondo alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade de aprimorar o conteúdo do ensino fundamental com vistas a incluir, entre suas diretrizes, a preocupação com os valores morais e éticos que devem fundamentar a sociedade, além de incluir obrigatoriamente, no seu currículo, a disciplina “Cidadania Moral e Ética”.

Proponho também aprimorar a LDB no que se refere ao ensino médio, com o objetivo de dar o devido destaque à formação ética, social e política do cidadão, além dos destaques já previstos como diretrizes para a educação tecnológica básica; a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. Tal modificação no ensino médio se dará pela inclusão obrigatória de uma nova disciplina em todas as séries do ensino médio: “Ética Social e Política”.

Estou convencido de que, dessa forma, estaremos oferecendo a nossa sociedade instrumentos para o fortalecimento da formação de um cidadão brasileiro melhor: por um lado, pela formação moral, ensinando conceitos que se fundamentam na obediência a normas, tabus, costumes ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos; por outro lado, pela formação ética, ensinando conceitos que se fundamentam no exame dos hábitos de viver e do modo adequado da conduta em comunidade, solidificando a formação do

caráter; e finalmente para sedimentar o exercício de uma visão crítica dos fatos sociais e políticos que figuram, conjunturalmente, na pauta prioritária da opinião pública, oferecendo aos jovens os primeiros contatos com as noções de democracia, sem caráter ideológico, ensinando-o a construir seu pensamento político por sua própria consciência.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta fundamental para que as crianças e os jovens estejam bem preparados para a análise dos principais problemas sociais do Brasil e do mundo, estimulando ações proativas para a convivência melhor em sociedade. Fortalece, assim, o sistema educacional brasileiro.

Pedimos, assim, ao ilustres Pares, que votem pela aprovação deste projeto. – Senador **Sérgio Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – (Revogado)

§ 2º (Revogado)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º (Revogado)

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes. Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 1/12-LPDT

Brasília, 3 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que o Senador Pedro Taques foi escolhido Vice-Líder, em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Acir Gurguacz**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Durante o período de recesso parlamentar, o Senado Federal recebeu os seguintes Avisos de Ministros de Estado:

- **Nº 6, de 4 de janeiro de 2012**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta aos Requerimentos nº 1.237 e 1.238, de 2011, do Senador Lindbergh Farias;
- **Nº 13, de 6 de janeiro de 2012**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 1.209, de 2011, de informações, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- **Nº 14, de 6 de janeiro de 2012**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 1.251, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;
- **Nº 15, de 1º de fevereiro de 2012**, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento nº 1.042, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;
- **Nº 16, de 06 de janeiro de 2012**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 831, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;
- **Nº 32, de 20 de janeiro de 2012**, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 1.162, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;
- **Nº 468, de 28 de dezembro de 2011**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.222, de 2011, de informações, do Senador Rodrigo Rollemberg;
- **Nº 473, de 29 de dezembro de 2011**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.221, de 2011, de informações, do Senador Rodrigo Rollemberg;

- **Nº 2.930, de 22 de dezembro de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 1.243, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;
- **Nº 2.931, de 22 de dezembro de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 1.250, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Durante o período de recesso parlamentar, o Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios de Ministros de Estado:

- **Nº 8, de 19 de janeiro de 2012**, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento nº 1.107, de 2011, do Senador Paulo Bauer;
- **Nº 136, de 23 de dezembro de 2011**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao Requerimento nº 1.306, de 2011, do Senador Jorge Viana;
- **Nº 142, de 28 de dezembro de 2011**, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 1.161, de 2011, da Senadora Marta Suplicy;
- **Nº 318, de 05 de janeiro de 2012**, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, em resposta ao Requerimento nº 1.257, de 2011, do Senador Pedro Simon;
- **Nº 9.689, de 22 de dezembro de 2011**, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2011, do Senador Alvaro Dias;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.830, de 2011**, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3.304, de 2011, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Requerimento nº 1.479, de 2011, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o **Aviso no 40 GP-TCU, de 2012**, na origem,

informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 7 de fevereiro do corrente.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 40-GP/TCU

Brasília, 2 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 96 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União no presente exercício, foram constatados indícios de irregularidade grave na seguinte obra:

- Obra do Porto Fluvial de Eirunepé/AM.

Por oportuno, esclareço que o relatório de auditoria do mencionado empreendimento (TC-029.512/2011-5), poderá ser objeto de consulta no endereço eletrônico (www.tcu.gov.br). O acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizada pelo contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (SETIC) deste Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**
na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o **Ofício nº 11, de 2012-CN** (nº 384, de 2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2011.

É o seguinte o ofício:

PATRICIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS
Diretora-Geral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/03/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I – a origem e o objeto do que se deve pagar;

II – a importância exata a pagar;

III – a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I – o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II – a nota de empenho;

III – os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

LEI COMPLEMENTAR

Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com

as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no **caput** do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50% (cinquenta por cento);

II – Estados: 60% (sessenta por cento);

III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V – com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I – na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em per-

centual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II – na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III – na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I – o Ministério Público;

II – no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III – no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas **a** e **c** do inciso II do **caput** serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e

órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição.

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária

e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I – Chefe do Poder Executivo;

II – Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III – Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV – Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I – comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II – indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III – demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas

as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

Art. 71. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 20.

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

Art. 121. Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000, encaminharão ao Congresso Nacional e ao TCU os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre.

§ 1º Para fins de elaboração do Relatório de que trata o **caput** deste artigo, o Poder Executivo publicará, até 20 (vinte) dias após o encerramento de cada quadrimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

§ 2º Os Relatórios de Gestão Fiscal serão distribuídos à CMO imediatamente após terem sido recebidos pelo Congresso Nacional.

§ 3º Para subsidiar a apreciação dos Relatórios pela CMO, o TCU lhe encaminhará, em até 60 (sessenta) dias após o final do prazo de que trata o **caput** deste artigo, relatório contendo análise dos Relatórios de Gestão Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação da matéria:

Leitura: 6-2-2012

até 11/2 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 26/2 prazo para apresentação de relatório;

até 2/3 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 9/3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e será publicada no **Diário do Senado Federal** de 7 de fevereiro do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos dos **Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012**, da Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, será composta pelos seguintes Senadores:

– Bloco de Apoio ao Governo:

Titulares: Walter Pinheiro e Vicentinho Alves; e
Suplentes: José Pimentel e Delcídio do Amaral.

– Bloco Parlamentar da Maioria:

Titulares: Vital do Rêgo e Eduardo Braga; e
Suplentes: Ivo Cassol e Valdir Raupp.

– Bloco Parlamentar da Minoria:

Titular: Flexa Ribeiro; e
Suplente: Lúcia Vânia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a está inscrito como Líder do PP. Pois não, Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria também de pedir minha inscrição.

Caso não consiga uma permuta na lista de oradores inscritos, solicito minha inscrição para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para comunicação inadiável, a Senadora Vanessa.

Há já um entendimento, segundo me informa a Secretária Cláudia Lyra, de que o Senador Paulo Paim

é o primeiro inscrito aqui como orador, mas V. Ex^a falaria pela liderança do PP.

Senador Dornelles, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Waldemir Moka, é uma satisfação muito grande falar nesta Casa na sessão presidida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Da mesma forma, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Paulo Paim, muito obrigado pela sua gentileza.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a balança comercial do Brasil apresentou, em 2011, um saldo positivo de quase US\$30 bilhões. Esse montante, acrescido de um saldo positivo

Esse montante, acrescido de um saldo positivo de US\$75 bilhões na conta investimento direto líquido e de US\$25 bilhões na conta investimento em carteira, foi mais que suficiente para cobrir o resultado negativo das transações correntes formado por um déficit de 37 bilhões na conta de serviços e 47 bilhões na conta de renda.

Entretanto, analisando a balança comercial, verifica-se um aumento do percentual de produtos básicos e uma redução de percentual de produtos manufaturados nas exportações brasileiras, bem como o acréscimo de percentual dos bens de consumo duráveis e não duráveis nas importações do País.

Um país da dimensão do Brasil não pode fechar seu comércio exterior e deve fazer um esforço grande para aumentar as exportações e as importações. Entretanto, o Brasil deve ficar atento pela adoção, por alguns países, de práticas desleais de comércio que afrontam princípios fixados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), através de políticas que dão lugar a uma concorrência predatória contra a indústria brasileira,

Para anular as práticas desleais de comércio, os países podem recorrer aos direitos compensatórios, no caso de subsídios concedidos pelo país exportador; podem recorrer a medidas **antidumping** para anular práticas predatórias de empresas exportadoras domiciliadas no exterior; podem, também, recorrer a medidas de salvaguarda quando a importação localizada de produtos excede determinados percentuais, criando dano à produção nacional. Entretanto, os mecanismos existentes contra práticas desleais de comércio não conseguem anular os efeitos de políticas cambiais de desvalorização da moeda que visam facilitar as exportações e dificultar a importação dos países que as adotam.

A delegação do Brasil na Organização Mundial do Comércio pretende levar esse problema para ser discutido no âmbito da OMC, de forma a encontrar um caminho para que regras estabelecidas por esse organismo internacional possam combater manipulações da taxa de câmbio.

Essa discussão, Sr. Presidente, pode ajudar a manter a pressão sobre a China, acusada de manter a moeda desvalorizada, criando vantagem desleal a seus exportadores e prejudicando produtores de outros países.

O jornal **Valor Econômico**, de hoje, divulga que autoridades dos Estados Unidos sinalizaram ao Brasil que querem participar desse debate. O jornal **Valor** diz, ainda, que a OMC reconheceu que as oscilações da taxa de câmbio afetam os fluxos do comércio internacional, o que dá legitimidade à preocupação do Brasil com desalinhamentos cambiais que levaram o país a trazer o tema para a OMC.

O Embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevedo, conhece profundamente o tema e tem tido atuação pioneira na discussão do impacto do câmbio dirigido no contexto de práticas desleais de comércio. É importante, pois, Sr. Presidente, que no seminário internacional organizado pela OMC, nos dias 27 e 28 de março próximo, em Genebra, o Brasil prestigie e apoie a ação do ilustre Embaixador, no sentido de ser amplamente debatido o chamado **dumping** cambial adotado principalmente pela China.

Esse tipo de **dumping**, cujos efeitos não podem ser hoje anulados pelos direitos compensatórios, pelas medidas **antidumping** e de salvaguardas continuará a ter um efeito perverso no comércio internacional caso não se encontre o caminho para enquadrá-lo como prática desleal de comércio.

O Brasil está no caminho certo e deve fazer um grande esforço para fazer com que o **dumping** cambial possa ser amplamente debatido na Organização Mundial de Comércio.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Dornelles e, por meio de seu nome, cumprimento toda a população do grande Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Moka, Senadora Vanessa, Senador Dornelles, Senador Anibal, venho à tribuna, no dia de hoje, para comentar um pouco sobre a Carta dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, que foi aprovada num evento, em Aparecida, em São Paulo, agora em

janeiro de 2012, com a presença de cerca de quatro mil líderes dos aposentados de todo o País e com a presença do fórum sindical dos trabalhadores. A Cobap, naturalmente, lidera o movimento, a FAP, de Minas Gerais, CGTB, CTB, Força Sindical, CUT, UGT, Nova Central, Fapesp e a Associação de Aposentados e Pensionistas de todos os Estados.

Essa Carta dos Aposentados mostra, Sr. Presidente, que há uma unidade no movimento sindical e social brasileiro. E aqui é uma visão de todas as centrais sindicais, não é uma visão de Senador ou de outro Senador ou Senadora, desse ou daquele Deputado. A Carta dos Aposentados – e aqui estão a marca, o carimbo e o **slogan** de todas as centrais sindicais, eu diria de todas as confederações que se unificam, ou no fórum sindical ou nas centrais – pede que sejam votados os projetos que o Senado já votou e que a Câmara não vota. Então, mais uma vez, eu me dirijo à Câmara dos Deputados. Está lá para ser votada a questão do fator; está lá para ser votada a questão dos aposentados e dos pensionistas quanto ao seu reajuste, com um percentual acompanhando o PIB; está lá para ser votado também o PL que quer recompor o valor das aposentadorias com o número de salários mínimos.

Eu até vi, recentemente, um estudo ou uma matéria que dizia que a situação dos idosos melhorou. Melhorou a situação dos idosos que não tinham renda nenhuma, porque passaram a receber, por exemplo, o Bolsa Família. Mas os aposentados e pensionistas que trabalharam durante toda a sua vida e pagaram a Previdência, que deveriam estar recebendo um percentual de reajuste que acompanhasse a inflação, mais o PIB, ou pelo menos um percentual, como foi no ano passado, isso não vem acontecendo.

Por isso, Presidente Moka, venho à tribuna mais uma vez. Acredito que aqui, neste espaço democrático do Senado, nós procuramos dar a nossa contribuição. O Legislativo brasileiro tem que estar, cada vez mais, correspondendo à expectativa da sociedade brasileira, enfim.

Aqui é a caixa de ressonância da indignação, da contestação da sociedade sobre os temas em que ela entende que tem de avançar. É preciso ter coragem de avançar na defesa daqueles que mais precisam. Aqui é o palco das vozes das ruas, dos movimentos sociais, empresariais, dos sem-teto e dos sem-terra, daqueles que efetivamente acreditam que o processo democrático é que vai fazer com que a sua vida melhore; daqueles que buscam a igualdade de direitos e também a igualdade de oportunidades.

Nós, muito mais do que uma obrigação, temos a missão, Sr. Presidente, que é uma missão de vida: estarmos sintonizados com as causas populares, se-

não não haveria razão nenhuma de estar aqui. Eu me coloco nessa posição. A minha missão é estar nessa energia das causas populares. E é isso que me traz à tribuna, em uma luta diária ou semanal, não importa, mas numa luta permanente.

É aqui na tribuna que procuro expressar a voz, como eu disse, das ruas, daqueles que não têm o direito, não têm uma tribuna, não têm uma tevê, não têm um rádio, não têm um jornal para expressar a sua opinião. É aqui que procuramos desenvolver o bom debate ou, como dizia o meu amigo, sempre amigo, Olívio Dutra, fazer o bom combate das boas causas; é aqui que aparamos as arestas quando mudamos a lei; é aqui que abrimos caminhos, abrimos picadas, desbravamos florestas para atender o entendimento coletivo.

Sr. Presidente, foi por aqui sim que aprovamos o Estatuto do Idoso e a lei festejada por todos; foi por aqui que aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial; foi por aqui que aprovamos a nova lei do salário mínimo que, sem sombra de dúvida... Hoje, li ainda matéria do Dieese, do Diap, demonstrando que o piso das categorias está sendo atropelado pela política do salário mínimo. E que bom, e que bom. É sinal de que o Congresso, na questão do salário mínimo, cumpriu a sua parte, aprovou uma política de salário mínimo que está atropelando o piso das categorias ou mesmo pisos regionais.

Então, se não quiserem ser atropelados, vão ter que pressionar, mobilizar, quer seja na categoria quer seja no piso regional, para que não fiquem todos a receber a lei que nós aprovamos aqui, que é a inflação mais o PIB, o que deve rapidamente, segundo meus cálculos, fazer com que o salário mínimo se aproxime de algo em torno de US\$1 mil. Quando eu digo rapidamente, estou naturalmente apontando cinco ou seis anos, mas é assim um processo de crescimento.

Mas, Sr. Presidente, eu quero, muito mais que falar de salário mínimo, de outras lutas, de outras causas que nos traz a sociedade organizada – e que trago para esta tribuna –, falar hoje dos aposentados e pensionistas que clamam por mais justiça, que clamam para que a Constituição seja cumprida naquilo que diz o art. 202, ou 205, que eles têm que manter o valor real das aposentadorias.

O que eles querem? Eles têm uma pauta mínima. E na pauta mínima que está na carta que eu aqui apresentei está o reajuste das aposentadorias e pensões, acompanhando, na íntegra, ou próximo pelo menos, a política do salário mínimo; está o fim do fator previdenciário, a recomposição dos valores dos benefícios pelo número de mínimos que eles recebiam a partir do momento em que passaram a receber o primeiro benefício.

Como eu dizia antes, em todas essas propostas, o Senado já cumpriu a sua parte. Estou tentando, usando a TV Senado e esta tribuna, interagir com a Câmara dos Deputados para que eles votem como o Senado votou. Lembro-me de que muitos diziam que o Senado é conservador. Bom, só que o Senado votou as propostas fundamentais dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas. A Câmara é que ainda não votou. Mesmo na questão do orçamento nós avançamos.

Por isso que, se alguém me perguntar, como me perguntam por *e-mail*, por telefone, por telegrama ou por contato, nas ruas e nos aeroportos, o que fazer, Senador, só há uma saída: a pressão popular, a mobilização, cidade por cidade, seja no campo seja na área urbana; é o contato com os Deputados, pedindo a eles que votem os projetos que o Senado já aprovou. Seja por carta, seja por contato pessoal, enfim, é preciso sim. Alguém disse: “Navegar é preciso”; eu diria: “Pressionar os Deputados Federais é preciso sim!”.

Mas, Sr. Presidente Moka, no dia 29 de janeiro, cerca de quatro mil aposentados e idosos participaram da Missa de Ação de Graças ao Dia Nacional dos Aposentados, celebrada na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo.

Foi um evento organizado pelas centrais, confederações e também pelas federações, sindicatos e pela Cobap. Lá estavam lideranças de todo o Brasil, de todos os Estados. Estava lá o fórum sindical, que reúne 17 confederações.

Naquela oportunidade, foi aprovada e entregue a Carta de Aparecida, documento oficial respaldado inclusive por todos os religiosos. A CNBB e outros setores evangélicos estavam lá e apoiaram a Carta de Aparecida, que mostrei aqui da tribuna, em defesa dos aposentados e idosos brasileiros.

Sr. Presidente, respeitosamente, eu gostaria de ler este documento:

Carta dos Aposentados, Pensionistas e Idosos

APARECIDA 2012

Fraternidade e Saúde Pública – Que a Saúde se Difunda sobre a terra!

Reunidos mais uma vez em Aparecida/SP, para pedir as bênçãos da Padroeira Nossa Senhora Aparecida, os aposentados, pensionistas e idosos do país, (...) vêm referendar o lema da Campanha da Fraternidade 2012 de que a saúde se difunda sobre a terra.

Saúde física e mental que se debilita com o passar dos anos e, por isso, exige cuidados especiais na [nossa] velhice. Saúde que se

transforma com a mudança do perfil demográfico da população, cada vez mais idosa, necessitando nova abordagem, prioridades e procedimentos específicos [para melhorar a qualidade de vida do nosso idoso]. Saúde que vai muito [mais] além do [que simplesmente uma questão] biológico e individual, abrangendo também aspectos como o ambiente físico em que vivemos, os serviços sociais e [também] de saúde colocados à disposição [dos idosos], (...) comportamentais, sociais e pessoais [alimentação.... Enfim, aquilo que a gente aponta sempre como qualidade de vida].

Para o envelhecimento ativo e saudável, são essencialmente importantes, por exemplo, rendimentos dignos e condizentes com o padrão alcançado na maturidade.

Infelizmente, essa não tem sido a regra dos reajustes dos nossos milhões de aposentados, que buscam a justa remuneração, paritária com as contribuições realizadas por eles, por décadas, durante as suas vidas, amparados que estavam na Constituição Federal.

O descumprimento desses preceitos, embora dissimulado pela desculpa que os Governos usam ao longo da história, da falta de recursos públicos, não convence os aposentados e pensionistas. Diz aqui a carta – eles entendem que é necessário, sim, fazer justiça: “a seguridade nunca foi deficitária”, em governo nenhum, e não é deficitária. “Reivindicamos [dizem eles] o fim dos desvios de recursos próprios da Seguridade Social”, como, por exemplo, a DRU, que desvincula da seguridade 20% do seu orçamento.

Dizem eles: “protestamos e exigimos o fim da transformação da saúde e da dignidade do povo brasileiro em negócios nos quais o elemento principal a ser considerado é sempre o lucro de grupos econômicos e financeiros”.

Questionam eles – e fizemos, hoje pela manhã, inclusive, uma audiência pública – a falácia dos planos de saúde. Trata-se de planos de saúde privados, que, quando você vai exigir o seu direito, já que é um plano de saúde privado, eles lhes dizem que só podem marcar daqui a um, dois, três meses, inclusive; em casos de uma operação ou de um exame mais aprofundado. A consulta até sai em 15 dias. Questionam a falácia dos fundos de pensão e – eles dizem – o abuso dos banqueiros, os empréstimos consignados.

Enfim, diz aqui: “Elevamos as bandeiras aprovadas no XX Congresso da Cobap, realizado em novembro de 2011”. Queremos reajuste nos mesmos percentuais concedidos ao salário mínimo; recuperação das perdas com base no Projeto de Lei nº 4434, de 2008 – casualmente de nossa autoria –; fim do fa-

tor previdenciário – de nossa autoria –; reativação do Conselho Nacional de Seguridade Social, com poder deliberativo – projeto de nossa autoria –, com efetiva gestão quadripartite – projeto também de nossa autoria –, cumprimento integral da Política Nacional do Idoso – contemplado – e do Estatuto do Idoso – que também encaminhamos –; modificação o critério para concessão do Benefício de Prestação Continuada de um quarto para meio salário mínimo; consolidação do SUS a previdência e assistência Social; fim do voto secreto – um projeto que não sou só eu, mas outros deputados também apresentaram e Senadores aqui nesta Casa. Dizem eles que seria fundamental que não houvesse voto de liderança do Congresso, mas, sim, que cada parlamentar assumisse o seu voto aberto e não secreto.

Assim reafirmam os compromissos de todas as entidades e suas filiadas pela garantia e ampliação dos direitos de aposentados e pensionistas, de idosos articulados com o povo e os movimentos sociais que buscam construir uma sociedade justa, solidária, baseada na defesa da promoção da vida.

Santuário Nacional Nossa Senhora da Aparecida, 29 de janeiro de 2012.

Há dois apartes: Senador Alvaro Dias e em seguida a Senadora Vanessa Grazziotin.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para apoiar o discurso de V. Exª em defesa dos aposentados, porque a cada dia cresce a insatisfação dos idosos no Brasil. Aonde quer que se vá encontra-se alguém fazendo um apelo dramático para que o Congresso Nacional decida essa questão, que já passou pelo Senado e está paralisada na Câmara por imposição do Poder Executivo e do Governo Federal. Fica difícil não identificar a ausência de sensibilidade humana em uma questão como essa. E eu coloco também – e V. Exª já sabe até o que vou colocar porque tem sido parceiro – a questão de aposentados do Aerus. É tomar um avião e vir alguém perguntar se há solução para esse impasse que já perdura por vários anos, um impasse que passa pelo Executivo, que chega ao Judiciário e vai até a Suprema Corte, e os aposentados aguardando. Solução não há para eles. O que há é sofrimento, é desesperança. Por isso, no início dos trabalhos deste ano Legislativo, mais uma vez... E esse movimento cresce, cresce na Internet, cresce nas redes sociais o apelo dos deputados. Que a Câmara dos Deputados ouça, mas que, acima de tudo, do lado de lá da rua, o Palácio do Planalto possa ouvir esse apelo candente que vem das famílias em que se encontram pessoas idosas que trabalharam a vida toda e agora, não recebem o que lhes é de direito em razão do que fizeram pelo País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é parceiro neste debate, tanto do Aerus quanto do conjunto dos benefícios dos aposentados. Por isso, tenho que dar o exemplo aqui de que esses quatro mil aposentados bloquearam a Presidente Dutra na altura do km 91. Quero só dizer que outros bloqueios vão acontecer em todo o País até que a Câmara dos Deputados resolva essa questão, e naturalmente se soma aí a questão do Aerus.

Senadora Vanessa Grazziotin, o aparte de V. Ex^a para mim é fundamental.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, e solicito o aparte também para cumprimentá-lo. Nossos trabalhos se reiniciaram na semana passada e, na segunda-feira, V. Ex^a já realizou talvez a primeira reunião de audiência no Senado Federal, na Comissão que V. Ex^a tão bem preside, a Comissão de Direitos Humanos, tratando exatamente deste assunto: aposentados, pensões, enfim. Senador, não preciso dizer aqui que, assim como V. Ex^a, procuro, ao longo de toda minha trajetória política, defender não só o direito dos aposentados, mas dos trabalhadores, que são os verdadeiros responsáveis pela construção da riqueza no Brasil e no mundo inteiro e que precisam, exatamente por isso, de uma remuneração digna, justa. Precisamos distribuir renda no mundo e no Brasil. Essa é a ótica maior da nossa luta. Então, o apoio ao aposentado, o fato de fazer com que eles alcancem aquilo que nós já alcançamos para o salário mínimo é fundamental. Porém, Senador, eu quero relatar um fato aqui: que bom que a nossa luta é para cima, não é para baixo. Está aqui, em todos os jornais de hoje: cai a vantagem dos pisos salariais sobre mínimo. Por quê? Porque, de 2004 até agora, os pisos, a média dos reajustes dos salários no Brasil foi em torno de 68%. O salário mínimo mais do que dobrou, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Mais do que dobrou! A média dos pisos dos salários dos trabalhadores, em 2004, representava em torno de 1,7% do salário mínimo. Em 2011, ano passado, caiu para 1,3%. Não que eles tenham caído. O salário mínimo subiu demais – demais não, vai ter que subir mais ainda, para repor todas as perdas que aconteceram desde a sua existência. Mas queremos que também os aposentados e os pensionistas alcancem isso, Senador Paim. E essa persistência que V. Ex^a mostra – e nós estamos juntos – é que vai fazer com que os aposentados, a Cobap, todas as suas entidades conquistem aquilo que os trabalhadores conquistaram. Vamos continuar lutando para que o Brasil se desen-

volva, mas que se desenvolva olhando para o povo, e não de costas para o povo, como acontecia em um passado recente. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin, V. Ex^a, com dados e números, confirma o início do meu pronunciamento, quando eu dizia “que bom que o salário mínimo está atropelando os pisos”. E, aí, a negociação deve ser feita de acordo com o crescimento dado ao salário mínimo.

Mas, Presidente Moka, me permita mais um minuto, só porque eu quero ainda falar da importância da Comissão de Direitos Humanos hoje pela manhã, que aprovou uma série de audiências públicas – eu diria principalmente duas. Uma delas se refere àquela questão que aconteceu no Pará, onde um cidadão foi linchado, foi assassinado, foi morto na frente de seis, sete policiais, que foram saindo enquanto a população batia nesse cidadão no chão, com pau, com pedra, enfim. Independentemente do crime que ele tivesse cometido, nós temos que ter o cuidado de não entrar na lei do cão, ou seja, olho por olho, dente por dente. Alguém pode dizer “não, mas fizeram justiça”. É bom sempre lembrar que, com a palavra justiça, se analisarmos, nos países em que há pena de morte, onde há um julgamento primeiro, vemos centenas de casos de injustiça. Se nós, como foi o caso do Pará, permitirmos que a população faça justiça com as próprias mãos, nós estaremos, na verdade, endossando esse caminho perigoso e, de minha parte, hediondo do julgamento pelas próprias mãos, do olho por olho. Nunca concordaremos com isso. Por isso, marcamos uma reunião da Comissão de Direitos Humanos para discutir essa questão.

Agora eu concluo falando sobre a questão de que eu falei na sexta – e V. Ex^a deu um aparte muito positivo –, aquela questão do frigorífico no Mato Grosso do Sul, onde quatro trabalhadores acabaram morrendo pela mistura química dentro do curtume. Esse acidente acabou levando-os à morte e levando outras duas dezenas ao hospital. Baseado nisso, vamos discutir a questão específica, mas também a saúde do trabalhador, numa linha de prevenção contra doenças e acidentes no trabalho, como é o caso aqui listado por nós e por V. Ex^a, que aconteceu no Mato Grosso do Sul.

Quero dizer que, sobre a questão de Pinheirinho, que aconteceu em São Paulo, nós faremos audiência já na próxima quarta-feira. Estava lá o Senador Aloysio, que acabou participando...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E faremos também um ciclo de debates sobre os acidentes de trânsito com eixo no Estatuto do Motorista, como forma

de evitar que a gente não continue dizendo que mais morrem pessoas no mundo em acidentes de trânsito que em todas as guerras. E aqui no Brasil os dados são assustadores.

Era esse o comunicado e agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Obrigado, Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero dizer a V. Ex^a que ainda hoje, se o tempo me permitir, devo me pronunciar sobre o acidente que envolveu o frigorífico de Bataguáçu, lá no meu Estado de Mato Grosso do Sul, sobre a preocupação realmente que tenho com relação a esse acidente, mas principalmente com o produto. Porque acho que é esta a questão: que produto é esse que, ao reagir com outro, produz um gás letal para as pessoas que acidentalmente o inalaram? E, quando da audiência pública, certamente a Bancada do Mato Grosso do Sul do Senado se fará presente. Mas agradeço a atenção de V. Ex^a.

Com a palavra, inscrito, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, começo meu primeiro pronunciamento deste ano de 2012 fazendo pequenos relatos de situações que vivemos durante o recesso e que precisam de algum esclarecimento.

O primeiro deles diz respeito aos haitianos que estavam em grande número na cidade de Brasília, no Acre, por onde passaram 2.300 haitianos ao todo. Temos que prestar esclarecimento ao Brasil no sentido de que houve preocupação do Governo Federal, houve intervenção no sentido de ajudar na solução desse problema. E, com a determinação da Presidenta Dilma de regularizar todos os haitianos já em território brasileiro, a situação desses haitianos foi regularizada e nós conseguimos, por meio da Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos, encontrar ocupação, trabalho, inclusive com carteira assinada, para a maioria desses haitianos. Os últimos 130 que estão ainda instalados em Brasília já estão com procura de trabalho, a Sadia está levando 80 deles, uma empresa de Minas Gerais está levando outros 28. De tal maneira que, ao longo desta semana, no mais tardar até a semana que vem, teremos 100% dos problemas resolvidos no que diz respeito aos haitianos que estavam na cidade de Brasília.

A gente agradece muito ao Governo Federal, principalmente à Presidenta Dilma, que determinou a tomada dessa providência juntamente com o Ministro da Justiça, a Ministra da Casa Civil, a Ministra Gleisi

Hoffmann, e a Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Todos, ao seu tempo e da forma possível, ajudaram na solução desse problema.

Entretanto – vale a pena ressaltar – há uma situação que ainda precisa de atenção especial: o Brasil anunciou que a partir do dia 13 não permitiria mais a entrada de haitianos que não estivessem regulares e o Peru não tomou essa providência ao mesmo tempo; só foi tomá-la no dia 31 de janeiro, de maneira que acabou acumulando o número de 290 haitianos que estão hoje na cidade de Iñapari, fronteira com Assis Brasil. A situação deles, realmente, é extremamente preocupante, porque se os haitianos que se encontravam no Brasil estavam em situações precárias, as condições deles em Iñapari, no Peru, são infinitamente piores. Nesse sentido, as autoridades diplomáticas do Brasil e do Peru estarão reunidas amanhã, às 18 horas, em Iñapari, na busca de uma solução também para esse problema, porque, fundamentalmente, tem que haver conversação entre as autoridades diplomáticas do Brasil, do Peru, da República Dominicana e do Equador no sentido de que os haitianos não sejam explorados por coiotes e possam ter uma forma de conseguir entrada regular no Brasil, conforme quer a Presidenta Dilma, que já anunciou que vai conceder cem vistos mensalmente, a partir de Porto Príncipe, para que esses haitianos possam entrar no Brasil.

Sr. Presidente, o segundo ponto dessa pauta que trago a esta Casa é o pedido de que conste nos Anais do Senado um artigo do diplomata Rubens Ricupero, que faz um reconhecimento do trabalho do Barão do Rio Branco, cujo centenário de falecimento será no dia 10 de fevereiro de 2012.

Vale lembrar que o Barão do Rio Branco foi o fundador da diplomacia brasileira. Foi a partir dele que tivemos as soluções negociadas ganhando primazia sobre as guerras.

O Brasil é um país de paz. E essa cultura de paz presente na diplomacia brasileira se deve, em grande parte, a esse trabalho excepcional desenvolvido por José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, cuja morte completará 100 anos no próximo dia 10 de fevereiro.

O Ministro Ricupero faz um reconhecimento em artigo, mostrando o grande legado que esse brasileiro, que, além de diplomata, era geólogo e historiador, deu em favor da diplomacia brasileira.

Entre as causas advogadas pelo Barão do Rio Branco...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte à Senadora Vanessa, por favor.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Muito obrigada. Agradeço o aparte de V. Ex^a. Quero aqui fazer um registro de como toda a Bancada do Acre, Senador Diniz, principalmente V. Ex^a e o Senador Jorge Viana, tem se preocupado com a questão da presença dos haitianos no Brasil, sobretudo no Estado do Acre, mas uma preocupação saudável, que visa um tratamento humanitário a todas essas pessoas que tanto sofreram e buscam abrigo hoje em nossa Nação. Se a situação do Acre não é tranquila – entretanto, tudo vem sendo resolvido –, no Amazonas estamos a cada dia recebendo dezenas de haitianos. Na semana passada, Senador Diniz, chegaram mais de 300. Há, de fato, uma decisão da concessão de 100 vistos mensais de legalização de haitianos. Entretanto, o número de haitianos que chegam ao nosso Estado é algo impressionante. Devemos ter em torno de cinco mil haitianos só na cidade de Manaus, sem falar em Tabatinga e outros Municípios. E o que nos preocupa, neste momento, Senador Diniz – acho que a todos os Governos: do Acre, do Amazonas, Governo Federal – é que precisamos arrumar uma forma de acolher essas pessoas e inseri-las na sociedade. Entretanto, o que nos preocupa e que V. Ex^a levantou agora é a ação de coíotes, os atos de violência que estão sendo cometidos contra essas pessoas. A notícia que se tem em Manaus é que, até a sua chegada aqui, eles gastam o que têm e empenham o que não têm, sofrem violência, mulheres são estupradas, são traficados órgãos, Senador. Então, quero convidar V. Ex^a, que já atua nessa área, para juntos fazermos, por meio da CPI do Tráfico de Pessoas, uma ação em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos para irmos a fundo nessa questão. Afinal de contas, uma CPI foi instalada aqui por propositura da ex-Senadora Marinor não só para tratar do tráfico nacional de pessoas, mas também do tráfico internacional e, por meio de uma investigação profunda, poderemos contribuir muito para a resolução desses problemas. Então, cumprimento V. Ex^a. Que o Estado do Acre saiba que a bancada tem sido muito lutadora para resolver esse problema e buscar o apoio do Governo Federal. Parabéns, Senador Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Só para reforçar, a Presidenta Dilma tomou a decisão, juntamente com a autoridade diplomática brasileira e o Ministério da Justiça, no sentido de que todos os haitianos que entraram no Brasil até o dia 13 de janeiro têm autorização para regularização das suas situações. Foi o caso dos haitianos que estavam no Acre, em todos foram regularizados. O mesmo deve acontecer com os haitianos que entraram no Amazonas, a partir de Tabatinga.

Nós estaremos à disposição para ajudar no que for necessário para que isso também se resolva.

Como eu estava fazendo o reconhecimento do artigo do ex-Ministro Rubens Ricupero a respeito do Barão do Rio Branco, termino reforçando que ele deu uma grande contribuição também para a conquista do Acre, a finalização da revolução acriana. Aquela guerra entre Brasil e Bolívia, a partir do Acre, foi resolvida também com a ação decisiva do Barão do Rio Branco, quando, a partir de sua proposição e de sua construção com muita competência no diálogo, firmou-se o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, de tal maneira que o Brasil fez compensações à Bolívia, financeira e também territorial, e conseguimos por fim a um conflito por meio da diplomacia e do diálogo. De tal forma que fazemos total reconhecimento ao trabalho do Barão do Rio Branco e sugerimos que conste nos Anais do Senado esse artigo do ex-Ministro Rubens Ricupero.

Eu gostaria também de fazer aqui um registro muito rápido e bastante significativo: os jornalistas Alan Rick e Mirla Miranda produziram uma revista, que está, em sua quarta edição, nas bancas agora no mês de fevereiro. Na terceira edição, fizeram um trabalho muito interessante, que é uma associação das culturas do Rio de Janeiro e do Acre, explicando por que existe essa proximidade tão grande entre o Rio de Janeiro e o Acre, e traz uma série de curiosidades a respeito de personalidades que contribuíram para essa identidade cultural entre o Rio de Janeiro e o Acre.

Aí vão surgir personalidades como Euclides da Cunha, que fez um trabalho excepcional de reconhecimento na sua expedição pelo rio Purus, um trabalho muito interessante, indo até as fronteiras do Brasil lá no mais distante local e chegando à fronteira com o Peru. Então, faz essa referência de Euclides da Cunha a Glória Perez, uma romancista atual, acriana e que tem feito tanto sucesso e causado tanta emoção ao povo brasileiro. Há também um músico como João Donato, um acriano que é considerado um dos pais da Bossa Nova.

Então, Alan Rick produz uma matéria muito interessante sobre essa associação entre o Rio de Janeiro e o Acre e por que os acrianos são um pouco também cariocas, além de nordestinos, porque nós fomos colonizados verdadeiramente pelos nordestinos. Mas a nossa relação sempre foi mais com o Rio de Janeiro e por isso existe essa proximidade. A partir de uma entrevista com o historiador Marcus Vinícius, que é um grande conhecedor da nossa história, Alan Rick faz um trabalho muito interessante, mostrando curiosidades: como pode um acriano de Xapuri, Armando Nogueira, ir para o Rio de Janeiro e transformar-se

num dos maiores cronistas do esporte brasileiro? De tal maneira que gera uma curiosidade.

Então, quero parabenizar aqui o trabalho do Alan Rick, o trabalho da Mirla Miranda e de todas as pessoas que estão contribuindo para esta revista Amazônia S/A. Não é fácil produzir uma revista no Acre. Tem que se buscar impressão fora, uma impressão em policromia, um material muito interessante e que certamente está fazendo bastante sucesso. Então, o nosso voto de que a revista tenha vida longa, de que as pessoas possam conhecer mais e mais o conteúdo desse material e os nossos parabéns aos jornalistas Alan Rick e Mirla Miranda.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, eu gostaria de fazer ainda uma saudação especial a este novo ano legislativo que estamos começando e, ao mesmo tempo, apresentar um pouquinho dos desafios que nós temos pela frente.

Estamos diante de um novo ano de trabalho. Novas ideias, novos debates e novos projetos. Todas essas propostas, no entanto, estão e devem permanecer baseadas na não tão nova, porque foi iniciada há oito anos, mas sólida disposição de fortalecer a estratégia de um crescimento com qualidade para o Brasil.

Este Congresso recebeu, na última quinta-feira, mensagem da Presidenta Dilma com o elenco de metas e resultados que o Governo pretende alcançar em 2012 e nos próximos anos. O Planalto pediu austeridade fiscal e reafirmou que o crescimento da economia continua uma estratégia de governo, mas que a gestão econômica do Brasil vai exigir disciplina e ousadia em 2012.

Isso irá incluir a atenção constante em pontos fundamentais da nossa economia, como a evolução dos preços ou a continuidade da redução da dívida pública do País. Incluirá também a coragem de tornar reais as medidas necessárias para a melhoria do bem-estar da população, para a melhoria da saúde, do saneamento básico, da educação, da ciência e tecnologia, para a erradicação da pobreza extrema no Brasil e para a continuidade do crescimento da produção e do emprego, assim como da proteção da estrutura produtiva do País.

Esse desafio, o de fortalecer nossa economia ao mesmo tempo em que mantemos o foco na geração de emprego, na distribuição de renda e nos investimentos, é o eixo central que vai nortear este novo ano de 2012.

E para atingir os resultados, entre as estratégias positivas desenhadas pelo Governo, gostaria de destacar aqui, hoje, ao lado de ações de extrema relevância para a saúde, para o saneamento básico e o meio ambiente, a decisão do Governo de considerar o desenvolvimento da educação e da inovação tecnoló-

gica como dois dos pilares de atenção dessa próxima etapa do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. A educação, a ciência, a tecnologia e a inovação foram colocadas pelo Governo como eixo estruturante de crescimento do Brasil.

Foi isso que senti, por exemplo, quando participei, semana antes, no Palácio do Planalto, da cerimônia de posse de dois novos Ministros: o Ministro da Educação e o Ministro da Ciência e Tecnologia. A solenidade foi marcada pela emoção, principalmente pela presença do velho guerreiro Lula da Silva. Ele foi ovacionado e aplaudido várias vezes num palácio lotado para prestigiar a posse do ex-Ministro de Ciência e Tecnologia e agora Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e do ex-Presidente da Agência Espacial Brasileira e hoje Ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp.

Esses Ministros assumiram seus cargos com o desafio de reforçar o casamento entre as duas áreas para criar mais oportunidade de acesso à educação e ao mesmo tempo criar mais acesso às produções científicas, à economia do conhecimento e à capacidade de agregar valor à produção.

Emocionados na cerimônia, os Ministros e a Presidenta Dilma lembraram a trajetória e as ações do ex-Presidente Lula. Mercadante mencionou as sementes de esperança, de dignidade, de cidadania e de liberdade que estão fazendo o País florescer. Fernando Haddad, que deixou o Ministério da Educação e Cultura para concorrer à Prefeitura da maior cidade da América Latina, São Paulo, falou da honra de ser professor universitário e ter sido comandado por um metalúrgico antes de servir à Presidenta Dilma.

Concordo com o ex-Ministro Haddad quando considera que a educação é a chave para o crescimento sustentável do Brasil e que está em curso no País uma revolução silenciosa na área do ensino. É verdade que o desenvolvimento do Brasil, a erradicação da pobreza, a garantia de oportunidades para todos depende desse investimento. Para isso, temos de dar continuidade e reforçar o que foi feito até aqui.

A Presidenta Dilma falou das tantas ações inclusivas do Governo, como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio); o ProUni, o programa de expansão das universidades federais; o Ciência sem Fronteiras, que dá bolsas de estudos no exterior; o Pronatec e os institutos federais de educação tecnológica; o Bolsa Família e também o Programa Minha Casa Minha Vida.

A Presidenta Dilma citou com orgulho a frase que ouviu recentemente de uma jovem durante uma solenidade. A jovem disse à Presidente: "Sou a filha de lavadeira que virou médica".

Esse é mais um evidente reflexo das oportunidades criadas e multiplicadas pelos nove anos de governo

do Presidente Lula, que têm continuidade agora com a Presidenta Dilma. A meta agora é colocar todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos na escola até 2016, como determina a Constituição, e também lançar um programa para diminuir a defasagem da educação oferecida no campo.

A preocupação é assegurar a alfabetização de crianças na idade apropriada, ou seja, o ensino capaz de levar a criança a ler e escrever até no máximo oito anos de idade, para não comprometer o processo de aprendizado futuro.

Em 2011, foi aprovada a construção de 1.484 creches e pré-escolas em todo o Brasil.

A mensagem presidencial entregue na última quinta-feira a este Congresso afirma que este ano de 2012 serão contratadas mais 1.500 creches e pré-escolas, prevendo ainda a criação de mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica e 4 novas universidades federais, além de 47 **campi** universitários. O Governo também afirmou que pretende fortalecer o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego.

Sr. Presidente, iniciamos o ano com grandes possibilidades e teremos muitas matérias de grande relevância a apreciar no Senado da República. Eu tenho certeza de que todos nós, Senadores, estamos com energias renovadas para fazer deste ano de 2012 um ano de grandes realizações, de grandes e elevados debates e muitas matérias importantes aprovadas.

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir a gentileza da transcrição, na íntegra, deste pronunciamento, uma vez que o tempo se encontra esgotado.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de um novo ano de trabalho. Novas ideias, novos debates e novos projetos. Todos essas propostas, no entanto, estão e devem permanecer baseadas na não tão nova, porque foi iniciada há oito anos, não tão nova, mas sólida disposição de fortalecer a estratégia de um crescimento com qualidade para o Brasil.

Este Congresso recebeu ontem, dia 2, a mensagem presidencial com o elenco de metas e resultados que o governo pretende alcançar em 2012 e nos próximos anos. O Planalto pediu austeridade fiscal e reafirmou que o crescimento da economia continua uma estratégia de governo, mas que a gestão econômica do Brasil vai exigir disciplina e ousadia em 2012.

Isso irá incluir a atenção constante em pontos fundamentais da nossa economia, como a evolução dos preços ou a continuidade da redução da dívida pública do país. Incluirá também a coragem de tornar reais as medidas necessárias para a melhoria do bem-estar da população, para a melhoria da saúde, do saneamento básico, da educação, da ciência e tecnologia, para a erradicação da extrema pobreza no Brasil, e para a continuidade do crescimento da produção e do emprego, assim como da proteção da estrutura produtiva do país.

Esse desafio, o de fortalecer nossa economia ao mesmo tempo em que mantemos o foco na geração de emprego, na distribuição de renda e nos investimentos, é o eixo central que vai nortear este novo ano.

E para atingir os resultados, entre as estratégias positivas desenhadas pelo governo gostaria de destacar aqui, hoje, ao lado de ações de extrema relevância para a saúde, para o saneamento básico e o meio ambiente, a decisão do governo de considerar o desenvolvimento da educação e da inovação tecnológica como dois dos pilares de atenção dessa próxima etapa do governo da presidente Dilma. A educação, a ciência, tecnologia e inovação foram colocadas pelo governo como eixo estruturante do crescimento do Brasil.

Foi isso que senti, por exemplo, quando participei este mês, no Palácio do Planalto, da cerimônia de posse de dois novos ministros: o ministro da Educação e o ministro da Ciência e Tecnologia. A solenidade foi marcada pela emoção, principalmente pela presença do velho guerreiro Lula da Silva. Ele foi ovacionado e aplaudido várias vezes num Palácio do Planalto lotado para prestigiar a posse do ex-ministro de Ciência e Tecnologia e agora ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e do ex-presidente da Agência Espacial Brasileira e hoje ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp.

Esses ministros assumiram seus cargos com o desafio de reforçar o “casamento” entre as duas áreas para criar mais oportunidades de acesso à educação e, ao mesmo tempo, criar mais acesso às produções científicas, à economia do conhecimento e à capacidade de agregar valor à produção.

Emocionados na cerimônia, os ministros e a presidente Dilma lembraram a trajetória e as ações do ex-presidente Lula.

Mercadante mencionou “as sementes de esperança, de dignidade, de cidadania e de liberdade que estão fazendo o país florescer”. Fernando Haddad, que deixou o MEC para concorrer à prefeitura da maior cidade da América Latina, São Paulo, falou da honra de ser professor universitário e ter sido comandado por um metalúrgico antes de servir à presidenta Dilma.

Concordo com o ex-ministro Haddad quando ele considera que a educação é a chave para o crescimento sustentável do Brasil e que está em curso no país uma “revolução silenciosa” na área do ensino. É verdade que o desenvolvimento do Brasil, a erradicação da pobreza, a garantia de oportunidades para todos depende desse investimento.

Para isso, temos dar continuidade e reforçar o que foi feito até aqui. A presidente Dilma falou das tantas ações inclusivas do Governo, como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o Prouni (Programa Universidade para Todos), o Reuni (programa de expansão das universidades federais), o Ciência Sem Fronteiras (que dá bolsas de estudo no exterior), o Pronatec e os Institutos Federais de Educação Tecnológica, o Bolsa Família e também o Minha Casa, Minha Vida.

Ela citou, com orgulho, a frase que ouviu recentemente de uma jovem, durante uma solenidade. Disse a moça: “Sou a filha de uma lavadeira que virou médica”. Esse é mais um evidente reflexo das oportunidades criadas e multiplicadas pelos nove anos de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

A meta agora é colocar todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos na escola até 2016, como determina a Constituição, e também lançar um programa para diminuir a defasagem da educação oferecida no campo.

A preocupação é assegurar a alfabetização de crianças na idade apropriada. Ou seja, o ensino capaz de levar a criança a ler e a escrever até, no máximo, 8 anos de idade, para não comprometer o processo de aprendizado futuro.

Em 2011, foi aprovada a construção de 1.484 creches e pré-escolas por todo o Brasil.

A mensagem presidencial entregue ontem a este Congresso afirma que, neste ano de 2012 serão contratadas mais 1.500 creches e pré-escolas, prevendo ainda a criação de mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica e quatro novas universidades federais, além de 47 campi universitários.

O governo também afirmou que pretende fortalecer o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), em vigor desde outubro de 2011.

A previsão é que para este ano, apenas na modalidade de Bolsa-Formação, oferecida pelas redes públicas e pelas escolas do Sistema S, sejam ofertadas 550 mil vagas em curso de formação inicial e continuada, e 130 mil vagas em cursos técnicos para estudantes do ensino médio, trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego e pessoas beneficiadas pelos programas de inclusão produtiva.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, isso é realmente uma revolução, e nada silenciosa. É uma revolução que dará voz a milhares de pessoas e abrirá um sem número de oportunidades para o presente e o futuro.

O desafio posto é também o de superar os atuais problemas e permitir avanços no ENEM, o exame cujas atuais falhas a própria presidenta Dilma se encarregou de reconhecer. Mas a presidente também reforçou o caráter democrático do programa no acesso ao ensino superior e a necessidade de fortalecê-lo e torná-lo cada vez mais acessível aos milhões de jovens que pleiteiam uma vaga na universidade pública. A presidente Dilma disse, sem reservas: “É preciso acompanhar, melhorar e mudar o que estiver errado”. Esse é o espírito.

É por meio do Enem que é possível classificar os alunos para o ProUni, que é o Programa Universidade para Todos, para as vagas das universidades federais e para o programa Ciências sem Fronteiras.

Esse programa, o Ciência sem Fronteiras, é a maior iniciativa de expansão e internacionalização da ciência, tecnologia e inovação brasileiras.

Com o Ciência sem Fronteiras o governo reforçou ontem que pretende oferecer, até 2014, 101 mil bolsas de estudo para que os melhores estudantes tenham oportunidade de formação em universidades consagradas do exterior.

A área da Ciência, Tecnologia e Inovação detém um forte potencial que poderá ajudar o Brasil a mudar de patamar de desenvolvimento. O discurso do ministro Marco Antônio Raupp deixou claro que a inovação e ampliação da infraestrutura e da tecnologia não são mais uma opção para o país, mas um passo fundamental para o país.

Uma das metas é unir as universidades aos institutos de pesquisa para desenvolver projetos estratégicos.

Hoje, o Brasil ocupa o 47º lugar em inovação, pesquisa e desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, é um dos 13 países com maior produção científica no mundo.

Para avançar mais, é preciso da união de esforços entre sociedade e empresas. O Brasil está pronto para avançar e há oportunidades para isso. Entre os exemplos, foram citados um novo padrão de financiamento público para a área, e o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica em sintonia com formação e capacitação de recursos humanos. O ministro defendeu que os complexos industriais de defesa, aeroespacial e nuclear devem ser pensados em conjunto e é bem-vinda uma parceria entre sociedade e empresas.

Disse que exploração da biodiversidade implica desafios importantes para o futuro e a tecnologia e a inovação serão elementos cruciais para assegurar a

sustentabilidade em seu sentido amplo. Destacou que temos condições de pensar em nos tornarmos uma potência ambiental do planeta. Isso é muito bom.

Por tudo isso, eu acredito que, graças a Deus, este ano de 2012 começou com gosto de gás, de motivação para o trabalho árduo, e com iniciativa para corrigir rotas quando for necessário.

Desta Casa, temos também a visão de que este ano, ainda que permeado pelo debate eleitoral, não pode perder de vista as propostas estruturantes que temos de levar adiante. Entre elas, por exemplo, a reforma política, que aqui proponho um esforço para que não a deixemos de lado, ainda que possa não ser possível avançarmos de forma mais significativa nesta proposta este ano.

Como foi levantado, teremos no Senado a análise de temas sensíveis, como a Proposta de Emenda à Constituição 97/11, que disciplina os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ou o novo projeto de

lei que trata da homofobia (PLC 122/06) ou ainda o projeto que reduz a alíquota do ICMS de importação. Teremos o explosivo tema da redistribuição dos **royalties** do petróleo (PLS 448/2011), que deve retornar ao Senado depois de ser apreciado pela Câmara dos Deputados. Deveremos fazer a discussão do projeto de lei que institui a previdência complementar dos servidores públicos (PL 1992/2007).

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores. Teremos desafios, embates, democracia, negociações. E, acima de tudo, uma grande oportunidade de construir, realmente, um novo ano para todos e para o país.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

O refundador da diplomacia

RUBENS RICUPERO

1 MAIOR contribuição de Rio Branco não foi haver assegurado ao Brasil 900.000 km² de território. Foi obter esse resultado sem disparar um tiro, imprimindo à diplomacia brasileira duradouro caráter pacífico.

Se estamos prestes a completar 142 anos de paz ininterrupta com dez vizinhos (que já foram 11), isso se deve à maneira pela qual se processou a definição do patrimônio territorial.

O ato fundador da política externa de um país é traçar no terreno o espaço da soberania. Quando a definição se faz por conquista e guerra, a herança de rancor e antagonismo perdura às vezes para sempre. Países de passado imperial como a Rússia são condenados a viver quase em permanente estado de tensão e beligerância em relação aos seus vizinhos.

Rio Branco morreu em 10 de fevereiro de 1912, um século atrás. Tinha apenas 20 anos quando começou a Guerra do Paraguai, conflito sobre o qual escreveu extensamente. Compreendeu então que "o recurso à guerra é sempre desgraça". Da mesma forma que o barão de Cotegipe, poderia ter exclamado: "Maldita guerra! Vai nos atrasar 50 anos!".

Embora o Brasil tivesse saído vencedor, a guerra foi interminável e cruenta, deixando sequelas como a "questão militar", que enfraqueceram a monarquia e acabaram por levá-la à ruína. Seu impacto sobre a geração de Rio Branco e Joaquim Nabuco explica a opção que fizeram pela diplomacia e pelo direito para **Quando se detectam laivos de arrogância no Brasil, convém voltar ao exemplo do barão do Rio Branco**

resolver conflitos.

Rio Branco desejava um Brasil forte e capaz de se defender de agressões. Não partilhava, porém, do fascínio pela força de seus contemporâneos — Bismarck, Theodore Roosevelt —, que conduziria à catástrofe da Primeira Guerra Mundial dois anos após sua morte. Embora valorizasse a herança da diplomacia do Império, considerava encerrada a orientação que, desde 1850, levava o país a envolver-se em sucessivos conflitos no Prata.

Foi o refundador e, a rigor, o criador da política externa contemporânea, ao modernizar o Itamaraty e deslocar o eixo da diplomacia de Londres para Washington, o centro

do poder emergente da época. Soube usar a influência dos EUA em favor dos interesses brasileiros.

Antecipou o que hoje se chama de poder inteligente ("smart power") ao empregar a erudição histórica para triunfar nas arbitragens. Em outros casos, como o do Acre, mostrou-se mestre do moderno conceito de poder brando ("soft power") ao dosar concessões, trocas

de território e compensações financeiras para evitar guerra de conquista. Liquidados os contenciosos de limites, pôde lançar as bases da unidade sul-americana com o Pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile).

No momento em que se começa às vezes a detectar no comportamento brasileiro laivos de recém-adquirida arrogância, convém voltar ao exemplo de equilíbrio e moderação do barão. Comentando a possibilidade de que países latino-americanos pudessem ceder à loucura das hegemonias e da prepotência, dizia ele que o Brasil do futuro continuaria a confiar na força do direito. E saberia conquistar "pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça a consideração e o afeto dos povos vizinhos, em cuja vida interna se absterá de intervir".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a palavra, como Líder do PSDB, assim que o Regimento determinar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será inscrito. Só quero lembrá-lo que também está inscrito o Senador Mozarildo Cavalcanti, que cedeu a vaga à Senadora Vanessa Grazziotin para que fale antes dele.

Queria consultar V. Ex^{as}, porque V. Ex^a agora tem preferência. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu pronunciamento é rápido, para manifestar a nossa preocupação em relação ao que vem ocorrendo no Paraguai com os brasiguaios.

Nesse final de semana, estive no oeste do Paraná, passando por Toledo, Cascavel, onde se inaugura o Show Rural, que é o maior evento agrícola das Américas, um espetáculo que demonstra a competência do produtor rural, a criatividade, com a exposição de práticas agrícolas avançadas, com tecnologia, modernidade, e cheguei a Foz do Iguaçu, onde há uma enorme preocupação com o que ocorre no país vizinho, o Paraguai.

Lá são quase 400 mil brasiguaios, que lá estão, muitos deles, há mais de 40 anos, como proprietários rurais, que adquiriram suas propriedades, constituíram as suas famílias, e passaram a trabalhar e produzir, contribuindo extraordinariamente com o progresso e o desenvolvimento do país vizinho, que alcançou, por exemplo, no ano retrasado, um crescimento de 14%.

Há pouco tempo, o Governo brasileiro, surpreendentemente, ofereceu um grande presente ao Paraguai: reajustou os valores da tarifa de energia que paga ao país vizinho, em função da sua participação na binacional Itaipu. Seis bilhões de reais, sem nenhuma imposição legal. Uma generosidade do Governo brasileiro. E qual é a contrapartida? A contrapartida é a violência, a invasão de áreas produtivas, legais. Proprietários com seus documentos, com escritura pública de propriedade são ameaçados e, violentamente, alguns deles são expulsos da sua propriedade. O ambiente, o cenário é preocupante.

Por que estamos nesta tribuna? Exatamente para pedir, não apenas ao Itamaraty que estabeleça relações diplomáticas eficazes para superar esse impasse, mas

à Presidente Dilma Rousseff. Cabe a ela, como Presidente do Brasil, conversar com o Presidente Lugo, se entender com o Presidente Lugo e, vou além, exigir do Presidente Lugo respeito aos brasileiros. O Paraguai é um país que diz pretender mudar a sua imagem no cenário internacional, mostrando-se como um país organizado, sob a égide da legalidade, do estado de direito democrático. Mas não é dessa forma que se constrói uma imagem dessa natureza. Não, com insegurança jurídica.

Imagino se nós, Sr. Presidente, fôssemos expulsar do Brasil os japoneses, os italianos, os árabes, aqueles que vieram de todas as partes do mundo, para contribuir, a fim de que o Brasil se tornasse essa Nação potência. Se fôssemos expulsá-los, como alguns querem fazer, no Paraguai. “Ah, eles não falam o guarani.” – esse é o grande pretexto – imagino não ser inteligente.

Eu fico pensando em um empresário que pretende instalar uma indústria no Paraguai, se ele terá a ousadia de instalar uma indústria no Paraguai e correr o risco, em razão dessa insegurança jurídica, de ser depois molestado, de ser incomodado e de ser até expulso daquele país.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa intervenção da tribuna no dia de hoje, é para pedir à Presidente Dilma Rousseff que ela pessoalmente trate desse assunto, pela sua importância e por respeito a mais de 400 mil brasileiros que hoje vivem no Paraguai.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, permita-me dizer que esse é um assunto que já foi tratado aqui e que a mim preocupa muito. O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, tem uma fronteira muito grande com o Paraguai e temos também esse tipo de problema. Havíamos sugerido ao Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, que, em contato com a Comissão de Relações Exteriores, que nós pudéssemos, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Relações Exteriores, formar uma comissão de Senadores para tratar do assunto, inicialmente com o Governo brasileiro e, se for o caso, até com o governo paraguaio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Moka, tudo é importante, eu acho isso válido, necessário inclusive, mas há vários anos nós estamos tratando desse assunto dessa forma. Inclusive, há alguns anos levei a Foz do Iguaçu requerimento pessoal à Comissão de Relações Exteriores, que se reuniu em Foz do Iguaçu com senadores Paraguaio,

parlamentares argentinos, autoridades da tríplice fronteira, discutindo esse e outros assuntos. Portanto, Comissão do Senado, Senadores etc. ótimo, mas a Presidente Dilma precisa atuar neste caso, ela, diretamente, com a autoridade de Presidente do Brasil, ela tem que atuar neste caso. Esse é o nosso apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por isso mesmo Senador Alvaro, que eu digo que, inicialmente, com o Governo brasileiro, com a Presidente Dilma. Acho também que V. Exª tem razão. Primeiro aqui e depois, se for o caso, o acompanhamento até em Assunção.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada Presidente Moka.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, companheiros e companheiras, semana passada, no dia 2, aconteceu a Sessão Conjunta, Sr. Presidente, de abertura dos trabalhos deste ano Legislativo de 2012. Infelizmente, não pude comparecer porque estava na cidade de Manaus, acompanhando o Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, na sua visita à cidade, sobretudo às obras relacionadas à Copa do Mundo.

Então, portanto, faço hoje aqui o meu primeiro pronunciamento nesse retorno das atividades legislativas.

Quero, Sr. Presidente, Senador Moka, Srªs e Srs. Senadores, dedicar este tempo a tratar de assuntos relacionados ao meu querido Estado, o Amazonas, à questão do desenvolvimento regional, do Projeto Zona Franca, e principalmente à questão relacionada à preparação da cidade de Manaus como uma das 12 sedes da Copa do Mundo.

Manaus, como uma das sedes da Copa do Mundo, enfrenta grandes desafios, Sr. Presidente, não só nós, assim como Cuiabá, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, enfim, Natal, Fortaleza, Recife e todas as cidades que sediarão a Copa no ano de 2014 enfrentam grandes desafios e estão diante de uma grande responsabilidade.

E assim como o Ministro Aldo Rebelo, que esteve agora na nossa cidade, não tenho dúvida nenhuma de que nós saberemos, o Poder Público, os governos estaduais, as prefeituras, o Governo Federal, nós teremos a capacidade de superar, um a um, todos os problemas e preparar, da melhor forma, as nossas cidades para a Copa do Mundo.

Portanto, não tenho dúvida nenhuma de que tanto a Arena da Amazônia quanto as demais obras necessárias à Copa serão concluídas em tempo há-

bil e o Brasil realizará uma das mais belas copas do mundo, Sr. Presidente.

Porém, para que isso aconteça, para que as obras sejam inauguradas no tempo previsto, para que os contratemplos possam todos eles ser resolvidos, eu não tenho dúvida nenhuma também de que é necessário um acompanhamento em tempo real, e não penso que isso deva ficar a cargo somente do Poder Executivo. Nós, os parlamentares, as bancadas de cada um dos Estados que são sedes, temos a obrigação de colaborar, de acompanhar e ajudar para que as obras tenham o seu curso, o seu andamento normal e não sofram qualquer tipo de atraso, colocando em risco a preparação do nosso País, das nossas cidades para a Copa do Mundo.

Quero, aqui, destacar que a responsabilidade dos Estados, dos 12 Estados, a responsabilidade das 12 cidades, é grande. Entretanto, penso que o Governo Federal tem também de fazer um acompanhamento, em tempo real, da realização de todas as obras. Afinal de contas, a Copa acontecerá em 12 cidades, em 12 Estados. É a Copa do Mundo do Brasil que acontecerá no Brasil. Nós, do Estado do Amazonas, Sr. Presidente, temos um grande orgulho, um imenso orgulho. Quero render minhas homenagens ao ex-governador, hoje Senador Eduardo Braga, que, ao lado de seu Vice à época – o hoje Governador Omar Aziz – se empenharam muito para que pudéssemos conquistar a possibilidade de sediar parte desse evento, alguns jogos. Aliás, o nosso Estado do Amazonas, de acordo com todas as pesquisas divulgadas recentemente por vários institutos diferentes, já é conhecido como a sede da Copa na Amazônia. Ao lado do Rio de Janeiro é o destino de maior interesse por parte dos estrangeiros. E, pasmem, em muitas dessas pesquisas a Amazônia fica à frente do Rio de Janeiro, que é a cidade maravilhosa, a cidade considerada – não só por nós, brasileiros e brasileiras, mas por todo o mundo – uma das mais belas cidades do mundo.

A beleza da Amazônia é diferenciada, assim como a do Mato Grosso do Sul. Há uma mega biodiversidade em nossas florestas. O mundo se admira porque a maior parte dos países não tem o orgulho que temos de manter a nossa biodiversidade preservada. É importante que o Governo Federal perceba isso, perceba que a Amazônia é muito importante nesse grandioso evento, Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª que também vem da Amazônia, do Estado de Roraima, nosso querido Estado vizinho, um belo Estado. Roraima possui desde a savana até a floresta onde vive boa parte dos ianomâmis do Brasil.

Falo de um Estado que não tem apenas beleza natural, mas de um Estado que abriga a mais bem-sucedida experiência brasileira na área de desenvolvimento regional.

E aqui me refiro à Zona Franca de Manaus, um modelo que permite que o Amazonas tenha mantido, nesses últimos anos, uma forte preservação da floresta, afinal de contas, 98% das florestas no Estado do Amazonas estão preservadas. E em grande parte, estudos científicos mostram, 70% dessa preservação tem sido possível de ser alcançada graças à diminuição da pressão por conta da existência da Zona Franca de Manaus, que gera emprego, que gera renda, que gera recursos para o Estado do Amazonas. É uma zona franca tecnologicamente avançada.

O setor industrial, hoje, conta com mais de 400 empresas instaladas. Batemos todos os recordes nesse último ano de 2011, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Batemos todos os recordes.

Em relação ao faturamento, a Zona Franca de Manaus deverá ultrapassar US\$40 bilhões. Ou seja, um valor superior ao PIB de muitos países, de muitas nações vizinhas. Batemos o recorde também em relação à geração de emprego. No pico, chegamos a ter 120 mil empregos gerados na Zona Franca de Manaus, o que, para nós, é muito importante, Sr. Presidente.

Portanto, eu me refiro a um Estado que possui o maior conjunto de benefícios fiscais do País. Entretanto, benefícios esses, é bom que se registre... Porque muitas vezes o Amazonas é criticado por receber tanto benefício fiscal. Mas se analisarmos custo e benefício, os benefícios fiscais, Senador Moka, são bem inferiores ao conjunto dos benefícios econômicos que o Estado do Amazonas, que a Amazônia Ocidental gera para o conjunto da Nação.

Apenas o quesito ambiental já seria suficiente para justificar, Senador Mozarildo. Apenas esse. Quanto seria o prejuízo da Nação caso não tivéssemos a Zona Franca de Manaus!

Não temos uma situação tão delicada como tem o Estado do Pará, como tem o Estado de Rondônia, e até, em certa medida, o Estado do Acre. A pressão, repito, que as florestas sofrem no meu Estado é bem inferior em relação, ou comparativamente, aos outros Estados. Então, esse conjunto de benefícios fiscais tem se revelado vantajoso para a economia nacional.

Nosso pólo industrial, como já disse aqui, é tecnologicamente avançado. Temos reservas minerais e, destaco aqui, o pólo de gás químico, o pólo de gás e petróleo de Urucu e de Juruá. Aliás, voltarei a esta tribuna, Presidente Moka, para falar só disso. Há dois

dias, a Petrobras, anunciou a descoberta de um novo poço de petróleo na calha do Solimões, no Estado do Amazonas e, não tenho dúvida nenhuma de que, quanto mais avançam as pesquisas, mais petróleo, mais gás encontraremos.

Essa é uma atividade econômica que pode ser trabalhada em perfeito equilíbrio também com o meio ambiente. Temos um imenso potencial de aproveitamento de produtos regionais e acho que esse é o grande desafio; é o grande desafio que a Nação tem em relação à Amazônia: como desenvolver e aproveitar todas as riquezas naturais para transformar essas riquezas naturais em produtos efetivos, com valor agregado, gerando emprego, gerando conhecimento, não só para aqueles 25 milhões, aproximadamente, de pessoas que vivem na Região Norte, mas para o Brasil como um todo.

Sr. Presidente, entretanto – e, aí, quero destacar aqui o fato de termos conseguido todos esses avanços –, o Amazonas, assim como toda a nossa região, ainda carece de investimentos pesados nas áreas de infraestrutura, de ciência e tecnologia, de comunicações, por exemplo.

Eu quero aqui destacar um estudo específico para a região amazônica, que foi lançado recentemente pela CNI, Confederação Nacional da Indústria, que mostra um plano e a necessidade de investimentos em infraestrutura, porque apesar de termos grandes distâncias em relação aos mercados consumidores nacionais – então isso é uma desvantagem –, por outro lado, se tivermos um forte investimento em tecnologia, em infraestrutura, em logística, a gente pode superar essas distâncias com o barateamento no processo de produção.

Então, é fundamental, além desse investimento forte em infraestrutura, também um forte investimento em formação de recursos humanos. Precisamos qualificar, formar na própria região, pessoas que possam – doutores, mestres – atuar em diferentes segmentos, sobretudo com o fortalecimento de instituições de ensino e de pesquisa na região. Assim como a questão da energia elétrica, Senador Mozarildo. Precisamos de energia abundante, de energia de qualidade. Precisamos de um sistema de comunicação melhor do que o que temos hoje, com internet banda larga de alta velocidade, de rodovias, de portos, de aeroportos, que são questões indissociáveis com o processo de desenvolvimento.

Estou falando do Estado do Amazonas, mas o meu discurso caberia para sua Roraima, caberia para qualquer outro Estado brasileiro. Aliás, V. Ex^a tem sido

um dos mais assíduos frequentadores desta tribuna, exatamente na defesa desse modelo de desenvolvimento sustentável para a nossa região.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Vanessa, fico realmente feliz toda vez que vejo algum Senador assumir a tribuna e falar sobre os problemas regionais, mas notadamente a questão da Amazônia. É de estarrecer, como disse V. Ex^a, que ainda nós careçamos de investimentos mais pesados para o desenvolvimento daquela região, que representa mais de 61% da área do País. Estávamos comentando ainda há pouco aqui que dessa região a parte mais sofrida é justamente a região da faixa de fronteira. Então, é importante que realmente o Governo Federal volte os olhos para essa região e que a zona franca não seja vista por outros Estados como alguma coisa de uma competição desigual. Aliás, para eliminar a desigualdade tem de haver algum tipo de tratamento desigual. Se tratar igual todo mundo, vai ficar como está. Então, a Amazônia, principalmente a Amazônia Ocidental, que compreende o grande Estado do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, precisa, sobretudo, intra-regionalmente, de mais apoio ainda do que o restante da Amazônia, a Amazônia Oriental, que compreende os Estados do Pará e Amapá. Então, quero me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que temos de investir, principalmente, em ciência e tecnologia naquela região. E V. Ex^a colocou muito bem: se hoje o Amazonas é o Estado mais bem preservado do Brasil, dá-se exatamente porque houve um incentivo da zona franca, houve o trabalho e o atrativo, porque querer que um caboclo da Amazônia, um habitante da Amazônia, fique olhando para as árvores, contemplando, não tocando nelas ou não mexendo no meio ambiente, é querer que a pessoa se suicide. Então, na verdade, quero aqui cumprimentar o pronunciamento de V. Ex^a. Acho fundamental que os brasileiros passem a cobiçar, no bom sentido, a Amazônia, e não reclamem de que os estrangeiros cobicem a Amazônia. Portanto, parabéns pelo pronunciamento que faz hoje.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento, Senador Mozarildo. Quero dizer que mais importante que as palavras são os atos. Não há dúvida nenhuma de que temos avançado significativamente nesses últimos anos em relação à busca desse novo modelo de desenvolvimento sustentável. Houve um avanço importante para a região. Entretanto, o salto que precisamos dar é um salto muito maior,

porque nós não estamos falando somente em investir recursos federais, que a União invista, estamos falando em investir para termos retorno.

Falei de petróleo e gás agora, mas vou citar um insumo que V. Ex^a me fez lembrar, Senador Moka, V. Ex^a que é muito ligado a essa área de produção rural sabe que um dos três componentes de maior uso para a produção de alimentos é o potássio. E nós importamos o potássio que utilizamos, o que ajuda o desequilíbrio da balança comercial brasileira. E temos exatamente no Estado do Amazonas, nas redondezas da cidade de Manaus, uma das maiores reservas de potássio do Planeta, Senador Moka. Então nós precisamos investir na exploração da silvinita.

Eu aqui quero dizer que em breve nós estaremos formando uma frente parlamentar em defesa da exploração de minérios na Amazônia. Precisamos fazer isso, porque é uma riqueza que está debaixo da terra. E não quero dizer com isso que queremos destruir o meio ambiente. Não, está lá a Petrobras há anos, no Estado do Amazonas, na Bacia do Solimões, com uma unidade em Urucu, e é exemplo de preservação ambiental. É possível fazer isso. É possível. E com esses recursos nós capacitaremos a Nação brasileira para ajudar no próprio desenvolvimento nacional, repito, não só dos amazônidas, mas de todos, dos que vivem do Rio Grande do Sul ao Nordeste. Ninguém tem dúvida, por isso que o Senador Mozarildo fala em cobiça. A Amazônia é sim cobiçada no mundo inteiro.

Senador Mozarildo, o Governo brasileiro tem tido uma atuação tão positiva que nós estamos mudando a concepção internacional em relação ao meio ambiente, porque nós estamos sendo ouvidos. Nós não queremos preservar só o meio ambiente, nós queremos preservar o meio ambiente, mas fazer com que essa preservação propicie o desenvolvimento sustentável. É isso que queremos, é nesse caminho que caminhamos, V. Ex^a, eu, toda a bancada da região amazônica.

Então, faço questão sempre de levar os meus pronunciamentos, de dirigir os meus pronunciamentos ao desenvolvimento regional. É importante a questão nacional. Mas nós precisamos inserir o debate do desenvolvimento regional dentro do debate nacional, porque se não formos nós, quem será? É preciso que sejamos nós, do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, a tratar desse assunto.

E, repito, acho que passos importantes nós estamos dando. E precisamos dar passos ainda maiores. Então, nesse sentido temos dois projetos tramitando nesta Casa, ambos da iniciativa do Poder Executivo. Outros já tramitavam, de iniciativa

de parlamentares, inclusive meus projetos. Mas a Presidenta Dilma, cumprindo o que prometeu para o povo do Amazonas, encaminhou dois projetos. O primeiro, uma PEC que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, projeto que prorroga os benefícios; o outro, um projeto expandindo a Zona Franca de Manaus para a região metropolitana, em decorrência das dificuldades que temos e estamos enfrentando na cidade de Manaus.

Então, são projetos importantes que nós acompanharemos.

O meu tempo já se vai, Sr. Presidente, e eu quero por fim concluir como iniciei, falando de Copa do Mundo.

O Ministro Aldo esteve em Manaus – passou dois dias – e prometeu que irá ao nosso Estado, à nossa cidade a cada três meses, e assim fará com todas as 12 cidades sedes da Copa do Mundo. Lá tivemos uma importante reunião com o Governador Omar, com o Prefeito da Cidade de Manaus, onde o próprio Ministro ouviu as dificuldades que a cidade está enfrentando na sua preparação para a Copa do Mundo.

A Arena da Amazônia tem 35% das suas obras concluídas. Entretanto, os recursos liberados pelo BNDES não ultrapassam os 20%. Precisamos de ajuda do BNDES. Irei acompanhar, com toda a bancada, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado e a Advocacia Geral da União, porque alguns critérios nós não compreendemos, Sr. Presidente. Não é possível comparar preços praticados na cidade de Manaus com aqueles praticados na cidade de São Paulo. Isso é impossível! Estamos a mais de 2.000 quilômetros de distância da cidade de São Paulo. O custo de uma obra em meu Estado é bem maior do que nas cidades e Estados do Centro-Sul. É muito maior!

Então, essas questões o Ministro ouviu com muita atenção e ficou de acompanhar muito de perto para ajudar o Governo do Estado a resolver todos os problemas. Ele reconheceu essa necessidade de um acompanhamento direto.

E disse mais! Disse que não podemos deixar – e aqui abro aspas porque foram palavras ditas pelo próprio Ministro – “não podemos deixar o Governo do Estado do Amazonas arcar com as responsabilidades que podem estar além daquilo que ele assumiu em co-responsabilidade com o Governo Federal”. Concordamos plenamente e queremos, pedimos dele muito a ajuda.

E não adianta: falar de Copa do Mundo não é só falar da arena, do estádio onde os times vão jogar; é falar do legado, porque, se não tivermos um legado, não resolve a nossa questão. Queremos a Copa, lu-

tamos pela Copa para melhorar o transporte urbano, para melhorar a mobilidade urbana na cidade de Manaus. Nós queremos isso, porque os jogos começam e acabam, mas o povo continua morando lá. Estive, recentemente, na África e vi o que aquele povo ganhou com a preparação daquelas cidades para a Copa do Mundo; o povo mesmo, que anda de ônibus, que anda de transporte coletivo.

Portanto, precisamos adiantar o nosso projeto de BRT; o aeroporto – tenho preocupação séria com o aeroporto da cidade de Manaus –; o porto; as melhorias no centro da cidade para receber os turistas; é tudo isso, Sr. Presidente.

Dessa forma, quero dizer que assim eu nortearei o meu mandato este ano. A Copa do Mundo é algo que tem data marcada. Atentarei tudo, farei tudo, e não apenas eu, a bancada, para ajudar o Governador Omar a acompanhar as obras e fazer com que a cidade de Manaus ofereça condições dignas para todos aqueles que virão do mundo inteiro para assistir à Copa do Mundo e que queremos...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Fora do microfone.) – Portanto, concluo, nesse um minuto que V. Ex^a gentilmente me concede, para dizer da nossa disposição. Sabemos que é um ano eleitoral, mas é um ano de muito trabalho. É possível, sim. Sempre acho que é possível desenvolver uma campanha eleitoral e, ao mesmo tempo, trabalhar ajudando o nosso Estado, ajudando as nossas cidades a melhorarem a condição de vida de todos.

Muito obrigada, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, permita-me.

Na agricultura, há uma tríade: nitrogênio, fósforo e potássio, o NPK. V. Ex^a tem razão. Então, nós nos preocupamos porque, em nome dessa questão da vigilância ambiental, nós deixamos de explorar uma riqueza tão importante na produção dos alimentos. E isso é possível. Eu quero me somar à ideia de uma frente parlamentar para que possamos discutir isso de forma racional, sustentável, sem agredir o meio ambiente. Mas potássio? O Brasil é refém dessa importação. Então, eu acho que nós temos a jazida, nós temos que explorá-la, claro, adotando todas as condições, tomando cuidado para não agredir o meio ambiente.

Concedo a palavra, pela liderança, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero fazer o registro de um evento que considero da maior relevância para a juventude do Brasil e para todo o País.

Eu estou me referindo aqui à Ordem DeMolay, que é uma instituição de jovens mantida pela maçonaria e que realizou, no dia 28 de janeiro, aqui nas dependências do Senado Federal, o 4º Congresso Nacional de Jovens Líderes da Ordem DeMolay.

Para aqueles que não conhecem, e mesmo aqueles que conhecem, é bom recordar que a Ordem DeMolay, que, como disse, é uma instituição de jovens mantida pela maçonaria, é uma instituição que busca lapidar o caráter do jovem para que, ao atingir a maioridade, os 21 anos, ele possa contribuir com a comunidade em que estiver inserido. É um ambiente fraternal, seguro e sadio, composto por garotos – se é assim que posso dizer – do sexo masculino entre 12 e 20 anos. Desenvolve no jovem a capacidade de liderança, o senso de trabalho em equipe, a cidadania, tolerância e respeito ao próximo, responsabilidade, respeito à hierarquia, criatividade, capacidade de tomada de decisão, sentimento fraternal e envolvimento social.

É importante frisar que a Ordem DeMolay foi criada nos Estados Unidos pelo maçom Frank Sherman Land, na cidade americana da Kansas, em 1919. Ele inclusive começou essa instituição porque um dos seus funcionários, que era maçom também, faleceu e deixou a viúva com um jovem... Digamos, a família ficou sem condições adequadas de manter o sustento condigno para aquele jovem e para a sua família. Ele chamou o jovem para trabalhar na sua empresa a partir daí, incentivando-o para que estudasse, passou a dar-lhe a noção do que eram os princípios da maçonaria, depois pediu que convocasse outros colegas jovens da sua idade e, a partir daí, fundaram a Ordem DeMolay, que é uma instituição que, como disse, envolve muitos jovens.

No Brasil, a Ordem DeMolay é comandada pelo Supremo Conselho da Ordem para o Brasil e mais de 85 mil jovens já passaram pelas fileiras da instituição, buscando sempre formar no jovem, como eu disse, esse caráter de fraternidade, de amor filial, de respeito ao próximo, de amor aos estudos, de patriotismo. E quero dizer que fico muito feliz de, como maçom, sempre intermediar junto à direção do Senado para que esse evento se realize aqui nas dependências do Senado.

Esse evento, como diz aqui ofício recebido da Liderança Juvenil dessa ordem, realizado no dia 28 de janeiro, reuniu vários jovens e teve a presença de 60 participantes oriundos dos mais diversos Estados brasileiros. Portanto, todos os Estados brasileiros estiveram aqui presentes, discutindo os rumos da Ordem e, principalmente, traçando planos para a inserção em campanhas importantes, como a recente campanha que fizeram de cadastramento nacional de doadores de medula óssea, na qual empregaram todo o capital humano a serviço dessa importante e esquecida ação social, que já cadastrou mais de 50 mil doadores no País.

Portanto, ao fazer esse registro, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que autorize a transcrição, como parte do meu pronunciamento, da parte do histórico da Ordem DeMolay, assim como o ofício recebido do gabinete...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– ...do Gabinete Nacional da Liderança Juvenil do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil.
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício 002 – 2011 / 2012

Ao Excelentíssimo Senhor Senador da República **Mozarildo Cavalcanti**,

Venho até Vossa Excelência falar em nome da Ordem DeMolay Brasileira. Somos uma organização Juvenil de caráter filantrópico e filosófico, patrocinada pela Maçonaria Universal, voltada para jovens entre 12 e 20 anos, que propõe formar líderes e melhores cidadãos através da prática das Sete Virtudes Cardeais de um DeMolay: o Amor Filial, Reverência pelas Coisas Sagradas, Cortesia, Companheirismo, Fidelidade, Pureza e Patriotismo.

Ao longo dos 26 anos do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, mais de 85 mil jovens já passaram por nossas fileiras. Hoje, temos expoentes em diversos setores da sociedade que, imbuídos dos ensinamentos que proporcionamos aos nossos membros, se tornaram homens de caráter, moral e bons costumes. São promotores, prefeitos, vereadores, deputados, juízes, advogados respeitados, atletas, artistas, empresários e muitos outros.

No Brasil, estamos presentes em mais de 700 cidades em todos os estados brasileiros. Temos cerca de 10 mil jovens entre 12 e 21 anos de idade, além de tantos outros que já passaram do limite daquilo o que chamamos de maioridade.

Destaco como bom exemplo das atividades que desempenhamos a nossa recente Campanha Nacional de Cadastramento de Doadores de Medula Óssea, na qual empregamos nosso capital humano a serviço dessa tão importante e esquecida ação social e que já cadastrou mais de 50 mil doadores no país. E isso só se soma às tantas outras iniciativas de cada uma das nossas unidades, como adoção de creches, praças públicas, campanhas de conscientização política, alfabetização, apoio às bibliotecas públicas e tantas outras atividades. Somos bem organizados politicamente. Temos uma estrutura ampla, com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Reunimo-nos anualmente em eventos de abrangência regional, estadual e nacional. Em todas as instâncias, contamos com líderes adultos e juvenis, duas classes de hierarquia da nossa instituição, que se interdependem para o desenvolvimento do trabalho. Como Mestre Conselheiro Nacional da Ordem DeMolay, respondo pelos meus Irmãos do Brasil como seu representante, e tenho por função promover o aprimoramento, intelectual e ritualístico.

Venho agradecer, imensamente, o apoio de Vossa Excelência ao viabilizar o uso da estrutura do Senado Federal para a realização da IV Congregação Nacional de Jovens Líderes da Ordem DeMolay.

Trata-se do evento realizado no dia 28 de janeiro de 2012, que reuniu diversos jovens que, como nós, assumem em seus estados a função de liderar os membros da nossa Instituição. A presença foi de 60 participantes, oriundos dos mais diversos estados brasileiros, que discutiram os rumos que nossa Ordem DeMolay tomará nos próximos anos.

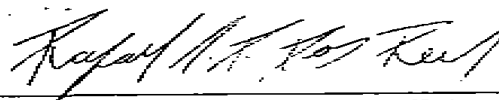
Realizar esse importante encontro nas dependências da nossa mais alta Casa Legislativa contribuiu, sem dúvida alguma, para o engrandecimento cultural do evento, possibilitando a todos esses jovens líderes o contato com o ambiente do nosso Senado Federal, além de permitir o aprimoramento do nosso sentimento de Patriotismo, uma das nossas mais importantes virtudes.

Sendo assim, agradecemos mais uma vez ao Excelentíssimo Senhor Senador por ter considerado e intermediado nosso pleito e despeço-me rogando ao Pai Celestial que continue abençoando essa Casa, para que prossiga construindo um país melhor para todos nós, brasileiros.

Com o meu mais elevado apreço e alta estima, também, em agradecimento pelos esforços já anteriormente empregados.



Leandro Pinheiro Batista
Secretário Executivo Nacional



Rafael Santos Pestana Dos Reis
Mestre Conselheiro Nacional

O que é a Ordem DeMolay?

O que é a Ordem DeMolay?

A Ordem DeMolay é uma instituição que busca lapidar o caráter do jovem para que, ao atingir a maioridade - os 21 anos -, ele possa contribuir com a comunidade onde estiver inserido. É um ambiente fraternal, seguro e sadio, composto por garotos do sexo masculino, entre 12 e 20 anos, que desenvolve no jovem:

- Capacidade de liderança;
- Senso de trabalho em equipe;
- Cidadania;
- Tolerância e respeito ao próximo;
- Responsabilidade;
- Respeito à hierarquia;
- Criatividade;
- Capacidade de tomada de decisão;
- Sentimento fraternal;
- Envolvimento social.

O ensinamento se baseia:

- Na prática de atividades voluntárias, filantrópicas, benemerentes, esportivas e sociais;
- Na transmissão de técnicas de liderança, oratória, resolução de conflitos, gestão e organização institucional;
- Em estudos filosóficos baseados nas virtudes do Amor Filial, Reverência pelas Coisas Sagradas, Cortesia, Companheirismo, Fidelidade, Pureza e Patriotismo.

Criada pelo maçom Frank Sherman Land, na cidade americana de Kansas, em 1919, conseguiu sobreviver à grande depressão, à segunda guerra mundial e ao sentimento antiinstitucional da década de 60, que prejudicou todas as organizações fraternais, sociais e cívicas.

O grupo original de nove rapazes cresceu e tornou-se a maior organização fraternal juvenil do mundo. Está presente em várias nações como Alemanha, Aruba, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, Filipinas, Itália, Sérvia e Romênia.

Mais de 4 milhões de jovens passaram pela Ordem DeMolay em todo o mundo. Muitos tornaram-se médicos, juristas, engenheiros, jornalistas, aeronautas, enfim, profissionais bem sucedidos que dão sua parcela de contribuição à sociedade.

Segundo as estatísticas do Supremo Conselho Internacional, para cada 20 governadores americanos ou 10 Senadores americanos, um é Sênior DeMolay, assim como o ex-presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton.

Desde 1980, a Ordem DeMolay atua no Brasil. De lá pra cá, 200 mil brasileiros iniciaram nesta fraternidade. O Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil contabiliza quase 20 mil integrantes ativos, espalhados por 340 municípios de todos os Estados do País.

Apesar de ser uma instituição autônoma, muitas de suas atividades são apoiadas pela maçonaria. As Lojas Maçônicas disponibilizam seu espaço para as reuniões, bem como alguns de seus membros para servir como Conselheiros. A Maçonaria investe nesta Ordem por julgá-la fundamental no engrandecimento da humanidade.

A Ordem DeMolay não é religião ou seita, mas a crença em um Ser Supremo é um dos requisitos para o seu ingresso. É proibida a vinculação da Ordem DeMolay com partidos políticos, ou qualquer atividade político-partidária. Este preceito visa à isenção institucional e a estimulação da crítica sadia em relação às políticas públicas adotadas.

Torne-se você também um DeMolay!

O que é Ordem DeMolay?

A Ordem DeMolay é uma organização para jovens de ilibada moral e que tenham entre 12 e 21 anos. É fundamentada em sete princípios básicos, as virtudes cardeais: Amor Filial, Reverência pelas Coisas Sagradas, Cortesia, Companheirismo, Fidelidade, Pureza e Patriotismo. Todo e qualquer Capítulo DeMolay trabalha de acordo com essas Sete Virtudes, que a todo instante são cobradas dos jovens que se iniciam.

Um jovem DeMolay tem a obrigação de ter essas Sete Luzes fazendo parte de sua vida, não somente diante dos outros DeMolay's, mas também em sua vida social e profissional. Além destas virtudes, baseamos também nossos ensinamentos em três liberdades: Civil, representada pela bandeira de nossa pátria; Intelectual, representada pelos livros escolares; e Liberdade Religiosa, representada pelo Livro Sagrado. Através delas o jovem é incitado a exercer sua cidadania e liderança, a cultivar seu lado espiritual, bem como desempenhar seu papel na

comunidade através de trabalhos voluntariados. A Ordem não tem a pretensão e não deseja, de forma alguma, tomar o lugar do lar, da igreja ou da escola.

Pretendemos, na verdade, através da busca pelo aperfeiçoamento, colaborar com um programa de ensinamentos que visam formação da cidadania em seus membros. Porém, como em qualquer outra atividade, um membro somente perceberá os benefícios da Ordem DeMolay na proporção de sua própria colaboração. Ao participar ativamente da programação do Capítulo, ele verificará que o retorno material e espiritual manifestar-se-á. Fará verdadeiras amizades e aprenderá a ter responsabilidade e autoconfiança.

A organização tem se revelado pelos seus serviços de caridade, preparação de cidadãos e cooperação mútua. Nossa Ordem tem, genuinamente, assumida uma posição de imortalidade histórica, pelos seus relevantes serviços a favor de melhores líderes, para um melhor amanhã do mundo. Espalhada pelo mundo todo, a Ordem DeMolay se subdivide em Capítulos, que nada mais são do que grupos distintos, subordinados a um Supremo Conselho, que se reúnem quinzenalmente. Cada Capítulo é patrocinado por um grupo reconhecido de Maçons e assistido por um Conselho Consultivo. Em suma, investir em nossa instituição, é investir no futuro do país, pois de lá sairão verdadeiros líderes, com elevados princípios, e preparados para assumir posições de destaque perante nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

Inscrito, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, Senador Waldemir Moka, que, na função de Vice-Presidente, preside esta sessão, caros

colegas, aproveito também para saudar os presentes que estão nos visitando e que se encontram nas galerias do Senado Federal nesta tarde.

Quero, Sr. Presidente, nobres colegas, fazer uma pequena análise sobre a situação que o Senador Alvaro Dias há pouco discorreu também. Trata-se do problema dos brasileiros que estão radicados no Paraguai. Não posso deixar de trazer algumas considerações em re-

lação a esse caso, que vem, a cada dia, preocupando, que vem, cada dia mais, tirando o sono de parentes que estão no Brasil. São brasileiros que se mudaram para lá na década de 70, que estão lá há 40 anos ou mais, que já têm filhos, têm netos no Paraguai, radicados, incentivados a ir àquele país para ajudar a desbravar, chamados à época do Presidente Stroessner. E hoje vem existindo uma certa insegurança, inclusive uma insegurança jurídica, não só insegurança de estar à vontade, etc., mas insegurança jurídica de documentos legais, reconhecidos pelo país. Isso naturalmente tira a tranquilidade de 350 mil brasileiros ou mais do que isso, que adotaram o Paraguai como praticamente a sua pátria.

Trago algumas anotações em relação a isso. Em seguida... Eu vejo que o Senado Mozarildo deseja apartear, mas faço algumas considerações.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, manifestar esta preocupação: há algumas semanas, milhares de produtores brasileiros residentes no Paraguai estão sob constante ameaça, tanto de agressões físicas como de depredação de suas propriedades e equipamentos por parte de grupos sem-terra paraguaios, os chamados “carpeiros”.

Estimativas dão conta de que aproximadamente 350 mil brasileiros vivem no Paraguai. Boa parte deles são catarinenses, gaúchos, paranaenses – sei que do Estado de V. Ex^a também, Mato Grosso do Sul, e, inclusive, Senador Moka, de outros Estados do Brasil –, que resolveram escolher como pátria o Paraguai. E são de outros “n” países. Existem da Alemanha, existem da Itália... Nem quero falar. Mas, principalmente, neste caso, são brasileiros que estão com problemas porque lá se encontram, porque foram ao país vizinho em busca de oportunidades de trabalho e crescimento no início dos anos 70.

O termo “brasiguai” foi cunhado na época da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Os agricultores que tiveram suas propriedades invadidas pelo espelho d’água da barragem teriam recebido indenizações insuficientes para a compra de novas terras no Brasil. Aí optaram por deslocar-se para o país vizinho, que é o Paraguai, onde as terras eram consideravelmente mais baratas. Porque o espelho d’água de Itaipu invadiu muitos. Claro que o governo brasileiro, à época, deu uma indenização, mas para conseguir outras terras no Brasil, como eram mais caras, havia uma oferta para que se deslocassem ao Paraguai, país vizinho, para desbravar. Eram mais baratas, optaram por isso. Com aquela pequena indenização que receberam, foram para lá e investiram. Isso naqueles anos.

Desde então, essa população brasileira tem dado contribuição importante para a economia daquele país.

O agronegócio como um todo é responsável por cerca de 80% do PIB do Paraguai.

Nas últimas semanas, um grupo de camponeses invadiu propriedades de brasileiros pedindo a devolução das terras. O Governo brasileiro, por intermédio da Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann – a quem faço especial agradecimento por sua dedicação desde o primeiro momento em que tivemos contato para tratar da questão –, e do Ministério das Relações Exteriores, está buscando soluções pacíficas junto às autoridades paraguaias. Ainda hoje, são aguardadas novas manifestações do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo. Aguardam-se manifestações para hoje ainda. Há uma expectativa.

Neste momento, nobres colegas, peço também o envolvimento do Senado.

V. Ex^a, ainda há pouco, presidindo a sessão, após a palavra ao Senador Alvaro Dias, sugeria até conversar com o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, para que, por meio da Comissão de Agricultura do Senado Federal, em sintonia com a Comissão de Relações Exteriores, nós formássemos – ideia de V. Ex^a – uma comissão para tratar, primeiramente, com a Presidente da República sobre esse drama. E, em seguida, se for o caso, essa comissão acompanharia o desenrolar, inclusive se deslocando até Assunção, desse fato, que interessa aos brasileiros, sem dúvida alguma.

Mas vejo que o Senador Mozarildo e a Senadora Ana Amélia desejam pedir um aparte.

Concedo a V. Ex^a com muita honra, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Casildo, quero dizer a V. Ex^a que fico satisfeito no sentido de que V. Ex^a traz o assunto para a tribuna. O Senador Alvaro Dias já trouxe. Realmente, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira... Nós chegamos à conclusão... Inclusive convidamos o líder dos chamados brasiguaios para estar presente – por sinal, foi até um requerimento da então Senadora e hoje Ministra Gleisi Hoffmann, preocupada com essa questão – e falar na subcomissão, que é da Comissão de Relações Exteriores, sobre o problema desses cidadãos brasileiros que lá estão. Porque não adianta nós pensarmos na faixa de fronteira se não olharmos os dois lados: o lado brasileiro e o lado dos países vizinhos, no caso, o Paraguai. Há também o caso da Venezuela, por exemplo, de que Roraima é vizinho, onde há problemas seriíssimos de maus-tratos de cidadãos que entram lá. A situação que estão vivendo as famílias brasileiras que estão no Paraguai é dramática. Quero dizer a V. Ex^a que eu tenho uma audiência marcada, às 16:30, com o Embaixador

Antonio Simões, Subsecretário da América do Sul, para, como Presidente da Subcomissão da Faixa de Fronteira e da Amazônia, ver o que nós, como Congresso Nacional, como V. Ex^a está propondo, podemos fazer. Essa Subcomissão é da Comissão de Relações Exteriores. Portanto – quem sabe? –, talvez pudéssemos formar uma comissão junto com todos aqueles que têm interesse, não só os membros da Subcomissão, mas também os da Comissão como um todo, e irmos até lá dialogar com o Congresso do Paraguai. Realmente, não é possível ficarmos esperando. Sei que o Poder Executivo tem tomado providências, mas temos que agir. Não podemos, como membros do Senado ou da Câmara, fazer de conta que isso não está acontecendo ou nos limitarmos só a um discurso de solidariedade ou de revolta. Portanto, quero dizer a V. Ex^a que tomei essa providência, mas estou à sua disposição para que, conjuntamente, possamos agir.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Recolho o aparte de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Veja bem V. Ex^a, que veio lá do norte e preside a Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores, que o problema envolve o Brasil como um todo. Isso, na verdade, preocupa todos nós.

Vou dar uma sequência, mas vejo que os Senadores Waldemir Moka e Ana Amélia estão pedindo um aparte; aliás, a Senadora Ana Amélia pediu primeiro, com muita honra.

Muitos gaúchos também, Senador Paulo Paim, que agora preside a sessão, estão radicados no país vizinho. Há muitos gaúchos lá.

Antes de continuar, Senadora Ana Amélia, com muita honra, ouço V. Ex^a.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Casildo Maldaner, como bem disse V. Ex^a, muitos gaúchos, conterrâneos meus e do Senador Paim, para lá foram da mesma forma que catarinenses, paranaenses, mato-grossenses e outros cidadãos de várias partes do Brasil. Exatamente essa dimensão que, historicamente, V. Ex^a está apresentando levou esse grupo de produtores rurais para o Paraguai em virtude das obras de Itaipu. O Senador Alvaro Dias, paranaense, um dos Estados mais afetados por esse processo, lembrou o acordo internacional firmado, que beneficiou o Paraguai grandemente porque receberá um volume de recursos muito grande. E uma contrapartida mínima que o Governo brasileiro deveria decidir agora em relação a esse acordo – eu votei contra por entender que, mais cedo ou mais tarde, o consumidor vai pagar mais por energia para cumprir esse acordo – é no sentido de que o Governo brasileiro, agora, negocie com o Paraguai a segurança para

esses agricultores. As histórias, os relatos que a gente vê pela televisão são dramáticos. E a insegurança jurídica... Até a integridade física desses produtores rurais é uma necessidade para a preservação da própria estabilidade da produção de alimentos. Eu queria não só me solidarizar, mas também me colocar à disposição. O Senador Mozarildo preside a Subcomissão da Amazônia e Fronteira. Eu sou Vice-Presidente e apoio integralmente a sugestão do colega Mozarildo em relação a essas iniciativas que V. Ex^a também apresentou aqui para tentar, o mais urgente possível, uma solução para levar tranquilidade a esses agricultores, que não conseguem sequer colher a safra que plantaram. As máquinas estão guardadas para proteção, porque a situação é extremamente tensa naquela região. Cumprimento o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Recolho o aparte de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, representando o Rio Grande do Sul e o pensamento de centenas de famílias também do Rio Grande do Sul que lá se encontram. Inclusive a estiagem também atingiu lá, como o oeste catarinense, a parte do oeste do Paraná, o sul do Mato Grosso, a parte daquela região das Missões. A seca chegou também à parte da Argentina e do Paraguai. Além de perderem boa parte da safra, não podem colher nem aquele pouquinho que têm, ficam com esses prejuízos. Então, oferece uma intranquilidade enorme.

Eu tenho aqui um arrazoado, mas antes ouço, com muita honra, o Senador Waldemir Moka sobre esse tema.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner, não quero ser repetitivo. Esse assunto, já na sexta-feira, logo depois da abertura, já foi abordado. Quer dizer, é um assunto que está merecendo, na minha avaliação, uma ação. Na condição de Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, depois de já ter conversado com o Presidente Acir Gurgacz, na época, eu disse a ele... A Comissão de Agricultura, porque é natural que a gente se envolva em função da ligação e a Comissão de Relações Exteriores porque – agora ouvi o Senador Mozarildo Cavalcanti, presidente da Subcomissão – tem uma subcomissão que é específica para tratar das questões de relações na fronteira. Acho que poderíamos, de imediato, fazer exatamente... O que temos que fazer neste momento? Aí o Senador Alvaro Dias tem razão. Inicialmente, ir à Presidente Dilma e dizer que o Brasil é um País que tem dado, em todos os momentos, apoio não só político, mas também financeiro na ajuda ao Paraguai. Não é justo que essas pessoas que foram lá – e V. Ex^a traz à tribuna hoje um fato importante –, muitas delas, quando do Lago do Itaipu, foram indenizadas e, com

o recurso da indenização, em função do preço mais alto no Brasil e as terras mais baratas no Paraguai, adquiriram terras naquele país. Não se trata de grileiro. Estamos falando de produtores que, há 40 anos, muitos na segunda geração já, lá estão e produzindo, gerando riqueza e emprego no vizinho Paraguai, e não podem, neste momento, serem tratados como se ali estivessem ilegalmente. E é preciso que o governo paraguaio intervenha, porque vi uma reportagem a respeito de uma senhora, viúva, que está praticamente refém dos chamados **carperos**. Sou da fronteira, nascido na fronteira, em Bela Vista, conheço esse problema, que não é fácil, e por isso mesmo acho que o Senado tem que ter uma posição forte, que é legítima, em defesa dos nossos irmãos brasileiros que lá estão produzindo, gerando emprego e renda e não lesando ninguém. É o aparte que faço a V. Ex^a, já chamando para a Comissão de Agricultura, talvez já amanhã ou depois de amanhã, apresentando um requerimento constituindo essa comissão em parceria com a Comissão de Relações Exteriores. É o aparte que faço a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Igualmente, recolho com muita alegria, Senador Waldemir Moka, essa preocupação de V. Ex^a, até porque V. Ex^a conhece, nasceu na fronteira e representa um Estado que faz divisa também e vem em sintonia àquilo que diz o Senador Mozarildo Cavalcanti, que já preside essa subcomissão. Acho que é válido. Inclusive tenho vários compadres do oeste catarinense que moram no Paraguai, que dizem que essa senhora de que V. Ex^a fala, que tem uns 20 ou 30 hectares, conseguiu *desalojo* pela justiça paraguaia e não acontece. Ela teve que sair de sua propriedade, foi despejada. Quer dizer, há uma insegurança e, tal como esse, existem outros casos, com a justiça dando *desalojo* e não se conseguindo.

É uma preocupação, e acho que a participação nossa e do Governo brasileiro para que o Estado de direito seja respeitado é fundamental.

Continuo com mais alguns dados.

Neste momento, nobres Colegas, como eu disse, a participação de todos nós, inclusive do Parlasul, é fundamental para termos harmonia entre esses países.

Não é nosso objetivo interferir em questões fundiárias do Paraguai. Os **carperos** ou sem-terras enfrentam um problema real, muito semelhante ao que o Brasil ainda enfrenta, fruto da ausência histórica de uma política efetiva de reforma agrária. Mas essa questão cabe exclusivamente ao governo paraguaio.

Queremos, sim, garantir a integridade física dos brasileiros residentes principalmente na província do Alto Paraná, Estado do Alto Paraná, hoje a região que concentra o maior foco de conflitos. É essencial que

qualquer solução encontrada se dê dentro da maior legalidade, de um indispensável ambiente de segurança jurídica – mesmo encaminhamento que sempre defendemos nos conflitos fundiários em território brasileiro.

Esses trabalhadores foram ao Paraguai plantar, produzir alimentos. riqueza e não podem, de forma alguma, depois de aproximadamente – como se disse – 40 anos de trabalho árduo, serem punidos por isso. Cabe ressaltar que, durante o governo – como disse no início – do ex-presidente Alfredo Stroessner, esses brasileiros foram incentivados a comprarem terras e produzirem no país, repetindo um processo que nós conhecemos muito bem: o Brasil, durante muito tempo, incentivou a vinda de imigrantes europeus para cultivar nossas terras. Senador Paulo Paim, isso ocorreu à época do Império. Para começarmos a produzir, o governo do Império motivou os governos da Áustria – eu lembro –, da Alemanha, da Itália e de outros países da Europa – espanhóis, portugueses – a ajudar a começar a colonizar este Brasil desconhecido. Quer dizer, houve incentivo para isso, porque não era fácil enfrentar terras íngremes, desbravar.

A mesma coisa aconteceu com o país vizinho. Ninguém queria ir. Então, foram motivadas famílias para irem até lá desbravar e ajudar nessa colonização, até pelo convite do próprio presidente do Paraguai, logicamente com tudo legalizado. Se alguém tiver se apossado de algo que não é certo, não é legal, tudo bem; aí a Justiça tem que analisar. Se o documento não estiver correto ou se alguém se apoderou de uma terra pública, aí tem que prestar contas. Mas esses milhares de famílias que estão lá na boa-fé, dentro da lei, com tudo escriturado, no Estado de direito, não podem ser punidos, senão isso vira, como diz um ou outro, uma coisa sem fundamento.

Apesar das dificuldades, muitos foram os brasileiros que encararam os desafios e por lá se estabeleceram.

Hoje os filhos e os netos desses primeiros desbravadores têm sentido os reflexos do conflito. Relatos dão conta de que, além das invasões das propriedades produtivas, os brasileiros têm sido vítimas de todo tipo de preconceito, mesmo os descendentes que nasceram lá e estudam nas escolas locais. Está havendo até certo preconceito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Alto risco revela-se nessa atitude: de que a questão deixe de ser um assunto relativo unicamente à questão fundiária e ganhe contornos xenófobos. É reprovável sob todos os aspectos.

Neste momento de tensão, nobres colegas, re-novo nosso apelo de empenho ao Governo Federal, ao corpo diplomático envolvido e especialmente a este Congresso – nós já estamos trocando ideia – para que juntos busquemos um encaminhamento satisfatório.

Confio no caminho da paz, na conciliação e na harmonia, enfim, na diplomacia.

Se o desejo dos agricultores brasileiros e paraguaios é apenas trabalhar sem interesses escusos camuflados por trás do conflito, sempre há solução viável. E eu sempre tenho dito, mesmo quando fui Governador do meu Estado, quando enfrentava problemas de toda ordem, que a gente procurava dialogar. É preferível um diálogo de duas horas a cinco minutos de tiroteio.

Por isso o diálogo do Governo brasileiro com o governo paraguaio é fundamental neste momento para que não se criem problemas de insegurança entre milhares de brasileiros que escolheram aquele país como nova pátria, como também milhares de europeus aqui vieram naquelas épocas e escolheram o Brasil como novo País – suas mães para aqui vieram ter suas famílias e começar a produzir.

São essas as considerações, Senadores, que trago, neste momento, à Casa para que nós todos juntos, a começar pelas ideias suscitadas aqui pelo Senador Alvaro Dias hoje à tarde, criemos uma Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Waldemir Moka e Senadora Ana Amélia, e todos nós possamos então, quem sabe nessa subcomissão que V. Exª preside, com a participação da Comissão de Agricultura, pedir um encontro com a Presidenta Dilma, como sugeriu o Senador Alvaro Dias, a fim de nós agirmos com firmeza para que não deixemos passar muitos dias em relação a esse movimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Casildo Maldaner.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, os cumprimentos ao Senador Casildo Maldaner pela oportunidade do seu pronunciamento e pela competência com que o fez. E para comunicar à Casa, Sr. Presidente, que estou encaminhando à Mesa...

Sei que já houve um pedido semelhante na última sexta-feira, mas, como paranaense, creio ser meu dever interpretar o sentimento de milhares de paranaenses do oeste do Paraná em relação ao falecimento prematuro do companheiro Deputado Federal Moacir Micheletto, vítima de acidente entre Assis Chateaubriand e Toledo.

Houve uma comoção enorme nas duas cidades durante a passagem do seu corpo de Assis Chateaubriand até Toledo, onde foi sepultado. À margem da rodovia, a população prestou a ele a última homenagem, numa manifestação popular de sentimento que poucas vezes se vê. E nós estamos aqui interpretando exatamente esse sentimento da população do oeste do Paraná, manifestando a nossa solidariedade, especialmente à família: à viúva Diolinda Salette e seus filhos, o Marcel Henrique, o Leonardo Augusto e a Ana Letícia. A todos os habitantes de Assis Chateaubriand e de toda a região do oeste do Paraná especialmente, mas de todo o Paraná, a nossa homenagem póstuma ao Deputado por cinco legislaturas, eleito cinco vezes, Moacir Micheletto, que representava especialmente o segmento da agricultura com muito entusiasmo aqui, no Congresso Nacional. É a nossa homenagem póstuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência, como fez na sexta-feira, soma-se ao seu pronunciamento em solidariedade à família do Deputado Moacir Micheletto, que eu conheci quando Deputado naquela Casa durante quatro mandatos, no meu caso. Ele, eu sei que teve cinco mandatos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do deputado federal Moacir Micheletto, ocorrido dia 30 de janeiro.

Justificação

Um trágico acidente rodoviário ocorrido na última segunda-feira de janeiro, no Oeste do Paraná, privou aquela região em particular e toda a agropecuária nacional de um dos seus mais bravos, atuantes e competentes defensores, que foi o deputado federal Moacir Micheletto.

Catarinense de Xanxerê, onde nasceu em 1942, formado em agronomia pela Universidade de Passo Fundo, Moacir Micheletto escolheu o Oeste do Paraná para iniciar-se na vida profissional. Agrônomo concursado da Emater, contribuiu durante 18 anos com aquela instituição, na qual exerceu funções de chefia. Graças ao seu conhecimento e sua liderança, atuou com destaque também em entidades representativas dos agrônomos e em cooperativas agrícolas.

Sua intensa atuação em defesa da agropecuária o tomou naturalmente candidato a representar politicamente aquele setor. Em 1991, elegeu-se pela primeira vez deputado federal. O reconhecimento dos produtores e de toda a população da região Oeste, que o tinha como leal representante, fizeram com que ele se reelegesse por mais cinco vezes. Moacir Micheletto encontrava-se, assim, quando o fatídico acidente o levou desta vida, no exercício de seu sexto mandato consecutivo como deputado federal.

Entre 1993 e 1999, Moacir Micheletto foi também vice-presidente da influente FAEP – a Federação da Agricultura do Estado do Paraná. No velório e sepultamento, na mesma Assis Chateaubriand que ele escolhera para viver, a viúva Diolinda Salette e seus filhos Marcel Henrique, Leonardo Augusto e Ana Letícia contaram, para ajudar a suportar a dor da perda, com as sinceras manifestações de pesar dos moradores da cidade e de expressivas lideranças políticas, do Paraná e do País e particularmente dos produtores rurais. Por tudo isso, estou certo de que Moacir Micheletto se faz merecedor desta homenagem póstuma por parte do Senado Federal, que, a par da tristeza pelo seu desaparecimento, sinto-me honrado em propor.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2012. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Passo de imediato a palavra à Senadora Ana Amélia, dizendo ainda ao Senador Alvaro Dias que o seu requerimento e o voto de pesar serão encaminhados.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, conterrâneo gaúcho, que representa o nosso Estado, Senadores, Senadoras, visitantes que estão acompanhando as atividades desta segunda-feira no Senado Federal, nossos telespectadores da TV Senado, V. Ex^a, Senador Paulo Paim, tanto quanto o Senador Alvaro Dias, na abertura desta sessão, lembrou um julgamento que é aguardado há quase seis anos pelos aposentados da

Varig, que pagaram por uma aposentadoria digna ao final de suas atividades.

No dia 12 de abril, completam-se seis anos de espera angustiante, frustrante, dolorida, porque essas pessoas estão vivendo com grandes dificuldades financeiras, muitas até em situação de penúria.

Temos recebido – o Senador Alvaro Dias também fez referência a esse problema –, insistentemente, pedidos de apoio, porque a única esperança que tem esse contingente de aposentados é exatamente acreditar que ainda existe um fio de esperança, seja na Justiça brasileira, ali do outro lado, na Praça dos Três Poderes, no Supremo Tribunal Federal, seja por meio de iniciativas dos parlamentares, como estamos tentando fazer.

No dia 11 de abril, estivemos, V. Ex^a, Senador Paulo Paim, eu, representando não só o meu mandato, mas também o Senador Alvaro Dias, que naquele momento tinha um compromisso, em uma audiência, em nome dos representantes da Varig, com a Ministra Cármen Lúcia, que está cuidando desse caso. Ela foi extremamente solícita e nos assegurou – lembro muito bem –, depois de narrar os problemas que aconteceram com esse processo – que poderia ter sido mais ágil –, que daria prioridade a esse julgamento.

Isso ocorreu em abril de 2011. Já passamos 2011. Já estamos em fevereiro de 2012, e os aposentados do Aeris não têm sinalização de quando acontecerá esse desfecho, ou seja, a defasagem tarifária da Varig que vai garantir o recurso necessário para as indenizações e o pagamento dessas dívidas devidas, com justiça, a esses aposentados.

Eu, V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e o Senador Alvaro Dias estamos continuando essa batalha. Recebi, como também V. Ex^a, uma carta encaminhada pelo Comissário de Bordo aposentado da Varig José Paulo de Resende, de Itaipu, Niterói, no Rio de Janeiro, que tem sido um ativo defensor. Ele, usando o *blog*, a Internet, e demais aposentados da Varig fazem um intenso trabalho de convencimento e enviam mensagens à Ministra Carmen Lúcia para que esse julgamento ocorra no menor prazo possível, porque, afinal de contas, são 627 funcionários da antiga Varig que já morreram sem verem a solução para esse grave problema – 627 funcionários, entre comandantes, comissários de bordo e outros servidores que participavam do Fundo Aeris.

Então, eu, da mesma forma como V. Ex^a e o Senador Alvaro Dias, que se manifestou no início da sessão, encarecemos à Ministra Carmen Lúcia que dê prioridade mesmo, até considerando a idade dessas pessoas, que precisam do julgamento dessa matéria, que é da maior relevância e de alcance social muito grande. Faço isso como compromisso que temos com

essa categoria. Então, nós fazemos essa observação aos senhores parlamentares.

Eu queria dizer a V. Ex^a também, Senador Paulo Paim, como Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, que ouvi sobre o exame da questão dos acidentes que acontecem nas nossas rodovias, especialmente envolvendo motociclistas. Também solicitei à Comissão de Assuntos Sociais uma audiência pública para tratar desse problema, que é gravíssimo. Hoje, os acidentes de moto estão matando tanto ou mais do que o câncer em nosso País, que já é o segundo caso de mortes. Isso tem uma consequência social enorme sobre as contas da Previdência, sobre as contas da saúde pública e, sobretudo, das perdas, porque a maioria são jovens até 25, 30 anos, que estão sendo vítimas desse processo. Então, também na Comissão de Assuntos Sociais estamos examinando. Convidei o Presidente da Associação dos Motoboys de São Paulo, do Rio Grande do Sul, especialistas, médicos e todas as autoridades responsáveis por isso porque penso que é inadiável.

Da mesma forma, eu queria hoje fazer um comentário sobre a questão que está acontecendo em Salvador, a bela capital da Bahia, que é a greve dos policiais militares baianos, que chega ao sétimo dia. Passa por momentos de grande tensão em frente à Assembleia Legislativa daquele Estado, com a presença do Batalhão de Choque do Exército, da Força Nacional, da Polícia Federal e da própria Polícia Militar. E por que eu, uma Senadora gaúcha, venho tratar desse assunto que poderia ser tratado pelos Senadores baianos? Porque esse é um tema de interesse nacional, Senador Paim, esse é um tema que diz respeito à segurança de todos os cidadãos e porque, no nosso Estado do Rio Grande do Sul, é onde a Polícia Militar recebe o mais baixo salário do nosso País. Por isso volto a esse tema, exatamente considerando a gravidade do que está acontecendo na Bahia, que nós todos admiramos.

Até hoje pela manhã, o exército e os policiais tinham dificuldades para retirar um grupo de grevistas que ocupa o prédio da assembleia, e também, para conter outro grupo de manifestantes que pretende se juntar aos grevistas.

Essa greve trouxe sérios problemas para a população baiana, que teve a sua rotina afetada pela falta de policiais nas ruas. As escolas, especialmente as particulares, mas também as públicas, estão tendo dificuldades para iniciar o ano letivo, e o Estado teme pela segurança durante o período de carnaval, quando a Bahia costuma receber milhares de turistas do Brasil e também do exterior.

Os criminosos, livres para agir, aumentaram as estatísticas da violência: já foram mais de 100 homicídios desde o início da greve.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o que está acontecendo na Bahia poderia estar acontecendo em qualquer outro Estado da federação, como já ocorreu em Alagoas.

Em todo o Brasil, a situação do trabalho dos policiais é precária. Faltam equipamentos para o enfrentamento da criminalidade, e, principalmente, salários dignos para pagar àqueles que arriscam a vida diariamente para manter a segurança da sociedade.

No nosso Estado, Senador Paim, o Rio Grande do Sul, que já passou por uma greve semelhante em 2011, tem os Policiais Militares mais mal pagos de todo o Brasil. Um soldado de primeira classe da Polícia Militar gaúcha, a nossa PM, a nossa Brigada Militar mais do que centenária, por exemplo, recebe R\$966,20. Vou repetir: R\$966,20. É menos que a metade do que recebe um policial em início de carreira nos Estados de Santa Catarina – bem próximo – e do Paraná, onde a média do salário de ingresso na corporação da Polícia Militar é de R\$ 2.500,00.

Em certa medida, a situação da segurança nos estados também é um reflexo da falta de investimentos do Governo Federal em segurança, nos últimos anos.

O Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), não aplicou os recursos a que se propunha, e também não atingiu as metas que foram definidas à época da sua criação, em 2007.

Quando foi criado, o programa que chegou a ser chamado PAC da Segurança previa investimentos de 6,1 bilhões de reais até o ano passado, 2011, mas apenas 3,7 bilhões foram gastos, (64,86% do previsto) Senador Paim.

Além de problemas orçamentários, o programa apresentou problemas na sua execução. A Bolsa Formação, um dos “carros-chefes” do Pronasci, que deveria ser utilizada para qualificar os policiais, se tornou uma complementação salarial, e não apresentou resultados práticos para a melhoria dos serviços que são prestados à população.

De acordo com o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), no Plano Plurianual 2008-2011, uma das metas do Pronasci era diminuir a taxa de homicídios no Brasil, de 26 mortes por 100 mil habitantes, em 2006, para 12 por 100 mil, em 2011. Vou repetir, reduzir a taxa de homicídios no Brasil de 26 mortes por 100 mil habitantes para 12 mortes por 100 mil, em 2011, mas a taxa de homicídios está em 25 mortes para 100 mil habitantes.

A situação dos salários dos policiais brasileiros, como a do Rio Grande do Sul, é um grave problema social de difícil solução. Tramita no Congresso Nacional

a famosa PEC 300, de 2007, para criar o Piso Salarial Nacional para os policiais, com base nos salários pagos no Distrito Federal.

É um pleito, claro e justo, de parte dos policiais militares, mas esbarra num grave problema: nenhum Estado brasileiro, do mais rico ao remediado, ao mais pobre, tem condições de pagar esse piso, e os policiais correm o risco de ficar na mesma situação dos profissionais da educação, os professores, que viram a lei ser aprovada, mas não vêem mudanças nos seus contracheques, pois as administrações estaduais não têm recursos para o pagamento.

Pelo menos é a justificativa que dão os governadores, inclusive o do meu Estado, Rio Grande do Sul, que não está pagando o piso nacional dos professores, e, é claro, muito menos aquilo que devem receber adequadamente os policiais militares.

Então a PEC nº 300 quer equiparar o que ganham os policiais militares nos Estados, aos vencimentos pagos aqui, no Distrito Federal. No Distrito Federal, os policiais militares só são bem pagos por causa dos subsídios da União ao Governo local, do Distrito Federal.

Aqui está um candidato ao Governo do DF que sabe bem dessa realidade e governar Brasília certamente é muito fácil do que governar o meu Estado, o Rio Grande do Sul, caro Senador Rodrigo Rollemberg.

O Rio Grande do Sul é um Estado com situação financeira extremamente precária. Assim todos os Governadores, aqui no Congresso, pedem que a PEC nº 300 não seja aprovada. Sem isso, estariam os policiais com os salários defasados. Então é preciso que o Governo encontre uma solução para evitar o que nós estamos vendo nesse episódio que traz à população da Bahia preocupações, tanto quanto à população dos demais Estados brasileiros que convivem com esses graves problemas em relação à questão relacionada aos nossos cidadãos, já que nós pagamos, Senador Paulo Paim, impostos suficientes para termos uma polícia bem paga, bem equipada, com condições adequadas de trabalho mediante o relevante ofício que exercem. É um trabalho de risco que coloca em perigo a vida do policial militar, do policial civil, sempre que há um enfrentamento com a criminalidade.

Por isso, é preciso que os Governos dos Estados e a União encontrem uma saída para esse gravíssimo problema. Assim como aconteceu no Rio Grande do Sul, no ano passado, e na Bahia, com maior gravidade, neste momento, outros Estados poderão enfrentar as mesmas mobilizações de policiais militares por uma justa reivindicação com relação aos seus vencimentos.

Quero, antes de encerrar este pronunciamento, Senador Paulo Paim, voltar ao tema de que tratei na sexta-feira: a seca que afeta o nosso Estado, o Rio

Grande do Sul. Como bem lembraram os Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, ela não é exclusiva do nosso Estado. A seca é uma questão recorrente. É preciso, de novo, assim como aconteceu com os fenômenos climáticos em outras regiões do Brasil, que haja mais prevenção e menos emergência. Estamos acostumados a acompanhar ciclos de estiagens, de secas prolongadas, em nossos Estados. Algumas regiões, como a região noroeste, são mais afetadas. A cada dez safras sete são afetadas por estiagens.

É preciso, portanto, que a burocracia, que hoje está atrapalhando enormemente a liberação dos recursos aos mais de 250 Municípios que decretaram situação de emergência, seja agilizada. No caso do Rio Grande do Sul, precisamos muito mais para iniciativas de prevenção à estiagem, como a coleta de água da chuva por meio de açudes, Senador Paulo Paim, ou da construção de barragens e de mecanismos para que haja um enfrentamento adequado com preservação ambiental. Hoje, se um agricultor fizer um poço para coletar água da chuva poderá ser preso, porque a legislação ambiental não permite. É ser perdulário não aproveitar esse recurso natural que é tão importante, mas cada vez mais escasso em relação às nossas necessidades.

Assim é que eu reivindico, solicito, em nome dos Municípios, que o Governo Federal, especialmente o Ministério da Integração Nacional, libere esses recursos para que as prefeituras possam executá-los. É lamentável que os R\$18 milhões à disposição do Rio Grande do Sul não possam ser aplicados nessas medidas de prevenção – apenas naquele socorro emergencial, para a compra de telhas, para a compra de alguns equipamentos.

Então é preciso agir na prevenção para evitar que esse fenômeno continue agravando os problemas que fazem o prejuízo do agricultor, daquele que trabalhou o ano inteiro e agora vê frustrado, pois colocado fora todo seu esforço. Mais do que isso, não existe um sistema e um mecanismo de proteção através de seguro agrícola. O que tem o agricultor brasileiro, hoje, é um seguro de crédito, e o seguro de crédito interessa apenas ao banco, que garante quando há uma perda, seja por granizo, seja por enchente, seja pela seca, como acontece agora no Rio Grande do Sul.

É preciso que seja modificado o modelo de seguro existente no País. Conversei sobre esse tema com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, especialista na matéria, Dr. Osmar Dias, colega nosso que foi Senador pelo Paraná. Imagino que uma discussão ampla e madura sobre isso agora vai ser exatamente a oportunidade para assegurar a esses agricultores aquilo de que mais precisam.

No âmbito da agricultura familiar, existe um seguro, o seguro do crédito, com um *plus* que dá ao agricultor um socorro financeiro adicional ao seguro da perda que ele tem com a estiagem ou com outro tipo de acidente climático. Mas a maior parte dos agricultores brasileiros, ou especialmente do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, está a descoberto das indenizações para sua renda e para sua manutenção.

Esta seca já provocou, no Rio Grande do Sul, uma perda, Senador Rodrigo Rollemberg, em três lavouras: soja, milho e arroz, e está estimada em R\$5 bilhões. Se V. Ex^a considerar que não é só a lavoura, mas essa lavoura tem impacto sobre uma cadeia produtiva de máquinas, de insumos, sementes, tecnologia, tudo isso vai acrescentar, multiplicando-se por quatro, que é a contabilidade que se faz nesses casos; então é um prejuízo, só em três lavouras, superior a R\$20 bilhões!

A economia vai sentir isso em meados de junho, porque o comércio vai sofrer as conseqüências e toda a cadeia produtiva faz esse enfrentamento.

Então eu queria convidar os Senadores Paim e Moka, especialmente, que estava presidindo a sessão há pouco, para que a Comissão de Agricultura, em Não-Me-Toque, na Expodireto, no dia 9 de março, se debruce sobre o exame desse novo seguro agrícola, desse novo modelo, porque será a única saída para que nós possamos dar uma resposta adequada aos agricultores, especialmente do Rio Grande do Sul, que vêm enfrentando a questão desta seca de uma forma que não conseguem renda necessária para a manutenção de suas famílias e, às vezes, tendo que cancelar a matrícula de um filho na faculdade, porque não têm recursos para pagar a prestação, a mensalidade da faculdade ou da escola onde está o filho.

Então, reitero a necessidade de que o Ministério da Integração Nacional faça um esforço pela liberação sem burocracia e que no âmbito do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil se examine um novo modelo de seguro para os agricultores.

Obrigado, Senador Presidente, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia que tratou de diversos assuntos, dos aposentados, da Aerus e também da importância do debate sobre a seca no Rio Grande do Sul.

Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir à Mesa a minha inscrição para falar no horário da liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurado a V. Ex^a falar no horário da liderança do PMDB.

Passamos a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, uma vez que houve uma permuta entre S. Ex^a e o Senador Jorge Viana, que vai para o lugar do Senador Francisco Dornelles.

Está assegurado ao Senador Sérgio Souza falar, em seguida, pela liderança do PMDB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília, em 1987, foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, a partir de uma gestão, de um movimento iniciado pelo então Governador José Aparecido de Oliveira.

Brasília deverá para sempre esse gesto, essa visão, ao então Governador José Aparecido, que previu a importância, primeiro, de propor à Unesco todas as razões, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que mostrava a singularidade de Brasília como projeto urbanístico, e foi o primeiro bem moderno tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Brasília é detentora da maior área tombada do mundo: são 112km².

E não fosse aquele gesto visionário proposto pelo então Governador José Aparecido, endossado, reconhecido, pela Unesco, certamente a cidade já teria sido completamente degradada pela volúpia da especulação imobiliária.

No próximo mês, agora no mês de março, a Unesco enviará a Brasília equipe para fazer uma vistoria em todo o conjunto urbanístico da cidade e avaliar se Brasília deve entrar na lista dos patrimônios ameaçados, em função dos diversos desrespeitos que vêm acontecendo ao longo de anos.

Há dez anos, nós já tivemos aqui uma delegação da Unesco que fez uma série de recomendações, mas, por motivos vários, especialmente em função das várias crises políticas que o Distrito Federal vem enfrentando nos últimos anos, esses problemas ou não foram enfrentados, ou muitos deles até foram agravados: problemas como a invasão de áreas públicas, recorrente em todo o Distrito Federal, especialmente no Plano Piloto, a ocupação inadequada do Lago Paranoá, às margens do Lago Paranoá, o mau estado de conservação dos monumentos, frutos da genialidade de Oscar Niemeyer. Mas eu quero registrar que a posição da população do Distrito Federal, a posição da população de Brasília é, sem dúvida alguma, de entender que Brasília deve continuar como patrimônio cultural da humanidade e que devemos todos cobrar das autoridades, do Governo do Distrito Federal e das

autoridades federais, e da população, de uma forma geral, todas as providências para que Brasília não perca esse reconhecimento internacional.

Brasília, como disse, é fruto da genialidade do povo brasileiro. É uma cidade absolutamente singular. Não existe nenhuma cidade no mundo parecida com Brasília. E, sob a liderança do então Presidente Juscelino Kubitschek, um dos maiores estadistas que este Brasil já produziu, conseguiu-se, o Presidente Juscelino Kubitschek, reunir, de uma vez só, personalidades geniais, como Lúcio Costa, o grande urbanista da cidade, como Oscar Niemeyer, o grande arquiteto, como Athos Bulcão, grande artista, como Burle Marx, grande paisagista,

Enfim, além de empreendedores, como Israel Pinheiro, como Bernardo Sayão, milhares e milhares de candangos pioneiros vieram de todos os lugares do Brasil para construir a nossa capital. Foi assim, através dos traços de Lúcio Costa que se constituiu Brasília, com quatro escalas que precisam ser compreendidas, não apenas pelos brasilienses, mas por todos os brasileiros: a escala residencial, a escala monumental, a escala gregária, a escala bucólica, todas elas formando um conjunto que dão harmonia, leveza e qualidade de vida a esta cidade.

Daí a importância de o Governo do Distrito Federal investir forte em educação patrimonial para que, desde criança, as pessoas que moram nesta cidade e que a ela se afeiçoam naturalmente, porque os moradores de Brasília adoram esta cidade, possam compreender conceitualmente, teoricamente, os pressupostos que constituíram Brasília uma cidade singular e uma cidade patrimônio cultural da humanidade.

Infelizmente, a nossa cidade, ao longo dos anos, convive também com a elite, sobretudo uma elite empresarial da área imobiliária que aposta na especulação imobiliária e que busca, ao longo dos anos, lucros de forma exagerada, desrespeitando o tombamento da cidade. Está aí a importância de se manter o tombamento a partir de uma compreensão, como disse muito bem, de forma muito feliz, a arquiteta Maria Elisa Costa, filha do Lúcio Costa, que Brasília deve ser preservada não porque é tombada, mas tombada porque merece ser preservada.

E cabe a todos nós desta cidade, às instituições, como a Universidade de Brasília e as demais universidades, ao meio político, ao meio empresarial, ao setor produtivo, a todos aqueles que verdadeiramente gostam desta cidade, perceber a importância de conceber um modelo de desenvolvimento compatível com a manutenção de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, tirando proveito dessa condição.

Esta cidade tem uma vocação enorme para o turismo, para o turismo cívico, para o turismo de eventos. Nós estamos no centro do País. Setenta por cento dos vôos nacionais fazem escala no Distrito Federal. Não há nenhum lugar neste país mais propício para a realização de grandes eventos de caráter científico do que o Distrito Federal.

A facilidade, Senador Aloysio, de um Senador, de um Deputado, de o Presidente da República, de um Ministro de Estado participar de um congresso, a repercussão imediata das decisões desses congressos, a proximidade do setor hoteleiro com o Centro de Convenções, com o centro das decisões, fazem de Brasília um local vocacionado para ser um grande centro de eventos do País, do turismo cívico, como é feito na cidade de Washington. E aqui eu quero registrar com muita gratidão a contribuição dada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Nem sei se ele se lembra disso, mas, quando ainda era chefe da Casa Civil do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e eu Secretário de Turismo do Distrito Federal, ainda na gestão do então Governador Cristovam, quando iniciamos um grande movimento pela abertura de todos os monumentos à visitação pública, começando pelo Senado Federal, quando o Presidente Sarney, à época Presidente do Senado, demonstrou grande sensibilidade e determinou a abertura do Senado à visitação pública, inclusive aos finais de semana, 15 dias depois, após a nossa audiência, seguido da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, mas iniciamos uma grande campanha também pela abertura à visitação pública do Palácio do Planalto. Essa luta durou anos, sem que houvesse sensibilidade para isso. Até que o Ministro Aloysio Nunes, demonstrando a sua sensibilidade e o seu compromisso com Brasília, determinou a abertura do Palácio do Planalto à visitação pública. E num gesto de muita elegância, de que não esqueço jamais, me convidou, eu já era Deputado Distrital à época, para que eu fizesse esse anúncio público à imprensa, da abertura do Palácio do Planalto à visitação pública.

Ouçó, com muita alegria, o Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Senador Rodrigo Rollemberg, agradeço imensamente a lembrança de V. Ex^a desse episódio que eu não havia esquecido. Lembro-me perfeitamente da sua luta e das suas gestões para que o Palácio do Planalto, que afinal de contas é o palácio do povo brasileiro, pudesse ser aberto à visitação. Lembro-me perfeitamente desse episódio, do qual me orgulho, e quero dizer para o senhor que a partir daquele momento, daquele nosso diálogo, passei a acompanhar a sua trajetória política,

que é para mim motivo de grande alegria e de grande proveito pessoal, político, intelectual a convivência com V. Ex^a nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Fico muito honrado, Senador Aloysio Nunes. V. Ex^a sabe da minha admiração pelo seu trabalho e a minha gratidão por aquele gesto, não comigo, mas com a população do Distrito Federal.

Eu me refiro ao turismo cívico e peço licença para relatar dois episódios muito emocionantes que vivi, naquele momento, inclusive um deles envolvendo esta Casa. Houve um determinado momento, Senador Aloizio Nunes, em que o Movimento dos Sem-Terra fez um grande acampamento no Distrito Federal, onde hoje é o Museu da República. Eles vieram acompanhados das famílias e crianças e solicitaram uma visita ao Senado Federal.

Eu resolvi acompanhar cerca de 60 crianças do Movimento dos Sem-Terra, todas de forma muito organizada, de caderninho na mão, sandálias havaianas, todas vestidas muito simplesmente. E entraram no Plenário do Senado. Eu gostaria de ter filmado a expressão de todas aquelas crianças quando entraram neste Plenário e conheceram a sua exuberância deste Senado. Mas aprenderam também com os guias desta Casa a importância do Poder Legislativo para a democracia do nosso País.

Eu vivi também um outro momento inesquecível em relação ao turismo cívico, quando tive também a oportunidade de acompanhar um grupo de idosos da cidade de Ceilândia, quando foram visitar o Itamaraty. E, no meio da visita, Senador Paulo Paim, um senhor começou a chorar convulsivamente. Todos nós ficamos preocupados e, quando nos aproximamos para perguntar o motivo do seu choro, ele nos revelou que havia participado da construção do Itamaraty e jamais havia entrado naquele palácio depois de pronto. Ele também certamente se emocionou com a beleza e a monumentalidade do Palácio do Itamaraty, que é uma das obras mais bonitas de Oscar Niemayer.

Toda vez, Senador Paulo Paim, que vem um urbanista estrangeiro ao Distrito Federal, eu, além de mostrar esses monumentos maravilhosos, essa esplanada, que é a expressão da monumentalidade desenvolvida por Lúcio Costa, gosto de mostrar uma singularidade de Brasília aos urbanistas. Brasília é a única cidade que eu conheço, de todas as que eu visitei no mundo, em que você descendo do seu apartamento, você não tem uma calçada e uma rua. Você tem grandes espaços, grandes áreas verdes onde você pode caminhar, você vai a uma escola ou a um cinema, na concepção de unidades familiares. Você pode ir ao comércio sem

atravessar uma única rua, andando literalmente em um parque. É uma cidade extremamente arborizada.

Brasília é fruto da ousadia dos brasileiros. Tradicionalmente, tivemos uma cultura de copiar os modelos europeus, os modelos americanos. Brasília é a afirmação de uma identidade nacional, de um projeto nacional. Brasília é fruto dessa singularidade, dessa ousadia, dessa sensibilidade, desse talento dos brasileiros que se reuniram aqui para construir esta nossa capital, sob a liderança do Presidente Juscelino Kubitschek.

Seria uma desonra enorme para a nossa cidade, seria uma perda cultural, seria uma perda econômica de extrema gravidade se Brasília perdesse a sua condição de patrimônio cultural da humanidade. Portanto, é obrigação de todos os brasilienses e, mais que dos brasilienses, é obrigação de todos os brasileiros se unirem em defesa de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.

Temos de fazer o que for preciso. Temos de enfrentar o poder econômico, temos de enfrentar a especulação imobiliária para que esta cidade que é fruto do esforço de todos os brasileiros que vieram para cá construir esta cidade continue como patrimônio cultural da humanidade. Que a cidade se aproveite dessa condição do ponto de vista econômico, para, através de ações inteligentes, transformando Brasília numa vanguarda do desenvolvimento tecnológico nacional, num grande centro turístico internacional do turismo civismo e do turismo de eventos, poder se aproveitar da sua vocação como capital.

É esse convite, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer a todos os Senadores. Peço o apoio de todos os Senadores que moram nesta cidade, que residem aqui, que passam grande parte de sua semana aqui, que construíram com Brasília uma relação de muita afetividade. A responsabilidade de manutenção de Brasília como patrimônio cultural da humanidade é uma responsabilidade de todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Esse foi o Senador Rodrigo Rollemberg, falando da importância da capital federal, patrimônio da Humanidade.

Como é um orador inscrito e um líder, passamos a palavra, neste momento, para o Líder do PMDB, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente Paulo Paim; Sr^s Senadoras; Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado; cidadãos brasileiros, é um prazer estarmos novamente retomando os trabalhos aqui, nesta Casa.

Na semana passada, tivemos a oportunidade de estar na abertura dos trabalhos do Congresso Nacio-

nal, e esta semana já começa com grandes debates, que interessam a toda a sociedade brasileira.

Quero anunciar ao Plenário que fui escolhido como um dos vice-líderes do PMDB. Muito obrigado, Senador Aloysio. Não sei se já foi lido aqui pela Mesa, mas, se não o foi, vai ser hoje ou amanhã.

O assunto que me traz, inclusive pela liderança do PMDB, a esta tribuna é aquele mesmo assunto já trazido hoje pelo Senador Alvaro Dias, do Paraná, pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Casildo Maldaner e também pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Nós temos acompanhado cotidianamente a questão dos brasiguaios, os brasileiros que se estabeleceram no território paraguaio nos últimos 30 ou 40 anos. Inclusive, na semana passada, estive no Itamaraty conversando com o Embaixador Eduardo Gradilone, que é o embaixador responsável pelas relações com os países da América Latina, em especial, com o Paraguai, e que conhece muito bem essa questão dos brasiguaios, os brasileiros que residem no Paraguai.

Inclusive, ele me relatou que grandes progressos já foram construídos entre o Governo brasileiro e o Governo paraguaio, para darmos maior garantia àqueles cidadãos brasileiros que vivem naquele país, tratados que dão a condição da regularização fundiária, mas também da regularização da cidadania dos brasileiros que lá nasceram.

Como já foi dito aqui, nesta tribuna, há 40 anos, os brasileiros, Senador Aloysio, estabeleceram-se naquele país. E não é diferente a situação dos europeus, em especial, dos italianos e dos alemães, que vieram ao Brasil, há 70, 80 ou 100 anos, como os meus ancestrais, que vieram para Santa Catarina, que se estabeleceram com suas famílias para cultivar o solo e que adotaram aquela região e este País, o Brasil, como a sua pátria. Tenho certeza de que aqueles brasileiros que vivem, hoje, no Paraguai o adotaram como a sua pátria. São cidadãos que foram para lá para produzir o sustento próprio e o da sua família. Não foram para lá para explorar um país; foram para lá para garantir o sustento e o desenvolvimento daquele país. Hoje, vários estados paraguaios têm um desenvolvimento acima da média nacional, com crescimento acima da média mundial, porque lá se estabeleceram brasileiros, levando o progresso com o trabalho e com o suor do seu corpo e o suor da sua família. E hoje fizeram com que regiões da faixa de fronteira sejam as mais desenvolvidas daquele estado. Inclusive regiões que eram improdutivas algumas décadas atrás, hoje produzem tanto ou talvez até mais do que solos brasileiros.

Quero dizer que houve uma intensa conversação no ano passado, quando foi abordado aqui nesta Casa o Tratado de Itaipu. Vários partidos foram envolvidos

nesta questão. Houve um acordo, inclusive com uma conversa com a oposição, naquele momento dirigida pelo Senador Alvaro Dias, de que era importante a prorrogação do Tratado de Itaipu, era importante a majoração dos valores pagos pelo Brasil aos paraguaios e, dentro desse pacote, Senador Paulo Paim, vinha também a garantia dos direitos dos brasileiros que lá residem, porque desde 2005 há uma legislação posta no Paraguai que garante o direito de propriedade àqueles que adquiriram terras no Paraguai.

Inclusive, foi lembrado nesta Casa hoje, que muitos foram incentivados pelo Governo daquele país: muitos por questão da lâmina d'água em Itaipu, mas também por uma questão de colonização por exploradores, por pessoas que são desbravadores das terras neste Brasil, principalmente gaúchos, catarinenses e paranaenses, aqueles que motivaram a agricultura a chegar ao porte em que está hoje.

Para encerrar, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que também faz parte da Comissão de Relações Exteriores, quero dizer que vamos protocolar um requerimento junto àquela Comissão, nos termos do inciso II do art. 74, para que se forme uma comissão externa temporária de cinco Senadores para ir ao Paraguai conversar com o Parlamento paraguaio, conversar com o Governo paraguaio sobre essa questão. Isso tem tomado a pauta cotidiana dos assuntos na Comissão de Relações Exteriores. Isso tem tomado a pauta do noticiário estadual do Paraná e do noticiário nacional. Mas não podemos ficar tão somente nas conversas, nos discursos. Se existe um compromisso do Governo do Paraguai de garantir os direitos dos brasileiros, dos brasiguaios que lá vivem, temos que exigir não só o direito à cidadania, mas também o direito à propriedade.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer, em nome da Liderança do PMDB, da Liderança do meu Partido, e em nome de todos os paranaenses e brasileiros que se estabeleceram no Paraguai.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Sérgio Souza, que falou em defesa dos brasileiros que estão no exterior, pela iniciativa de se criar uma comissão especial para visitar o Paraguai. Meus cumprimentos.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Aloysio Nunes, como orador inscrito, pelo prazo de 20 minutos, com a tolerância desta Presidência, da mesma forma que agiu com os outros inscritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde com bastante constrangimento, para comentar um episódio muito pouco edificante e que vem agitando a crônica política no Brasil nos últimos dias.

Refiro-me à demissão do Presidente da Casa da Moeda do Brasil e a toda polêmica que se seguiu a respeito de quem o indicou para ocupar esse cargo ou quem não o indicou para ocupar esse cargo. Uma discussão chifrim. Uma discussão que abala a autoridade do Ministro da Fazenda. Uma discussão que, seguramente, mortifica esse Ministro, que é um homem correto, um homem de bem, um Ministro com o qual tenho divergências, mas que sempre se comportou de maneira absolutamente republicana, para usar um termo que, infelizmente, vai ficando tão gasto.

Todos sabem o que aconteceu: o presidente da Casa da Moeda foi alvo de denúncias de irregularidades – segundo parlamentares do PTB e o próprio presidente do PTB, o ex-Deputado Roberto Jefferson, encaminhadas ao Ministro da Fazenda ainda no ano passado. A **Folha de S.Paulo** estaria se preparando para publicar uma reportagem que traria a público indícios veementes de corrupção naquela repartição pública. O presidente da Casa da Moeda foi demitido, não pelo Ministro, mas por funcionários subalternos do Ministério e, dias depois de sua demissão, abre-se finalmente a sindicância.

Eu não quero falar sobre a denúncia em si, não faço ideia de quem seja o ex-presidente da Casa da Moeda, não quero prejudicá-lo. Haverá, seguramente, aqui no Senado, como haverá na Câmara, iniciativas para esclarecer esse assunto. Aliás, hoje mesmo o Líder do PSDB, o Senador Alvaro Dias, está protocolando um pedido de convocação, ou de convite, para que o Ministro Mantega venha a esta Casa fazer esclarecimentos, dar a sua versão sobre os acontecimentos. Eu mesmo tomo a iniciativa de pedir à Comissão de Fiscalização e Controle que convide a direção da empresa que teria prestado serviços à Casa da Moeda tendo pago, por isso, uma propina depositada numa conta *off shore*. Esses são assuntos que devem ser esclarecidos, seja pelo controle externo do Congresso, seja pelo Ministério Público ou, quem sabe até, pela Controladoria Geral da União.

No entanto, para mim, esse episódio revela outro aspecto muito mais grave do que a demissão do funcionário em si, porque um servidor público que cometa ato ilícito ou seja alvo de suspeita séria, sendo ocupante de cargo de confiança, é demitido, é demissível **ad nutum**. Agora, para mim, o grave é o Ministro da Fazenda do Brasil precisar de aval político de um

partido para nomear o presidente da Casa da Moeda, uma instituição que remonta ao século XVII. Isso nunca se viu!

Este é talvez dos episódios mais degradantes de que se tem notícia a crônica política brasileira. O Ministro da Fazenda é alguém que precisa ter autoridade para falar sobre as finanças do Brasil, e interlocutor com autoridades monetárias financeiras de outros países, de blocos comerciais, um homem cuja palavra é ouvida com silêncio respeitoso pelas pessoas que querem se informar sobre o andamento das questões da economia brasileira, este homem ser colocado na situação em que está e ter sido colocado por um sistema de fisiologia, um sistema de loteamento político, que já existia no Brasil secularmente, mas que foi exacerbado de maneira brutal pelo PT, desde que este partido assumiu a Presidência da República.

A fisiologia já havia contaminado as agências reguladoras, já havia contaminado os Ministérios evidentemente há muito tempo, já havia contaminado os organismos financeiros, como o Banco do Brasil, como a Caixa Econômica Federal, mas a Casa da Moeda? A Casa da Moeda que imprime o dinheiro circulante do Brasil, que imprime documentos da mais alta fidedignidade, como é o caso do passaporte para cidadãos brasileiros. A Casa da Moeda finalmente entrou no mercado político. O PT conseguiu isso, colocar a Casa da Moeda do Brasil no mercado político. Isso é degradante.

O PTB diz que não indicou. Não foi indicação do nosso Partido diz o Presidente Roberto Jefferson. “Nós apenas fomos chamados pelo Ministro para darmos o nosso aval político à nomeação.

Srs. Senadores, o Ministro da Fazenda precisa de aval político para nomear o Diretor da Casa da Moeda? Onde nós chegamos?

Há outra versão: a Presidente Dilma teria dado ordem ao Ministro, naquele tom suave que a caracteriza, para que ele assumisse a indicação do PTB. Mas a Presidente deu ordem: Ministro assuma a indicação política do PTB. Aceite a versão do PTB como se fosse algo dignificante para as instituições brasileiras.

E o Ministro gagueja no seu constrangimento a algum tipo de explicação, diz que não conhecia a pessoa. Não conhecia, e nomeou para dirigir a Casa da Moeda? É isto: “Ah, eu não conheço, então nomeio. Nomeio por quê? Porque foi pedido do PTB”.

Depois o Ministro diz que já vinha tendo notícias de que esse funcionário estava sendo submetido à pressão do PTB por não atender ao Partido nas suas solicitações. Ora, o Ministro não tinha obrigação de

saber que tipo de solicitação é essa que Partido político dirige ao Diretor da Casa da Moeda?! É dever dele. Mas não, seguramente o Ministro não o fez não porque tivesse vocação para prevaricar, mas para não perturbar a harmonia desse sistema fisiológico a que se costuma dar o nome atualmente de governabilidade. “Não vamos mexer aí. Não vamos saber que tipo de pedido é esse, porque pode ficar mal junto ao PTB.” Mas há outra versão: de que o Ministro quis fazer a investigação, mas não pôde.

O fato, Sr. Presidente, é que esse episódio mais do que culpa ou não do ex-presidente da Casa da Moeda, se houve ou não depósito de dinheiro sujo numa conta **offshore**, politicamente em si é profundamente contristador.

Ouçõ o aparte de V. Ex^a, Senador Pedro Taques

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Aloysio, parabenizando V. Ex^a por sua fala, parece-me que chegamos abaixo do fundo do poço como órgão técnico. Numa instituição séria como a Casa da Moeda, creio que historicamente, desde o Brasil Colônia, desde 1808, na abertura dos portos, isso não ocorria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não ocorria.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Não ocorria. Muito bem. Parece-me que colocaram um dos metralhas para tomar conta do cofre do Tio Patinhas. Não é isso? Sem fazer prejudgamento, o que já saiu na Imprensa mostra que essa instituição, que é secular, instituição republicana, que foi instituição monárquica e colônia, está sendo arrombada – o termo é exatamente esse –, em nome dessa chamada governabilidade, que não passa – essa governabilidade – de um eufemismo para o clientelismo, para a cooptação. Daqui a pouco, quem sabe, a Polícia Federal vai ser de determinado partido, o Ministério Público vai ser de outro partido, a Receita Federal, de outro partido. Nós chegaremos a esse ponto se não nos atentarmos para esse fato. E o Ministro tem obrigação de dizer ao Congresso Nacional, a esta Casa, porque laborou assim, ou porque não agiu de outra forma. Tem a obrigação de prestar contas à sociedade brasileira. Nós já tingimos com cores não republicanas instituições sérias como os Correios, por exemplo, e agora, mais uma vez, há outra situação parecida àquela dos Correios com a Casa da Moeda. Parabéns pela vossa fala.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado nobre Senador. Concorro com V. Ex^a, nós estamos abaixo do fundo do poço dessa matéria, em matéria de saúde das instituições republicana, esse episódio é revelador. Há pouco ins-

tantes conversando com repórteres que cobrem as nossas atividades me perguntaram se em função da convocação da vinda ou não vinda do Ministro Mantega ele poderia ficar sua situação melhor ou pior. Eu penso meus caros colegas, do que pior do que está não pode ficar. Porque o Ministro da Fazenda que é obrigado a aceitar uma indicação de partido político, ou constrangido a pedir a cobertura de partido político para nomear a direção da Casa da Moeda está profundamente abalado na sua autoridade, e digo isso, insisto, com muita tristeza, porque sei que estou falando de uma pessoa correta, de um Ministro que age segundo aquilo que acredita a ser o bem do nosso País.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – V. Ex^a permite?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Primeiro quero saudá-lo neste primeiro dia de funcionamento pleno do Plenário – nós tivemos, na semana passada, basicamente a abertura dos trabalhos –, assim como saúdo o Senador Paulo Paim, o Senador Taques. Vejam, quero apenas aqui dizer a V. Ex^a para a gente tomar um cuidado, porque normalmente, em qualquer lugar do Planeta democrático, temos, na composição das equipes de governos, exceto onde há determinadas regras... Às vezes, aqui aprovamos indicações para agências reguladoras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Às vezes, aprovamos aqui pessoas para o Banco Central. Então, algumas das regras chegam ao ponto de dividir a responsabilidade de um poder, como é o Executivo, com o próprio Legislativo. E o fato é que quem nomeia é a Presidente da República, que, claro, não pode ouvir a oposição sempre que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas nem quero ser ouvido sobre isso. Pelo amor de Deus! Não me interprete mal.

O SR. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Sempre que quem governa tem que escolher, escolhe ouvindo. Certamente confesso que não estive atento, acompanhando, nessas últimas horas, os últimos fatos. Mas a Presidente Dilma tem demonstrado sempre, em todos os momentos em que se verifica e que ela esteja convencida de que, na nomeação que fez... Ninguém conhece todo mundo! Eu acredito que o Ministro Guido Mantega, que V. Ex^a mesmo reconhece como uma pessoa correta, íntegra, competente – eu, inclusive, acrescento isto: com muito compromisso para com o

Brasil –, deve ter colocado alguns critérios técnicos para a escolha. Bom, escolhidos, definidos esses critérios, hoje é quase impossível encontrar alguém que não tenha pelo menos uma quedinha por este ou por aquele partido, no nosso País. É muito raro. Precisamos dizer isto aqui para que se compreenda. Mas quero acreditar que, certamente, é ele mesmo quem, em primeiro lugar, tem todo o interesse em buscar prestar ao Brasil todos os esclarecimentos. Isso eu posso afirmar a V. Ex^a, pelo que conheço do Ministro Guido Mantega.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Então, sabemos que podemos contar com o seu voto favorável ao requerimento do Senador Alvaro Dias de convite do Ministro.

Eu não desconheço, meu caro Senador Wellington Dias, a necessidade das alianças políticas. É óbvio. Sou político há muitos anos. Acho que é inerente à atividade política compartilhar o governo. Que aquelas forças que ganharam juntas uma eleição participem do governo. Agora, há limites para isso. Convenhamos. Há limites! Quando se loteia, por exemplo, Agência Nacional de Saúde, há um limite que não se pode ultrapassar. O senhor considera correto lotear a Receita Federal? Seguramente, não. Eu conheço V. Ex^a!

V. Ex^a consideraria correto lotear politicamente a Polícia Federal? Seguramente não. Não tem cabimento.

A Previdência Social, um tema que diz respeito ao seu coração e à sua atividade, desde o governo do Presidente Fernando Henrique, os cargos de direção intermediários, até os cargos regionais têm sido pouco a pouco retirados, digamos do mercado político, para prestigiar indicações técnicas. Se há “quedinha” ou não por partido político é outra coisa. O problema é quando a “quedinha” é razão da nomeação para órgão que não pode render dividendos eleitorais para ninguém, que é a Casa da Moeda. Que um partido queira nomear quadro seu para demonstrar a sua capacidade de gestão dentro de determinado setor da Administração Pública, a sua capacidade de realizar, acho correto, desde que não quebre a autoridade de quem manda na administração, por força da Constituição e por força do sufrágio popular, que é o Presidente da República. Agora, a Casa da Moeda, tenha paciência! Bem, o que nós estamos vendo...

Eu sou, meus caros colegas, um apaixonado pela caricatura, pela charge. A primeira coisa que eu vejo num jornal, Presidente Paim, é a charge. Bato os olhos na primeira página de *O Globo*, por exemplo, vou lá na charge do Chico Caruso. Não perco... O chargista é capaz de, num traço, desvendar a marca que a alma

da pessoa coloca nas suas feições. O chargista, em poucos traços, é capaz de colocar luz sobre os arcanos de uma situação política que muitas vezes está encoberta mesmo aos olhos dos atores políticos mais diretamente implicados nela.

O governo do PT nesse episódio da nomeação do presidente da Casa da Moeda patrocinada politicamente, produziu uma caricatura de si mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, ao Senador Wellington Dias, como orador inscrito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saudar aqui o Senador Aloysio Nunes.

Permita-me, primeiro, discordar frontalmente, inclusive, da forma deselegante do final.

Na verdade, meu querido Senador, eu poderia desfiar aqui um conjunto grande de elementos a partir desta própria fala. Esta Casa teve o privilégio de conviver com o Senador Romeu Tuma, que não está mais entre nós. E S. Ex^a atuava onde? Na Polícia Federal. Foi um dos exemplos apontados aqui, e eu poderia citar vários outros, mas paro por aqui, até para não me adiantar.

Isso, repito, é da cultura do mundo inteiro. Uma sociedade democrática é dividida em partes organizadas, que chamamos de partidos, que têm seus programas e suas ideologias e que se somam a outros partidos no momento em que assumem o mandato e têm a oportunidade de governar.

É assim que defendo a democracia, meu querido Paim. E é assim que defendo meu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Pode haver um partido igual, mas não um partido mais empenhado na democratização do Brasil, na busca do atendimento de condições melhores na área social para o nosso povo, na busca do desenvolvimento, do crescimento, da soberania, inclusive com parcerias privadas como as relativas aos aeroportos, sem precisar entregar definitivamente ao setor privado áreas estratégicas. Mantém-se a parte de segurança e de defesa sob o controle público, e se passa uma concessão.

Veja que acaba de serem concluídos os leilões de Viracopos, de Guarulhos e do aeroporto de Brasília. Meu querido Paim, o resultado é um ágio de 673%, não a venda a preço de banana, como, em vários livros, historiadores e estudiosos demonstram em relação a estatais no governo quando o PSDB comandava a Presidência da República. Veja, por exemplo, o aereo-

porto de Viracopos com um ágio de 159,76%, e esse patrimônio continua público. É apenas uma concessão de uma área que diz respeito a algo típico do setor privado, numa área em que se trabalha, inclusive, o direito da defesa do Estado.

Aliás, Sr. Presidente, já abro assim meu pronunciamento, que trata exatamente dos temas que destaco como importantes e que vivenciamos no ano de 2011.

É com muito orgulho e com alegria que, hoje, assomo a esta tribuna para dizer os objetivos que estabeleci para meu mandato de 2011 até 2019. Para cada ano, estabelecemos uma pauta, e sou grato ao Congresso Nacional pela forma como as recebeu. Falo dos compromissos de campanha que assumi com meu povo, com meu Estado e também com meu País, com o povo brasileiro.

Conseguimos estabelecer uma pauta nacional e contribuimos na definição de políticas públicas concretas em benefício de nosso povo. Cito aqui alguns exemplos, como a Política Nacional sobre Drogas. O objetivo era fazer o Brasil tratar, de forma correta, essa área da política sobre drogas, a partir de um debate já acumulado na sociedade que hoje se transformou em um programa lançado pela nossa Presidente Dilma: “**Crack**, é Possível Vencer”. Digo sempre “drogas”, porque não há só o **crack**, mas também o álcool, o cigarro, a maconha, a cocaína. Falo de toda e qualquer droga, de tudo aquilo que gera dependência.

Tenho muita honra, pois presidi a Comissão Temporária de Política sobre Álcool, **Crack** e outras Drogas. Demos nossa contribuição na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais, na Educação, na Saúde, para que o Brasil tivesse um plano nacional integrado que cuidasse desse tema. Sou grato à Presidente Dilma pela forma como o recebeu.

Os primeiros debates sobre políticas para pessoas com deficiências foram traçados com sua participação, Senador Paulo Paim. Hoje, esse é também um programa nacional. O Viver Sem Limite é um programa nacional, que teve também a nossa singela contribuição por meio da Subcomissão Permanente de Assuntos da Pessoa com Deficiência, presidida pelo meu companheiro Senador Lindbergh, nosso companheiro de bancada, e integrada por um conjunto de parlamentares da Câmara e do Senado.

Tenho orgulho de dizer dessa experiência pioneira no meu Estado, com um sistema integrado em que se cuida da prevenção, do tratamento, da assistência, da reintegração, do trabalho, da cultura, do esporte, de todas as áreas, o que, de alguma forma, foi olhado como um dos pilares, uma das bases para que essa

modelagem fosse abraçada pelo Governo Federal no programa que a Presidente Dilma lançou no País, como disse no dia o próprio Ministro Alexandre Padilha, fazendo referência, aliás, à área da pessoa com deficiência e à área da política sobre drogas.

Houve mudanças em várias legislações para a desburocratização da relação com a União. Digo que isso é ainda tímido em relação às propostas que apresentamos, mas a Resolução nº 507, do Ministério do Planejamento, apresenta uma facilidade para que os Municípios, os Estados, a própria sociedade organizada e o setor privado, que lida com contratos e com convênios com o Governo Federal, possam enfrentar menos burocracia nos convênios com valores inferiores a R\$700 mil.

Qual era a queixa que eu fazia? Havia burocracia para se fazer uma obra de calçamento na rua de uma cidade, em um convênio de R\$200 mil ou de R\$300 mil, e, muitas vezes, cobrava-se a mesma burocracia para se fazer a hidrelétrica de Belo Monte. É claro que tinha de haver um diferencial, porque os impactos são completamente distintos, diferentes, e, com isso, acabamos por obter avanços consideráveis. Quero continuar trabalhando, porque ainda há muita coisa a fazer nessas áreas.

Destaco ainda a prioridade na erradicação da miséria. Estou aqui me comprometendo com meu Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, no sentido de que vamos pegar esse tema com toda a força, como eu lhe disse. Na verdade, o primeiro ano foi ainda de montagem do trabalho.

Estive com a Ministra Tereza Campello, que esteve no meu Estado na abertura do ano de 2011. Ali, com o Governador Wilson Martins, tivemos oportunidade de tratar sobre esse tema. Qual é o objetivo? Por meio dessa Subcomissão que V. Ex^a e meus Pares me deram a condição de presidir, poderemos atuar, a partir de 2012, no acompanhamento do projeto, que entra em pleno funcionamento, contribuindo com nosso País, para enfrentar esse grande desafio, que é a erradicação da miséria, que é a redução da pobreza, até atingirmos a condição de todas as pessoas não terem necessidades básicas privadas na Nação brasileira.

Daí vem um conjunto de projetos que eu já vinha acompanhando, com os quais eu vinha colaborando, como a própria Ministra fez questão de relatar, para minha alegria, no meu Estado.

Há o programa Água para Todos, o programa de habitação voltado de forma diferenciada para os mais pobres, o programa de documentação. A pobreza não pode ser olhada só do ponto de vista da renda. Tudo

aquilo que o ser humano precisa para que possa ter qualidade de vida é necessário para que alguém não viva na miséria. Esse conceito moderno é a grande vitória do povo brasileiro. Aliás, quando a Presidente coloca como **slogan** do seu mandato, na chamada para a Nação brasileira, “País rico é país sem pobreza”, temos de ir junto e de apoiá-la com todas as forças, para chegarmos a 2014 comemorando novos passos, mais avançados do que o que já foi construído de forma tão grande pelo nosso querido Presidente Lula.

O Pronatec é outra importante vitória. Quantas vezes eu conversei com o nosso hoje colega, Senador Cristovam Buarque, quando Ministro; com o seu conterrâneo, Ministro Tarso Genro e com o então Secretário Executivo, Ministro Fernando Haddad, que depois foi alçado à condição de Ministro? Há o nosso querido Henrique Paim, que continua como nosso Secretário Executivo, e também agora o Ministro Aloizio Mercadante.

Ora, o Brasil tem uma estrutura de educação voltada para a qualificação de ensino superior, de pós-graduação. Avançamos e vamos continuar avançando na expansão para os lugares mais longínquos do Brasil, para que os mais pobres, as pessoas que não podem se deslocar para outras cidades possam ter ensino superior, especialização, mestrado, doutorado, enfim.

Da mesma forma, nós temos uma rede na área do ensino médio, do ensino técnico. Qual é o grave problema que sempre assola o Brasil? Eu cito aqui o exemplo do meu Estado, que tem uma população de aproximadamente 3 milhões e 200 mil habitantes. Entrou neste século com apenas pouco mais de 400 mil pessoas com ensino médio. Estamos agora ultrapassando 1 milhão e 200 mil pessoas com o ensino médio, ou seja, três vezes mais em apenas uma década.

Pois bem, dessas pessoas, apenas cerca de 60, 70 mil terminaram o ensino médio e conseguiram concluir o ensino técnico; e uma outra parcela, que não é tão grande também, cerca de 300 mil, conseguiu ingressar e concluir a universidade.

Claro que, neste instante, há cerca de 100 mil pessoas fazendo o ensino superior no meu Estado. Mas eu quero me lembrar de uma geração que terminou o ensino médio, ou terminou o ensino fundamental, ou parou de estudar em algum momento, ou mesmo nem fez alfabetização e não tem uma profissão.

Então, o Pronatec é um programa que quer garantir um olhar para esse público, para essas pessoas. São cursos de curta e média duração, de 160 horas a 800 horas. A partir daí, o aluno ingressa diretamente no ensino médio.

Então, acho que pode ser descentralizada, para todos os Municípios do Brasil, a condição do técnico de nível médio e do curso de curta duração. Cadeias produtivas, como a apicultura, como a avicultura, como o caprino, o ovino e tantas outras podem ser agora abraçadas de forma constante.

Em debates na Comissão de Desenvolvimento Regional, onde presido a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, temos também priorizado o novo pacto federativo. O projeto, por exemplo, de redistribuição dos recursos oriundos do pré-sal, meu querido Mozarildo, que também quero saudar aqui, desejando um feliz 2012, como todo o povo brasileiro e do meu Piauí, aprovamos aqui, no Senado, e encontra-se na Câmara. Tenho defendido que temos que trabalhar esse tema agora, já no primeiro quadrimestre de 2012. Por quê? Porque considero temeroso tratar o assunto na emoção do pico de uma eleição ou após os resultados eleitorais. Acho que é importante que esta Casa possa debruçar-se sobre esse tema nesse período, quando ainda há menos calor eleitoral no processo de debate nesta Casa.

O mesmo destaque ao Projeto de Resolução nº 72, que devemos aprovar no Senado. Já foi aprovado na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, agora com o relatório do Senador Delcídio, e está na Comissão de Constituição e Justiça. O que ele estabelece? Ele trata do ICMS no destino. Ou seja, quem paga o imposto é quem compra; é onde vive esse comprador, esse consumidor, esse cliente das empresas. É ali que tem que ficar a parcela mais significativa dos impostos. Essa é a regra universal na área da tributação, e temos que trabalhar na mesma direção. Quero estar aqui, defendendo a aprovação desses recursos. Isso significa a ampliação da capacidade de investimento para Estados e Municípios. No meu Estado, por exemplo, de acordo com o ICMS no destino, são cerca de R\$332 milhões a mais, com base em 2010, porque é um Estado grande, consumidor; o pré-sal, cerca de R\$370 milhões.

Então, é isso o que me traz aqui também, para podermos descentralizar o desenvolvimento para regiões como Rondônia, Roraima e Estados outros do Brasil, que precisam muito desses recursos.

Em 2012 também, quero priorizar um conjunto de outros temas desse pacto federativo: o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica; a distribuição **per capita** do SUS; o salário-educação; as regras do Fundo de Participação dos Estados, cujo prazo finda este ano, para regulamentarmos o FPE, principalmente, uma vez que o FPM já tem uma regulamentação;

trabalhar com prioridade alguns programas que considero importantes.

Existe o compromisso do Governo no sentido de, após esse leilão que terminou hoje, da concessão dos aeroportos, tirar da gaveta o Programa Nacional de Incentivo à Aviação Regional – estivemos com o Ministro Bittencourt, da Aviação Civil –, dele vir para o Congresso Nacional para podermos trabalhar nele.

O Marco Regulatório da Mineração, novas regras na área da comunicação, inclusive, a implantação do Conselho Nacional de Comunicação, que depende apenas do Senado Federal. Aqui, queremos a reinstalação do Conselho de Comunicação Social por esta Casa.

O Programa Nacional de Incentivo à Irrigação, que já era para ter sido lançado ano passado. É impossível que, com as mudanças climáticas, com as irregularidades que temos de chuvas em todas as regiões do Brasil, não possamos usar a tecnologia da irrigação como uma salvaguarda, ou seja, como uma forma segura do cultivo. Então, quero trabalhar com o Ministro Fernando Bezerra, com a Codevasf, com o Dnocs, com o conjunto de outras áreas, para que não só no Nordeste, mas em outras regiões do Brasil, tenhamos os incentivos necessários para o Programa Nacional de Incentivo à Irrigação. Esse programa está praticamente pronto e, espero, seja lançado ainda este semestre.

A Política Nacional de Prevenção à Violência no Trânsito, meu querido Mozarildo, é o tema do século, é o desafio do Brasil e do mundo. São poucos os países do mundo que já conseguiram dar conta da solução para o grave problema do transporte urbano, dos transportes rodoviários em rodovias estaduais, em rodovias municipais. O arcabouço que temos da conta desse desafio é de que, hoje, já morrem no Brasil, por ano, mais que o dobro no trânsito em relação à arma branca, à arma de fogo, para citar um exemplo. Isso, por si só, já mostra a gravidade.

Destaco ainda outro tema que quero tratar aqui como prioridade na pauta: a defesa das bandeiras dos povos indígenas. Quero cuidar dessas gerações naturais aqui do nosso País.

Tenho, também, Sr. Presidente, projetos importantes apresentados nesta Casa, no ano passado, por exemplo, e que continuam tramitando. Dois deles devem mexer muito com a política sobre drogas, a regulamentação sobre a definição do que é bebida alcoólica. Enfim, essa definição, espero que possamos trabalhar. Defendo aquilo que preconiza a Organização Mundial de Saúde: qualquer bebida com mais de 0,6% de teor alcoólico é bebida alcoólica e é considerada uma droga. Se é considerada uma droga, como permitir

a propaganda? Como permitir que as pessoas sejam induzidas, levadas para o consumo de uma droga? Então, onde comercializar? Qual o controle para essa comercialização?

Também sou autor do PLS 660, que cuida do Código Penal. Aqui se trata muito de corrupção. Por que a gente não tem a coragem de votar a regulamentação, de considerar como tipos penais qualificados peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, de torná-los crimes hediondos e passíveis de prisão temporária? Deve-se propor tratar com maior rigor qualquer agente público, de quaisquer dos Poderes, seja o Presidente da República, o Presidente do Supremo, o Presidente do Congresso Nacional; seja o vigilante, seja o zelador, seja quem for; que a gente possa ter regras comuns como apela a população brasileira. Ao mesmo tempo, um conjunto de outros temas que nós vamos tratar aqui com todo o prazer.

Eu quero, com essas palavras, dizer que os crimes contra a administração pública merecem ser punidos com maior severidade. O tratamento mais rigoroso decorre da natureza dos cargos mencionados: quanto mais elevada a missão dada pelo povo, em nome de um cargo, cujos ocupantes devem observar, com maior empenho, os padrões éticos de probidade e moralidade, maior punição.

Quero ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, focar o meu mandato, neste ano, na defesa de todas as causas do povo brasileiro e, enfim, poder contribuir para o desenvolvimento de nosso País.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012

Nos termos do artigo 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requero a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nº 151 e 505, de 2007 e nº 99, 177, 307 e 692 de 2011, por versarem sobre a mesma matéria (publicidade de bebidas alcoólicas). – Senadora **Ana Amélia**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 1.422, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.422, de 2011, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (proíbe visitas íntimas aos presos por crime organizado).*

2

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007, 169, de 2008, e 494, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (destinação e descarte de embalagens e resíduos).*

3

REQUERIMENTO Nº 1.431, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (sociedades cooperativas).*

4

REQUERIMENTO Nº 1.432, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.432, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de*

Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

5

REQUERIMENTO Nº 1.438, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.438, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inserir no manual automotivo referência das principais peças que compõem o veículo).*

6

REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.439, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (prestação de informações na negociação coletiva).*

7

REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.440, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (prestação de informações na negociação coletiva).*

8

REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.446, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamentação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro).*

9

REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.453, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, de sua autoria.*

10

REQUERIMENTO Nº 1.454, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.454, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 172, de 2006; e 635, de 2007-Complementares, por regularem matéria correlata (cobrança de multa decorrente de inadimplência de obrigações do consumidor).*

11

REQUERIMENTO Nº 1.483, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.483, de 2011, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (progressão continuada no ensino fundamental).*

12

REQUERIMENTO Nº 1.522, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.522, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).*

13

REQUERIMENTO Nº 1.523, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.523, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; e 21, de 2011, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limitação de empenho*

e movimentação financeira no Orçamento da União).

14

REQUERIMENTO Nº 1.524, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.524, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010 (descontos nas tarifas de energia elétrica).*

15

REQUERIMENTO Nº 1.532, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1532, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).*

16

REQUERIMENTO Nº 1.537, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.537, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 74, 94, 470, 681, de 2007; 138, 364, 465, de 2008; e 12, de 2011, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (deduções no cálculo do imposto de renda).*

17

REQUERIMENTO Nº 1.557, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.557, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre a taxa de juros do cheque especial).*

18

REQUERIMENTO Nº 1.561, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.561, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de*

Lei do Senado nº 51, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (redução de emissão de poluentes por veículos automotores).

19**REQUERIMENTO Nº 1.569, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.569, de 2011, da Senadora Ana Amélia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (desconto no IR de Pessoa Jurídica pelo fornecimento de ensino ao empregado).*

20**REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011 com o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009 (já tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589, 590, de 2007; 174, 181, 240, 449, 463, de 2008; 45, 305, 347, 380, de 2009; 160 e 197, de 2010), por versarem sobre*

matérias correlatas (isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI).

21**REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2011, do Senador Demóstenes Torres, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos com tráfico de drogas).*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY**

**6-2-2012
segunda-feira**

17h Cerimônia de posse do Senhor Aguinaldo Ribeiro no cargo de Ministro das Cidades

Salão Oeste, 2º andar do Palácio do Planalto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: VAGO ⁽¹⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(2,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSOL	
VAGO (24)	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,32)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Clésio Andrade
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSOL

VAGO (35)

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,26)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁵⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
 20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
 21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
 23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
 24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
 27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
 29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
 30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,6,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO ⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ⁽¹²⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Vagom, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,31)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(30,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,23)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

7. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

8. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,24,28)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: ⁽⁶⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²¹⁾	
Clésio Andrade ⁽²⁴⁾	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,17)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁶⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- *****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
 7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
 11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
 12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
 13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
 14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
 15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 17. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
 20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁰⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽³⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽⁹⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 13/12/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDb nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁶⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(4,16)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁷⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1.
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2, 4}
PSB	
Sandra Rosado (PSB/RN)	1 Keiko Ota (PSB/SP)
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Arnaldo Jordy (PPS/PA)
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/PR)	4. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL ¹	
Marinor Brito (PSOL/PA)	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

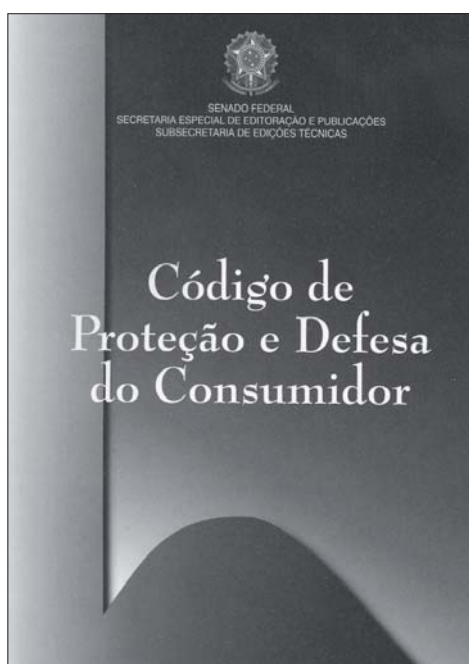
3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 164 páginas

(OS: 10155 / 2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

